

BR B COOP

Uma parceria
montenegro | Comunicoop | somoscoop
Ano VIII | nº 47 | Set 2026
www.brcooperativo.com.br



**Goiânia recebe o maior
evento do crédito
cooperativo do mundo**

TRILOGIA wcm

Depois de **conectar**, chega o momento de **integrar**.

Em 2026, a **Fusão** marca o segundo capítulo da Trilogia WCM:

Pessoas, conhecimento, tecnologia e inovação convergem e se integram para dar origem a uma cultura cooperativa mais sólida, inteligente e preparada para o futuro.

Uma integração em curso.

Um novo patamar para o cooperativismo.

2025
CONEXÃO

2026
FUSÃO

2027
SINGULARIDADE

IDEIAS QUE ATRAVESSAM FRONTEIRAS

Conheça os Keynote Speakers Nacionais e Internacionais do WCM'26

Diferentes perspectivas. Diferentes áreas de conhecimento. **Oito palcos** para pensar os desafios e oportunidades que estão a transformar organizações, pessoas e o cooperativismo.

PEDRO SUPERTI

► Especialista em Inovação e Inteligência Artificial

Inovação, tecnologia e IA aplicadas para gerar impacto real

RAHUL POWAR

► Referência Internacional em Cibersegurança

Segurança digital em um mundo cada vez mais conectado

ANNA ERAT

► Empreendedora, Médica especialista em vários ramos de medicina interna

Conselheira de empresas de healthtech, inteligência artificial e medicina da longevidade

MÁRIO SÉRGIO CORTELLA

► Filósofo

Reflexões que transformam escolhas e constroem legados

ELEANOR NELL WATSON

► Pioneira Mundial em Ética e IA

Ética, responsabilidade e o futuro da inteligência artificial

Nico Savva

► Professor, Diretor Acadêmico da Iniciativa de Ciência de Dados e IA

Especialista em ciência de dados, utilizando-a para resolver problemas operacionais

OUSE INTEGRAR

SistemaOcemg

Realização
WEX

WCM'26
world coop management

19 e 20 de Outubro de 2026
Minascentro
Belo Horizonte

O maior encontro do
Cooperativismo da
América Latina

Saiba Mais:
WCM.COOP

wcm.coop

Cota Diamant

Apoio Institucional

Cota Platinum

Cota Silver

Apoio Institucional

Apoio

Mídia Oficial

Mídia

Parceiros





Cooptech SUMMIT

Belo Horizonte
19 e 20
de outubro

IA no Cooperativismo: da Estratégia à Ação

O congresso que coloca a
Inteligência Artificial a serviço
da Inteligência Cooperativa

Inscrições abertas!



Realização
conecta

Evento parceiro do
wcm'26
world coop management

Nesta Edição

6 – Editorial - Os avanços do 16º Concred e as expectativas para a próxima edição

8 – Circulando - José Alves Neto é eleito presidente da ACI Américas

10 – Circulando - Márcio Freitas mantém Brasil no conselho global da ACI até 2030

12 – Circulando - Pesquisa mostra avanço da imagem e do conhecimento sobre o coop

16 – Circulando - Tania Zanella entra para grupo de Top Voices do LinkedIn

18 – Circulando - YouGreen leva experiência dos catadores ao debate internacional em Zurique

20 – Circulando - Cooperativos propõe agenda para gerar mais renda e desenvolvimento

22 – Agro Coop - Cooperativas ampliam presença do vinho brasileiro no Vinus 2026

24 – Cred Coop - Sicoob Costa do Descobrimento reduz processamento de balanços a dois minutos

26 – Capa - O maior evento do crédito cooperativo do mundo em Goiânia

28 – Capa - Intercooperação marca a abertura do 16º Concred

30 – Capa - Tânia Zanella defende educação cooperativista para sustentar o crescimento

32 – Capa - Cartilha orienta municípios sobre movimentação de recursos em cooperativas de crédito

36 – Capa - Risco climático entra na análise de crédito das cooperativas

39 – Capa - Geotecnologia amplia controle de riscos no crédito rural

42 – Capa - Crédito cooperativo pode ampliar protagonismo do agro brasileiro

44 – Capa - Mulheres avançam na gestão, mas ainda ocupam apenas 26% dos cargos de presidência e conselhos

46 – Capa - Expansão do crédito cooperativo exige governança à altura, alerta diretor do BC

48 – Capa - Proximidade segue como diferencial do cooperativismo de crédito

49 – Capa - Após Concred, Confebras aponta eficiência e identidade como desafios para crescer

52 – Seção Rio+Coop

60 – Seção Espírito Coop



26 – Capa

O maior evento do crédito cooperativo do mundo em Goiânia

66 – Seção Minas Coop

70 – Seção SP Coop

72 – Seção DF Coop

74 – Seção Centro-Oeste Coop - MS

76 – Seção Centro-Oeste Coop - MT

78 – Seção Goiás Coop

80 – Seção Sul Coop-PR

82 – Seção Sul Coop-RS

84 – Seção Sul Coop-SC

88 – Seção NE Coop

92 – Seção Amazônia Coop

94 – Opinião - Kedson Macedo - Cibersegurança também é responsabilidade de dirigentes e conselheiros

98 – Opinião - Sérgio Cordioli - Entendendo o real sentido das sobras no ambiente cooperativo

100 – Transporte em Pauta - Claudio Rangel

102 – Governança Coop - Marcelo Cárfora

104 – Cooperando com as Finanças - Myrian Lund

106 – Coop Seguro - Liliana Caldeira

110 – Corrida Certa - Alexandre Burgel

114 – Aqui tem Coop - José Flávio Linhares

116 – Fundamentos Cooperativos - Emanuel Sampaio

118 – Rota do Valor - Filipe Pires

120 – Empreendedorismo Coop - Renato Regazzi

BR COOPERATIVO é uma parceria da Comunicoop e Montenegro Grupo de Comunicação. End.: Avenida Embaixador Abelardo Bueno, 1111, bl. Office 2, sl. 216 - Condomínio Seletto - Barra da Tijuca - CEP 22775039, Rio de Janeiro, RJ. Contatos e Publicidade: (21) 2533-6009/2215-9463; contato@brcooperativo.com.br | www.brcooperativo.com.br. Editor Executivo: Cláudio Montenegro (MTB-RJ: 19.027 - presidencia@comunicoop.com.br). Redação: Claudio Rangel, redacao@brcooperativo.com.br; Produção de Conteúdo: Comunicoop; Programação visual e diagramação: Felipe Amorim; Administração: Marcia Fraga (marcia.fraga@comunicoop.com.br); Mídias digitais: Ana Jéssica Oliveira. Colaboração: Assessorias de Comunicação do Sistema OCB e Unidades Estaduais. Colunistas: Alexandre Bürgel, Claudio Rangel, Emanuel Sampaio, Filipe Pires, Jociane Coutinho, José Flávio Linhares, Marcelo Cárfora e Myrian Lund. Distribuição: Lideranças cooperativistas, dirigentes, gerentes, cooperados e funcionários de cooperativas de todos os segmentos (agropecuário, consumo, crédito, infraestrutura, produção de bens e serviços, saúde, seguros e transporte), entidades do Sistema 'S', federações de indústria e comércio, empresários, administradores e gestores, assessores jurídicos, auditores, contadores, profissionais de recursos humanos, associações, sindicatos, federações e entidades de classe de forma geral, órgãos e instituições governamentais, universidades, fornecedores de produtos e serviços para cooperativas e demais formadores de opinião. Artigos: Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores, não correspondendo necessariamente à opinião dos editores. Envio de pautas: redacao@brcooperativo.com.br (as pautas recebidas são avaliadas pelos editores, sem obrigatoriedade de publicação). Capa desta edição: Confebras



Claudio Montenegro
Editor Executivo

Os avanços do 16º Concred e as expectativas para a próxima edição

A realização do 16º Concred, entre 26 e 28 de agosto de 2026, em Goiânia, trouxe avanços principalmente na integração, atualização e preparação estratégica do cooperativismo financeiro. Os principais pontos positivos foram:

- Ampla mobilização do setor: o congresso reuniu lideranças, especialistas e profissionais de diversas regiões. As fontes consultadas divergem quanto ao público - entre aproximadamente 2,5 mil e 5 mil participantes -, mas convergem sobre a relevância e a abrangência do encontro. MundoCoop G1
- Democratização do acesso ao conhecimento: pela primeira vez, o Concred teve transmissão digital integral. Isso permitiu que equipes de cooperativas de todo o país acompanhassem palestras e painéis sem os custos de viagem e hospedagem, além de participarem de fóruns e conteúdos exclusivos. Concred
- Atualização sobre inovação e inteligência artificial: os debates ajudaram as cooperativas a compreender como empregar dados, automação e novas tecnologias sem perder o relacionamento humano, a confiança e a identidade cooperativista.
- Fortalecimento da governança: assuntos como eficiência operacional, sucessão de lideranças, gestão de pessoas, comunicação, saúde no trabalho e sustentabilidade do crescimento foram colocados no centro da agenda.
- Avanço da intercooperação: o evento estimulou o compartilhamento de infraestrutura, tecnologia, conhecimento e oportunidades de negócios entre cooperativas, como forma de ganhar escala preservando a identidade de cada instituição. Portal do Cooperativismo Financeiro
- Integração entre campo e cidade: o congresso aproximou os desafios do crédito rural e urbano, discutindo inclusão financeira, apoio a pequenos produtores e empreendedores e

desenvolvimento das economias locais.

- Maior atenção aos riscos climáticos: o impacto de secas, chuvas irregulares e outros eventos sobre safras, inadimplência e concessão de crédito passou a ser tratado como tema estratégico, e não apenas ambiental.
- Visão mais responsável sobre o crescimento: as discussões destacaram que expandir o cooperativismo não basta; é necessário combinar crescimento com solidez financeira, boa governança, eficiência, responsabilidade socioambiental e atenção ao endividamento das famílias.
- Networking e intercâmbio regional: o encontro possibilitou comparar práticas e soluções adotadas em diferentes regiões, ampliando o repertório das cooperativas para enfrentar problemas semelhantes.

Em síntese, o principal legado imediato foi a formação de uma agenda estratégica mais integrada para o setor, conectando tecnologia, sustentabilidade, governança, intercooperação e inclusão financeira. Ainda é cedo, porém, para afirmar impactos quantitativos de longo prazo: as fontes disponíveis registram sobretudo mobilização, aprendizagem e definição de caminhos, e não indicadores posteriores de execução.

Próxima edição

E o que esperar da próxima edição do Concred, prevista para 2028, em São Paulo?

Embora tema, datas e programação do 17º Concred ainda não estejam definidos publicamente, já é possível identificar algumas expectativas bastante claras a partir do que a organização sinalizou.

1. Um Concred mais aberto para fora do cooperativismo - Essa talvez seja a principal mudança de ambição para 2028. Luiz

Lesse, presidente da Confebras, afirmou que o 17º Concred terá a missão de atrair outros segmentos da sociedade e forças produtivas que ainda não conhecem o cooperativismo de crédito, além de ampliar a presença do cooperativismo financeiro brasileiro internacionalmente.

Isso pode significar um congresso com presença ainda maior de: empresas e empreendedores; setor produtivo e agronegócio; fintechs e empresas de tecnologia; investidores e fornecedores; universidades e centros de pesquisa; representantes de outros países e sistemas cooperativos.

2. São Paulo como plataforma de expansão

- A escolha de São Paulo não parece ser apenas logística. A própria Confebras associa a cidade a um novo momento de crescimento e expansão do Concred.

Isso cria uma expectativa de um evento potencialmente mais conectado ao mercado financeiro, tecnologia, inovação e grandes empresas, além da tradicional participação das cooperativas.

3. Internacionalização - Esse é outro ponto explicitamente colocado pela Confebras: mostrar o cooperativismo financeiro brasileiro ao mundo e, simultaneamente, aprender com outros mercados.

É razoável esperar, portanto, maior espaço em 2028 para: experiências internacionais de cooperativas de crédito; modelos de governança de outros países; tecnologia financeira internacional; intercâmbio entre sistemas cooperativos; discussão sobre a competitividade internacional do modelo brasileiro.

4. A discussão deve migrar de "crescimento" para "como sustentar o crescimento" - O contexto do setor mudou bastante. Em 2025, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo chegou a 21,2 milhões de cooperados e ultrapassou R\$ 1 trilhão em ativos, segundo dados apresentados no 16º Concred.

Isso coloca uma questão importante para

2028: como crescer mantendo governança, eficiência, capital, segurança, proximidade com o cooperado e identidade cooperativista?

O próprio 16º Concred já apontava para esse problema, discutindo escala, intercooperação, infraestrutura compartilhada, diversificação de negócios e modernização.

5. IA e tecnologia devem estar ainda mais no centro - Em 2026, transformação digital, IA, Open Finance e novas tecnologias já estavam entre os eixos do congresso.

Até 2028, a discussão provavelmente estará menos concentrada em "o que é IA?" e mais em aplicações concretas: automação, crédito, prevenção a fraudes, atendimento, personalização, análise de risco, governança de dados e produtividade.

6. Sustentabilidade e risco climático devem continuar evoluindo - O 16º Concred tratou o risco climático como uma questão diretamente relacionada a crédito, investimento e gestão de riscos.

Para 2028, a tendência é que o debate seja ainda mais operacional: como incorporar risco climático à concessão de crédito, ao agro, à precificação e à gestão das carteiras?

Sem transformar isso em uma previsão sobre a programação — que ainda não foi divulgada —, poderíamos resumir a transição assim: 16º Concred: como preparar o cooperativismo financeiro para as grandes transformações? 17º Concred: a expectativa é que a conversa avance para como levar o cooperativismo financeiro brasileiro a um novo patamar de escala, inovação e reconhecimento nacional e internacional?

Isso combina diretamente com a declaração da Confebras de que o 17º Concred terá uma "missão ainda mais ambiciosa", com expansão para outros segmentos da sociedade e maior projeção internacional.

Boa leitura e saudações cooperativistas!

José Alves Neto é eleito presidente da ACI Américas



O cooperativismo brasileiro encerra a semana de atividades internacionais no Panamá com uma presença reforçada nas instâncias de representação das Américas. Nesta sexta-feira (18), José Alves de Souza Neto foi eleito, por unanimidade, presidente da Cooperativas das Américas (ACI-Américas) para o mandato 2026-2030. A escolha ocorreu durante a XVII Assembleia Regional Presencial da organização, realizada no Panama Convention Center, na Cidade do Panamá. Em setembro de 2024, José Alves assumiu a presidência provisória, após afastamento de Graciela Fernández por motivos pessoais.

A recondução dá continuidade ao trabalho desenvolvido por José Alves à frente da representação regional da Aliança Cooperativa

Internacional (ACI), responsável pela articulação do movimento no continente americano. A Cooperativas das Américas reúne organizações do movimento de diferentes países e setores e atua na promoção do modelo, na defesa da identidade cooperativa e na representação do modelo de negócios perante organismos internacionais e espaços de decisão.

“Recebo essa recondução com muita gratidão e, principalmente, com senso de responsabilidade. A unanimidade demonstra a confiança construída coletivamente ao longo dos últimos anos e reforça nosso compromisso de seguir aproximando os países das Américas. Temos realidades diferentes, mas compartilhamos valores, desafios e a convicção de

que o cooperativismo tem muito a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da nossa região”, afirmou José Alves.

A eleição da presidência foi um dos principais pontos da agenda da Assembleia. O encontro começou com a apresentação e votação dos relatórios de gestão referentes ao período 2024-2026, além da análise da prestação de contas e das demonstrações financeiras da organização. Na sequência, a programação entrou no bloco eleitoral, dedicado à definição da presidência e à ratificação das representações nacionais, setoriais e temáticas para o próximo ciclo.

Brasil amplia participação regional

A Assembleia também ratificou a composição do Conselho de Administração da Cooperativas das Américas para o período 2026-2030. Pelo Brasil, Marcos Cunha, diretor de Gestão da Saúde da Unimed do Brasil, foi confirmado como representante titular, e João Penna, coordenador de Relações Internacionais do Sistema OCB, como suplente. A composição do Conselho parte das indicações realizadas pelos países que integram a organização e sua ratificação estava prevista entre os assuntos eleitorais da Assembleia desta sexta-feira.

Para o presidente do Conselho de Administração do Sistema OCB e membro do Conselho de Administração da ACI, Márcio Lopes de Freitas, os resultados consolidam uma estratégia de presença brasileira nos diferentes espaços do movimento cooperativista internacional. “Ampliar nossa representação significa ampliar também a capacidade de contribuir. Queremos levar a experiência das cooperativas brasileiras para esses espaços, construir alianças e, ao mesmo tempo, trazer para o Brasil referências e soluções desenvolvidas em outros países”, declarou.

Juventude e organizações setoriais

Outro resultado da Assembleia foi a ratificação das eleições realizadas no início da semana pelos comitês e organizações setoriais ligados à Cooperativas das Américas. A programação oficial previa justamente a confirmação, nesta sexta-feira, dos representantes dessas instâncias para o período 2026-2030.

Entre os brasileiros confirmados está Enzo Ramos, analista de Relações Institucionais do Sistema OCB, como integrante do Comitê Regional de Juventude. Sua eleição ocorreu no domingo (13), durante a assembleia do colegiado, e amplia a participação brasileira nas discussões sobre formação e renovação das novas gerações do movimento.

Também foram ratificadas as participações de Rodolfo Jordão, coordenador do Ramo Agro do Sistema OCB, como secretário da Rede de Cooperativas Agropecuárias das Américas (Redacoop), e de Margaret Cunha, pioneira do cooperativismo de Trabalho, como secretária da Cicopa Américas, organização que representa cooperativas dos setores de indústria e serviços no continente. As estruturas setoriais complementam a atuação da Cooperativas das Américas ao aprofundar discussões e articulações relacionadas às diferentes áreas do movimento.

A confirmação dessas representações fecha uma semana marcada pelo avanço da participação brasileira em diferentes estruturas internacionais. Ao longo da agenda no Panamá, representantes do país estiveram envolvidos em assembleias, reuniões setoriais, processos eleitorais e debates da Conferência Global da ACI.

Novo ciclo para as Américas

No período da tarde, os trabalhos continuaram com a reunião do novo Conselho de Administração e a eleição do Comitê Executivo da Cooperativas das Américas, etapa que completou a definição da estrutura de governança regional para o novo mandato. A formação ficou conforme abaixo: José Alves Neto (BR) – presidente; Carla Decker (EUA) – 1ª vice-presidente; Xiomara Nuñez (Rep. Dominicana) – 2ª vice-presidente; Ricardo Lopez (ARG) – Secretário; Francois Dionne (Canada) – 1º vogal; Elibeth Vanegas (Costa Rica) – 2ª vogal; José Francisco (México) – 3º vogal.

A Assembleia marca o encerramento da programação internacional iniciada no domingo (13), que reuniu no Panamá assembleias da ACI e de suas organizações regionais e setoriais, além da Conferência Global.

Márcio Freitas mantém Brasil no conselho global da ACI até 2030

Reeleição no Panamá preserva participação brasileira nas decisões internacionais do cooperativismo; conferência encerrou com declaração sobre paz, inclusão e desenvolvimento

Márcio Lopes de Freitas foi reeleito para o Conselho de Administração da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), para o mandato de 2026 a 2030. A votação ocorreu em 15 de setembro de 2026 na Cidade do Panamá, durante a Assembleia Geral Eleitoral da entidade. Dessa forma, ele mantém a sua participação. O cooperativista também é o presidente do Conselho de Administração do Sistema OCB.

A disputa envolveu 24 candidatos para 15 vagas. Segundo a ACI, a eleição reuniu 116 votantes, que representavam 193 organizações associadas de 66 países. Sete dos conselheiros eleitos foram reconduzidos e oito ingressaram no colegiado. Já o argentino Ariel Guarco foi reeleito presidente, sem concorrentes.

O dirigente brasileiro também reassumiu um cargo ligado ao Ramo Agropecuário. Em 14 de setembro, Márcio de Freitas foi reconduzido à vice-presidência pelas Américas da Organização Internacional das Cooperativas Agropecuárias (ICAO), durante a assembleia da organização no Panamá.

Em sua primeira declaração após a eleição, Freitas destacou a importância da recondução ao cargo na ACI. Para ele, a representação internacional precisa se transformar em resultados concretos para quem está na ponta.

A delegação brasileira participante da Assembleia no Panamá foi composta por 34 integrantes, entre representantes nacionais, organizações estaduais e lideranças cooperativistas.

Uma agenda para o novo mandato

Com a eleição, o Conselho Global da ACI passa a ter 30 integrantes, incluindo a presidência, representantes regionais e setoriais e as lideranças dos comitês de juventude e igualdade de gênero.

Entre as tarefas encaminhadas à nova gestão está a continuidade dos estudos sobre uma nova fórmula de contribuições associativas e direitos de voto. O novo mandato também coincide com a execução da estratégia 2026–2030 da entidade, organizada em torno de três eixos: praticar, promover e proteger o cooperativismo.

Para o Brasil, a participação combina representa-



ção institucional e intercâmbio.

Identidade e patrimônio na participação brasileira

Além das eleições da ACI, a programação da Assembleia também abriu espaço para as experiências brasileiras sobre a comunicação e a identidade cooperativistas. Fabíola Nader Motta, superintendente do Sistema OCB, apresentou o movimento SomosCoop em uma sessão dedicada à comunicação.

Dando continuidade, Tiago Schmidt, presidente da Sicredi Pioneira e do Grupo de Trabalho de Patrimônio Cultural Cooperativo, participou de um laboratório sobre identidade cooperativa. O debate teve como foco a preservação dos princípios do movimento diante das mudanças na legislação, na governança, na educação e na tecnologia.

Encerramento aponta compromissos para o setor

A Conferência Global terminou em 17 de setembro com a aprovação unânime da Declaração do Panamá. Mais de 1.100 participantes de 80 países estiveram presentes e assistiram às apresentações de 90 palestrantes.

O documento final da Conferência chama a atenção para a contribuição das cooperativas em relação à paz, à redução da exclusão, ao fortalecimento das comunidades e à geração de oportunidades. Também pede o reconhecimento das cooperativas pelos governos e organismos internacionais e entidades regionais, sobretudo como parceiras na recuperação econômica e no desenvolvimento.

Produção de conteúdo que fortalece sua marca.

Fotos, vídeos, Reels e conteúdos estratégicos para posicionar sua empresa, gerar autoridade e aumentar sua presença digital.



Fotografia Profissional



Vídeos para Redes Sociais



Reels Estratégicos



Conteúdo Institucional

DIVULGUE TAMBÉM SEUS PRODUTOS E SERVIÇOS ATRAVÉS DOS CANAIS BR COOP E PROGRAMA COOPCAFÉ!



Pesquisa mostra avanço da imagem e do conhecimento sobre o coop



O cooperativismo está cada vez mais presente no imaginário dos brasileiros. A terceira edição da Pesquisa de Imagem do Cooperativismo, realizada em 2026, mostra um avanço consistente no conhecimento sobre o modelo e revela que atributos como colaboração, prosperidade para a comunidade e distribuição de renda estão fortemente associados às cooperativas. O estudo também aponta que saber que um produto ou serviço tem origem cooperativa pode influenciar a escolha do consumidor.

Realizada entre 29 de julho e 19 de agosto,

a pesquisa ouviu 5.955 pessoas de todas as regiões do país. O levantamento dá continuidade às edições de 2018 e 2023 e permite acompanhar a evolução da percepção e conhecimento da sociedade sobre o cooperativismo. Nesta edição, o estudo também aprofundou a análise dos atributos associados ao modelo e da influência da origem cooperativa sobre as decisões de compra.

Um dos resultados de maior destaque está na lembrança espontânea das cooperativas. Em 2018, 29% dos entrevistados conseguiam

citar, de memória, o nome de uma cooperativa. O percentual chegou a 55% em 2023 e alcançou pelo menos 67% em 2026, um aumento de mais de 200% em oito anos. Os dados evidenciam uma trajetória contínua de ampliação da presença das cooperativas no repertório da população.

Entre as marcas mais lembradas espontaneamente aparecem Sicredi, Sicoob, Unimed, Coamo, Aurora, Unicred e Cresol. Sicredi e Sicoob, juntas, representam 54% das menções reconhecidas, percentual que era de 16,2% em 2018 e 31,7% em 2023.

Conexão com a sociedade

A pesquisa também revela como os brasileiros enxergam o cooperativismo. Para 81,6% dos entrevistados, o conceito está relacionado a características contemporâneas: 44,3% o classificam como atual, 20,8% como moderno e 16,5% como inovador.

Ao comparar cooperativas, empresas privadas, associações e startups, o levantamento identifica territórios de imagem próprios de cada modelo. As cooperativas se destacam especialmente em atributos ligados à sua identidade e ao impacto gerado nas comunidades.

Entre os atributos em que o cooperativismo apresenta o maior percentual estão colaboração e união de membros (33%), capacidade de gerar prosperidade para a comunidade (21,2%), distribuição de renda (19,9%), preço justo (12%), sustentabilidade (10,8%) e responsabilidade ambiental (8,1%).

A percepção reforça o modelo está conectado à atuação coletiva e ao desenvolvimento dos territórios. Responsabilidade comunitária, geração de trabalho e renda e responsabilidade social também aparecem entre os atributos mais associados às cooperativas pelos entrevistados.

Para a superintendente do Sistema OCB, Fabíola Nader Motta, os resultados demonstram que características centrais do modelo são percebidas pela sociedade. "A colaboração, a geração de prosperidade para as comunidades e a distribuição de renda traduzem um modelo que combina atividade econômica, participação

das pessoas e desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, a pesquisa nos ajuda a identificar onde temos espaço para avançar na comunicação sobre a capacidade das cooperativas de inovar, competir e gerar valor", afirma.

Oportunidades

Para reunir diferentes dimensões da familiaridade da população com o modelo, a pesquisa apresenta um Índice de Conhecimento Efetivo, que chegou a 51,4%. O indicador combina quatro medidas: o quanto a pessoa declara conhecer o cooperativismo, sua capacidade de diferenciar cooperativas de outros modelos, a identificação da definição correta e o reconhecimento de cooperativas reais.

O levantamento também mostra diferenças importantes entre os públicos. A renda é o fator que mais separa os níveis de conhecimento: o índice varia 14,7 pontos percentuais entre as classes A e E. A diferença entre a faixa etária mais velha e a mais jovem é de 9,8 pontos, enquanto entre regiões chega a 5,6 pontos.

A gerente de Comunicação e Marketing do Sistema OCB, Samara Araujo, considera que esses recortes oferecem subsídios para direcionar as estratégias de comunicação e ampliar o entendimento sobre o cooperativismo entre diferentes segmentos da sociedade. "A pesquisa nos permite enxergar com mais clareza onde estão as oportunidades de aproximação com cada público. Conhecer essas diferenças é fundamental para construirmos uma comunicação mais assertiva, capaz de traduzir o cooperativismo para diferentes realidades e ampliar a identificação das pessoas com o modelo".

Decisão de compra

Outro resultado relevante está na relação entre cooperativismo e consumo. Ao serem perguntados se ter conhecimento de que um produto ou serviço tem origem em uma cooperativa alteraria sua intenção de compra, 26,5% responderam "sim" e 34,2% "talvez". Juntos, os dois grupos representam 60,7% dos entrevistados. Entre aqueles que afirmaram que a origem cooperativa alteraria sua intenção, 97,8% disseram que comprariam

daquela cooperativa. O efeito aparece com maior intensidade em alimentos, citado por 59,4%, e saúde, com 41,5%.

Ao mesmo tempo, qualidade e preço são os fatores mais considerados nas escolhas de consumo. Essas características foram mencionadas por 60,5% e 53% dos participantes, respectivamente. Entre os atributos relacionados à conduta das organizações aparecem transparência (20,8%), sustentabilidade (18,7%), responsabilidade social (16,4%), responsabilidade comunitária (14,1%), proteção ambiental (13,1%) e produção ética (12%).

“Esse dado traz uma mensagem importante: existe abertura do consumidor para valorizar a origem cooperativa, especialmente quando ela está acompanhada de qualidade e competitividade. Temos uma oportunidade de tornar mais visível o que existe por trás de cada produto e serviço de uma cooperativa: pessoas que participam do negócio, resultados que circulam nas comunidades e uma forma coletiva de gerar prosperidade”, destaca Fabíola.

Reconhecimento do SomosCoop

A pesquisa também mediu o reconhecimento da marca SomosCoop. Em 2026, 26,4% dos entrevistados afirmaram conhecer, já ter tido contato ou ouvido falar da marca, o equivalente a aproximadamente uma em cada quatro pessoas pesquisadas. O resultado ganha um recorte particular entre os mais jovens. Na faixa de 18 a 30 anos, 36,1% conhecem o SomosCoop, enquanto entre pessoas com mais de 51 anos o percentual é de 20,8%. O Sistema OCB, por sua vez, registra reconhecimento de 21,6% na pesquisa.

Na avaliação de Samara Araujo, os resultados também oferecem referências importantes para as próximas estratégias de posicionamento e comunicação do movimento. “A pesquisa mostra que estamos ampliando a presença do cooperativismo no repertório dos brasileiros e, ao mesmo tempo, nos permite entender melhor como cada público se relaciona com essa identidade. O alcance do SomosCoop entre os mais jovens é especialmente relevante porque demonstra uma co-



nexão com uma geração estratégica para o futuro do movimento. Nosso trabalho agora é fortalecer essa identificação e traduzir, de forma cada vez mais simples e próxima, o valor que as cooperativas geram para as pessoas e para o país”, afirma.

Ainda segundo a gerente, os resultados da terceira edição ajudam a dimensionar os avanços obtidos desde 2018 e, ao mesmo tempo, indicam caminhos para ampliar a presença do cooperativismo na sociedade. A combinação entre crescimento da lembrança espontânea, percepção de contemporaneidade e potencial de influência nas escolhas de consumo reforça a importância de aproximar cada vez mais a identidade cooperativista do cotidiano dos brasileiros.

“A pesquisa oferece um retrato muito valioso sobre como o brasileiro enxerga o cooperativismo hoje. Avançamos em conhecimento e reconhecimento, e os dados também mostram onde podemos chegar. Nosso desafio é fazer com que cada vez mais pessoas compreendam o impacto econômico e social das cooperativas e reconheçam o cooperativismo como uma escolha atual, competitiva e capaz de transformar realidades”, conclui Samara.



GERENCIAMENTO DE REDES SOCIAIS



Planejamento estratégico.



Conteúdo relevante.



Posicionamento digital.

Transformamos sua presença nas redes em **autoridade** para sua marca.



VAMOS CONVERSAR?

Sua marca merece ser **vista**.

10:30



Comunicação que **conecta, coopera e transforma.**

 **ESTRATÉGIA** que gera resultados.



 **CONTEÚDO** que comunica e posiciona.



 **PLANEJAMENTO** com propósito e visão.



FALE COM A COMUNICOOP E SAIBA MAIS!



WWW.COMUNICOOP.COM.BR



(21) 99877-7735

Tania Zanella entra para grupo de Top Voices do LinkedIn

A presidente executiva do Sistema OCB, Tania Zanella, passou a integrar o grupo de Top Voices do LinkedIn, reconhecimento concedido pela plataforma a especialistas e lideranças que se destacam pela produção de conteúdos relevantes e pela contribuição qualificada para as principais conversas do ambiente profissional.

O programa LinkedIn Top Voices reúne, por convite, especialistas, executivos, lideranças, agentes de transformação e inovadores que compartilham conhecimento e perspectivas sobre temas relevantes para seus setores e para o mundo do trabalho. Entre os critérios considerados pela plataforma estão a consistência da presença no LinkedIn, a qualidade e originalidade das contribuições, o conhecimento sobre os assuntos abordados e a capacidade de promover discussões que informem e agreguem valor à comunidade profissional.

Para Tania, o reconhecimento reforça a oportunidade de ampliar os espaços de diálogo sobre o cooperativismo e sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social. "Recebo essa valorização com muita alegria e, principalmente, com o compromisso de continuar a levar o cooperativismo para novos espaços de diálogo. Cada conteúdo compartilhado é uma oportunidade de mostrar como as cooperativas fazem parte da vida de milhões de brasileiros, movimentam a economia, geram oportunidades e ajudam a construir soluções para os desafios do país. Ser Top Voice amplia essa possibilidade de conversar com diferentes públicos e aproximá-los ainda mais do nosso movimento", afirma.

À frente da Presidência Executiva do Sistema OCB, Tania tem utilizado o LinkedIn como um dos canais para compartilhar reflexões sobre cooperativismo, gestão, desenvolvimento econômico, inovação, sustentabilidade e os desafios e oportunidades enfrentados pelas cooperativas brasileiras. A presença na plataforma também acompanha agendas institucionais e aproxima o setor de lideranças empresariais, formadores de opinião e profissionais de diferentes segmentos.



Cooperativismo em novas conversas

O reconhecimento ocorre em um momento de fortalecimento da presença institucional do cooperativismo brasileiro em diferentes espaços de debate. Com 29 milhões de cooperados e cerca de 4,4 mil cooperativas, o movimento está presente em setores estratégicos da economia e amplia sua participação nas discussões sobre desenvolvimento, inclusão financeira, produção de alimentos, sustentabilidade, inovação e geração de oportunidades.

Nesse contexto, a presença de uma liderança do Sistema OCB entre os Top Voices contribui para ampliar o alcance das pautas do movimento em uma das principais redes profissionais do mundo e criar conexões com públicos que podem conhecer mais sobre o modelo cooperativista.

"O cooperativismo tem histórias, resultados e experiências que merecem circular cada vez mais. Temos muito a contribuir para os debates sobre o futuro das empresas, das comunidades e do desenvolvimento do Brasil. Quero aproveitar esse espaço para compartilhar conhecimento, mas também para ouvir, trocar experiências e construir novas conexões para o movimento cooperativista", acrescenta Tania.

O reconhecimento como Top Voice é concedido pelo LinkedIn por meio de um programa exclusivo por convite. Segundo a plataforma, os integrantes são selecionados a partir da análise dos conteúdos e das contribuições compartilhadas na rede. O selo azul exibido no perfil identifica os participantes ativos do programa.

ANÚNCIOS QUE CONECTAM. RESULTADOS QUE CRESCEM.

Gestão estratégica de campanhas para Google Ads e Meta Ads com foco em **performance** e **resultados reais**.

GESTÃO DE ANÚNCIOS



Google
Ads



Meta
Ads



ESTRATÉGIAS PERSONALIZADAS

Campanhas alinhadas aos objetivos do seu negócio.



GESTÃO ESPECIALIZADA

Profissionais experientes focados em performance e resultados.



OTIMIZAÇÃO CONTÍNUA

Análises constantes para melhores resultados e menor custo.



COOPERATIVA DE PROFISSIONAIS

Mais colaboração, mais estratégia, mais resultado para você.



**VAMOS CRESCER
JUNTOS?**

Fale com a Comunicooop!



WWW.COMUNICOOP.COM.BR



(21) 99877-7735

YouGreen leva experiência dos catadores ao debate internacional em Zurique



A experiência das cooperativas de catadores brasileiras e os desafios para transformar a coleta seletiva em um serviço ambiental economicamente sustentável chegaram ao debate internacional. Realizado nos dias 2 e 3 de setembro, na Universidade de Zurique, na Suíça, o Matching Workshop 2026 colocou em discussão temas como economia circular, financiamento da gestão de resíduos, inclusão socioproductiva dos catadores e desenvolvimento da bioeconomia amazônica.

Entre as organizações brasileiras participantes está a YouGreen, cooperativa de catadores que atua na gestão integrada de resíduos. A entidade levou ao encontro uma questão que vai além da reciclagem: como reconhecer e remunerar adequadamente os serviços ambientais prestados pelas cooperativas e pelos trabalhadores responsáveis pela recuperação dos materiais recicláveis.

O evento também contou com a participação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilidade do Pará (Semas), representada por Camille Bemerguy, secretária adjunta de Bioeconomia. Assim, duas agendas estratégicas brasileiras — economia circular e aproveitamento sustentável da biodiversidade amazônica — foram aproximadas de pesquisadores nacionais e internacionais.

Cooperativas ocupam posição estratégica na economia circular

A YouGreen atua com coleta, triagem, classificação, rastreamento e encaminhamento de materiais para a indústria recicladora, além de desenvolver ações de conscientização e logística reversa. Na

prática, o modelo coloca a cooperativa em uma posição intermediária entre geradores de resíduos e a indústria que reaproveita esses materiais.

No entanto, um dos principais desafios está justamente na sustentabilidade econômica dessa atividade. A comercialização dos recicláveis, isoladamente, nem sempre é suficiente para financiar toda a estrutura necessária para coleta, separação, logística, equipamentos e remuneração dos trabalhadores.

Por isso, a discussão levada a Zurique envolve o reconhecimento da coleta seletiva como serviço ambiental essencial, capaz de gerar benefícios que ultrapassem o valor comercial dos materiais recuperados. Entre eles estão a redução do volume destinado a aterros, o reaproveitamento de matérias-primas, a diminuição de impactos ambientais e a geração de trabalho e renda.

“Levar a economia circular inclusiva a um evento internacional mostra como o setor de resíduos é um vetor de impacto ambiental, social e econômico”, afirmou Roger Koepl, CEO da YouGreen. Segundo ele, a transição para uma economia mais circular precisa reconhecer os catadores como protagonistas e remunerá-los pelo trabalho realizado.

Financiamento ainda limita expansão da coleta seletiva

A participação da cooperativa também chama atenção para um dos gargalos históricos da reciclagem no Brasil: quem deve financiar a coleta seletiva?

Para a YouGreen, ainda existem barreiras estruturais, culturais e econômicas que dificultam a ex-

pansão do serviço. Entre elas estão a baixa prioridade atribuída à coleta seletiva em determinadas administrações públicas e a ideia de que a receita obtida com a venda dos materiais seria suficiente para sustentar toda a operação.

“Precisamos enfrentar barreiras estruturais, culturais e econômicas, além de criar condições para que a coleta seletiva seja tratada como um serviço essencial”, destacou Koepl.

A discussão interessa diretamente ao cooperativismo porque milhares de catadores encontram nas cooperativas uma alternativa para organizar a produção, negociar coletivamente e ampliar sua inserção na cadeia da reciclagem.

Nesse contexto, modelos capazes de combinar contratos de prestação de serviços, logística reversa, responsabilidade compartilhada e remuneração pelos benefícios ambientais podem abrir novas perspectivas para a sustentabilidade econômica dessas organizações.

Pesquisa pode ajudar a medir impacto das cooperativas

Outro aspecto relevante do Matching Workshop é a aproximação entre experiências práticas e produção científica. A proposta é permitir que problemas enfrentados por organizações e gestores públicos sejam analisados por pesquisadores a partir de evidências e métodos de avaliação.

Para as cooperativas de reciclagem, essa aproximação pode contribuir, por exemplo, para mensurar os impactos econômicos, sociais e ambientais produzidos pelo modelo cooperativista.

Além disso, evidências mais robustas podem auxiliar na formulação de políticas públicas e na avaliação de mecanismos destinados a fortalecer a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A YouGreen pretende utilizar o intercâmbio para comparar experiências brasileiras e internacionais, avaliar os limites do atual modelo de atuação das cooperativas de catadores e identificar alternativas que possam ser ampliadas.

Bioeconomia amazônica entra na agenda

Enquanto a economia circular coloca em discussão o reaproveitamento dos recursos já inseridos na cadeia produtiva, a bioeconomia amazônica apresenta outro desafio: gerar riqueza a partir da biodiversidade sem comprometer a floresta e os conhecimentos das populações que vivem na região.

Essa perspectiva foi apresentada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Clima e Sustentabilida-

de do Pará. Camille Bemerguy tem defendido uma estratégia capaz de aproximar pesquisa científica, comunidades tradicionais, empreendedores locais, startups e empresas.

A proposta é transformar a biodiversidade em vetor de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que se fortalecem atividades compatíveis com a conservação ambiental.

Nesse cenário, o cooperativismo também pode desempenhar papel relevante. Cooperativas agroextrativistas, da agricultura familiar e de comunidades tradicionais podem contribuir para organizar cadeias produtivas, agregar valor aos produtos da floresta e ampliar a capacidade de negociação dos produtores.

Brasil como laboratório de soluções

O Matching Workshop integra as primeiras atividades do Lemann Collaborative, iniciativa criada pela Universidade de Zurique e pela Fundação Lemann, em colaboração com o Abdul Latif Jameel Poverty Action Lab (J-PAL) e a ADEPT.

A primeira edição reuniu mais de dez pesquisadores de diferentes países e lideranças ligadas a áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento brasileiro.

Segundo Claudia Macias, diretora-executiva interina do J-PAL, a proposta é criar um ambiente no qual pesquisadores e representantes do poder público e da sociedade possam trocar experiências e avaliar soluções já testadas em diferentes contextos.

Para Flávia Schmidt, diretora de Conhecimento, Dados e Pesquisa da Fundação Lemann, a aproximação entre conhecimento científico e experiências práticas permite ampliar o repertório para enfrentar problemas sistêmicos brasileiros.

A presença brasileira nos encontros coloca dois desafios aparentemente distintos sob uma perspectiva comum: como transformar recursos ambientais em desenvolvimento econômico e social sem comprometer sua sustentabilidade.

Na economia circular, isso significa reconhecer que reciclar não se resume à comercialização de resíduos, mas envolve serviços ambientais, inclusão produtiva e organização econômica. Na Amazônia, significa criar cadeias capazes de gerar renda mantendo a floresta em pé.

Para o cooperativismo brasileiro, os dois caminhos convergem em um mesmo princípio: organizar pessoas e atividades econômicas para distribuir melhor os resultados e transformar sustentabilidade em oportunidade de desenvolvimento.

Cooperativos propõe agenda para gerar mais renda e desenvolvimento



Ao organizar suas demandas para os próximos anos no documento Propostas para um Brasil Mais Cooperativo 2027–2030, o cooperativismo brasileiro ressaltou logo de início sua prioridade mais estrutural: construir um ambiente de negócios que reconheça a natureza singular das cooperativas, e pare de tratá-las como empresas comuns quando, na verdade, são diferenciadas. O Eixo 1, Cooperativas como vetores de prosperidade e inclusão produtiva, se organiza em quatro frentes: tributação, legislação de fomento, representatividade institucional e regulamentações prioritárias.

A principal argumentação do eixo é o trata-

mento justo do modelo, ao considerar que cooperativas não distribuem lucros para acionistas, não têm investidores externos e não buscam rentabilidade. “O que elas buscam é viabilidade econômica para quem trabalha e produz junto. Essa lógica já está na Constituição. O que o cooperativismo pede é que ela também esteja nas normas, nos editais e nas mesas onde o Brasil decide seu futuro”, afirma Tania Zanella, presidente executiva do Sistema OCB.

Tributação

A Emenda Constitucional 132/2023 e a Lei Complementar 214/2025 abriram caminho

para um regime tributário específico para as cooperativas dentro da Reforma Tributária, incluindo tratamento adequado ao ato cooperativo (transação entre a cooperativa e seus próprios membros) que, por natureza, não se configura como uma operação de mercado e, portanto, também não pode ser tributada como tal.

O avanço dessa conquista está na fase seguinte: a regulamentação. Enquanto normas são editadas e interpretações consolidadas, há risco real de que os progressos sejam esvaziados na prática. Nesse sentido, a demanda é objetiva: a regulamentação precisa respeitar as especificidades do ato cooperativo, garantindo segurança jurídica e competitividade ao setor.

“Não é questão menor. Se uma cooperativa agropecuária for tributada igual a uma empresa comercial, o modelo perde competitividade, e com ele, perdem os pequenos produtores, cooperados e empreendedores que dependem da escala coletiva para acessar mercados”, explica Tania.

Crédito, licitações e acesso a mercados

No financiamento, a proposta é reforçar as linhas de crédito oficiais para todos os segmentos cooperativos e criar instrumentos, como o Certificado de Crédito Cooperativo e de Contratos de Parceria, para ampliar o acesso a fontes alternativas de investimento.

Nas contratações públicas, a questão supera a especificação de direitos — as Leis 14.133/2021 e 12.690/2012 já garantem a participação de cooperativas em licitações. O que falta é que essa participação deixe de encontrar resistência na prática, seja por desconhecimento dos agentes públicos ou por interpretações restritivas sem amparo legal.

O eixo também propõe que cooperativas de pequeno porte tenham acesso aos mesmos benefícios não-tributários disponíveis para microempresas, em áreas como crédito, mercados e inovação. “Nosso formato societário não deve ser obstáculo para políticas de apoio ao empreendedorismo. Pelo contrário, essas políticas precisam ser inclusivas e considerar a relevância do modelo cooperativista

para o desenvolvimento econômico e social do país”, acrescenta Tania.

Presença onde as decisões são tomadas

Outro ponto estratégico defendido pelo cooperativismo é ter assento permanente nos espaços onde políticas relevantes para o setor são formuladas. O Sistema OCB busca consolidar seu papel como órgão técnico-consultivo do governo, conforme já prevê a Lei 5.764/1971, e garantir que o registro na entidade seja reconhecido como condição de acesso às políticas públicas.

A CNCoop, por sua vez, reivindica participação nos fóruns governamentais de temas trabalhistas e sindicais. E há ainda uma demanda prática: ampliar a presença de representantes do cooperativismo nas juntas comerciais, para que os procedimentos de registro se adequem à realidade de um modelo com lógica distinta das sociedades empresariais comuns.

Novos mercados, velhas pendências

O quarto bloco lista regulamentações prioritárias. A entrada no mercado de seguros privados, viabilizada pela Lei Complementar 213/2025, é tratada como uma grande conquista — o modelo cooperativista de seguros é bem-sucedido internacionalmente, com cooperados participando diretamente das decisões sobre coberturas e proteções.

Nas telecomunicações, a Lei 15.324/2026 removeu os entraves que impediam cooperativas de ofertar conectividade. Agora, a prioridade é definição de ambiente regulatório que permita explorar esse potencial — especialmente no meio rural, onde as cooperativas podem ampliar o acesso à internet com mais capilaridade e custo menor do que as soluções convencionais ofertadas.

Por fim, há a regulamentação da Lei das Cooperativas de Trabalho (Lei 12.690/2012), que desde sua sanção opera sem a clareza necessária. O objetivo é dar segurança jurídica a esse modelo de organização — reconhecendo os direitos dos trabalhadores cooperados e eliminando as ambiguidades que hoje geram insegurança para cooperativas e fiscalizadores.

Cooperativas ampliam presença do vinho brasileiro no Vinus 2026



Brasil conquista 88 medalhas em concurso realizado em Mendoza; Aurora, Garibaldi e Nova Aliança estão entre as cooperativas premiadas e ajudam a projetar a diversidade da vitivinicultura nacional

A vitivinicultura brasileira voltou de Mendoza, na Argentina, com 88 medalhas conquistadas no 23º Concurso Internacional de Vinos y Licores Vinus 2026. Realizada nos dias 20 e 21 de agosto, a competição reuniu 500 amostras de 17 países e concedeu aos rótulos brasileiros 22 medalhas de Ouro Duplo, 53 de Ouro e 13 de Prata.

Entre os premiados, o cooperativismo vitivinícola teve presença relevante. Cooperativa Vinícola Aurora, Cooperativa Vinícola Garibaldi e Nova Aliança Vinícola Cooperativa aparecem nas três faixas de premiação e com diferentes categorias de produtos, dos espumantes aos vinhos tranquilos. O desempenho reforça o papel das cooperativas em uma cadeia na qual organização dos produtores, escala, tecnologia e agregação de valor caminham lado a lado.

A participação brasileira no Vinus faz parte de um trabalho permanente da Associação Brasileira de Enologia (ABE), que aproxima as vinícolas nacionais dos principais concursos

internacionais. A entidade organiza e viabiliza o envio de amostras e incentiva a presença dos rótulos brasileiros em avaliações realizadas por especialistas de diferentes países.

Mais do que acumular medalhas, a estratégia contribui para colocar a produção nacional diante de degustadores, compradores, comunicadores e profissionais do setor. Para as cooperativas, essa exposição internacional também ajuda a valorizar uma cadeia produtiva que começa nos vinhedos e envolve produtores associados até chegar ao consumidor com marcas já consolidadas no mercado.

Cooperativas entre os Ouros Duplos

A participação cooperativista aparece com força principalmente entre os 22 rótulos brasileiros que receberam Ouro Duplo, a maior distinção já divulgada nesta etapa do concurso.

A Cooperativa Vinícola Aurora conquistou a categoria com o Aurora Pinto Bandeira Espumante Extra Brut Rosé e o Conde de Foucauld Cabernet Sauvignon 2019. Já a Cooperativa Vinícola Garibaldi chegou ao Ouro Duplo com dois espumantes, o Garibaldi Chardonnay e o Garibaldi Moscatel.

A Nova Aliança Vinícola Cooperativa também colocou dois produtos nesse grupo: Aliança

Espumante Brut Rosé e Santa Colina Espumante Brut Branco.

O conjunto das premiações mostra, ao mesmo tempo, a importância dos espumantes na projeção internacional da produção brasileira e a diversidade alcançada pelas vinícolas do país. A lista completa reúne brancos, tintos e espumantes elaborados com diferentes variedades, métodos e propostas.

Garibaldi amplia diversidade de rótulos premiados

A Cooperativa Vinícola Garibaldi teve participação particularmente diversificada. Além dos dois Ouros Duplos, conquistou medalhas de Ouro com Garibaldi Espumante Pinot Noir, Garibaldi Espumante Prosecco Rosé, Garibaldi Espumante Viognier, Garibaldi Floratta Espumante Moscatel Rosé, Garibaldi VG Espumante Nature Blanc de Blanc e Garibaldi Sauvignon Blanc 2026.

A cooperativa também recebeu duas medalhas de Prata, com o Garibaldi Acordes Merlot 2023 e o Garibaldi VG Chardonnay 2025.

A Aurora, por sua vez, somou aos dois Ouros Duplos medalhas de Ouro para Aurora Espumante Moscatel Branco, Aurora Pinto Bandeira Chardonnay 2025, Aurora Reserva Merlot 2023, Aurora Varietal Malvasia 2025 e Conde de Foucauld Espumante Branco Brut. Outros dois produtos — Aurora Gran Reserva Touriga Nacional 2020 e Aurora Procedências Pinot Noir Espumante Brut Blanc de Noir — ficaram com a Prata.

A Nova Aliança igualmente distribuiu suas conquistas por diferentes marcas e estilos. Além dos dois Ouros Duplos, recebeu Ouro com Aliança Chardonnay 2023, Aliança Espumante Brut Branco, Aliança Espumante Moscatel Rosé, Cerro da Cruz Cabernet Sauvignon 2025, NOVA Ancelotta 2025, NOVA Espumante Champenoise Brut Branco 2023, NOVA Espumante Trebbiano 150 anos e Santa Colina Moscato Giallo 2026. O Wave Espumante Moscatel recebeu Prata.

Vitrine internacional para o vinho brasileiro

O resultado cooperativista está inserido em uma conquista mais ampla da vitivinicultura nacional.

Entre os 88 produtos brasileiros premiados estão rótulos de empresas e vinícolas de diferentes portes, regiões, variedades e estilos.

Essa diversidade interessa particularmente à estratégia de internacionalização do setor. A participação contínua em concursos permite colocar produtos brasileiros lado a lado com vinhos elaborados em países de maior tradição internacional, ao mesmo tempo em que amplia o conhecimento das marcas nacionais entre profissionais especializados.

O Brasil também esteve representado no júri do Vinus pelos enólogos e diretores da ABE Cris-thian Ambrosi, Gilson Berselli e Lucas Bueno Amaral. A presença de profissionais brasileiros nas bancas de avaliação cria outra frente de intercâmbio, permitindo acompanhar tendências, estilos e critérios utilizados internacionalmente.

“Ser convidado como jurado no concurso Vinus foi fundamental para acompanhar as novas tendências enológicas globais e me atualizar quanto aos rígidos critérios de avaliação que moldam o mercado de vinhos, uma experiência enriquecedora para minha carreira como enólogo”, afirmou Lucas Bueno Amaral.

A experiência ajuda a criar uma via de mão dupla: enquanto os produtos brasileiros chegam às avaliações de especialistas estrangeiros, enólogos do país participam dos espaços internacionais nos quais são debatidos qualidade, tendências e evolução do mercado.

Resultado ainda pode crescer

As 88 medalhas não encerram a participação brasileira no Vinus 2026. Os principais títulos da competição serão anunciados em 26 de setembro, durante a cerimônia de premiação.

Na ocasião serão conhecidos o Campeão Internacional Vinus 2026, os vencedores das categorias de tintos, brancos, rosados, espumantes brancos e rosados e vinhos doces, além do Top 10 dos vinhos com as maiores pontuações.

Para as cooperativas premiadas, portanto, o resultado de Mendoza já representa reconhecimento para seus rótulos e para o trabalho desenvolvido na cadeia vitivinícola. A definição dos campeões poderá ampliar ainda mais a presença brasileira — e cooperativista — entre os destaques internacionais da edição.

Sicoob Costa do Descobrimento reduz processamento de balanços a dois minutos

O crescimento da carteira de crédito do Sicoob Costa do Descobrimento trouxe à cooperativa financeira do sul da Bahia um desafio que acompanha muitas organizações em expansão: como ganhar escala sem transformar processos internos em gargalos. Entre 2023 e 2025, a carteira anual saltou de R\$ 154,8 milhões para R\$ 275,2 milhões, avanço de 77,79%, equivalente a aproximadamente R\$ 120 milhões.

A expansão ocorreu em meio ao aumento da base de cooperados, à ampliação da equipe e ao aprimoramento dos processos da área de crédito. Ao mesmo tempo, porém, cresceu o volume de demonstrações financeiras que precisavam ser processadas antes das concessões.

Um dos principais gargalos estava justamente nessa etapa. A inclusão manual das informações dos balanços consumia cerca de cinco horas de trabalho, além de dificultar a padronização e aumentar a exposição a erros operacionais.

“Diante do elevado volume de atendimentos nas agências, dedicar aproximadamente cinco horas ao cadastro de um único balanço representava um desafio operacional significativo”, explica Daniele Scopel, analista de Crédito do Sicoob Costa do Descobrimento.

A necessidade de acompanhar o ritmo de crescimento da carteira levou a cooperativa a buscar uma alternativa capaz de acelerar o processo sem retirar dos profissionais a responsabilidade pela análise técnica.

Inteligência artificial entra no fluxo de crédito

Em 2023, a cooperativa adotou o Itera Balanço, solução de inteligência artificial desenvolvida pela Itera para leitura, interpretação e estruturação automática de demonstrações financeiras.

A ferramenta passou a organizar diferentes documentos contábeis e padronizar as informações antes de sua integração ao fluxo operacional. A validação técnica, entretanto, permaneceu sob responsabilidade dos analistas.

A mudança produziu uma redução expressi-



va de tempo. Uma tarefa que anteriormente exigia aproximadamente cinco horas passou a ser realizada em cerca de dois minutos, redução próxima de 99%.

A adaptação também foi rápida. Segundo as informações fornecidas pela assessoria, em dois dias a equipe já utilizava a ferramenta em sua rotina. Entre 2023 e 2026, aproximadamente 200 demonstrações financeiras foram processadas automaticamente.

O caso chama atenção por mostrar uma aplicação da inteligência artificial menos visível

para o cooperado, mas diretamente relacionada à eficiência das operações financeiras: automatizar tarefas repetitivas para ampliar o tempo disponível aos profissionais responsáveis pela decisão.

Tecnologia devolve tempo aos analistas

Com a automatização da entrada e estruturação das informações dos balanços, parte da carga operacional deixou de ocupar a rotina dos analistas. O tempo passou a ser direcionado para atividades que dependem de avaliação humana, como acompanhamento das operações, relacionamento com os cooperados e desenvolvimento de novos negócios.

“Essa evolução trouxe ganhos significativos de eficiência, permitindo que os colaboradores direcionem mais tempo a atividades de relacionamento com os cooperados, comercialização de produtos e serviços e prospecção de novas oportunidades de negócios para a cooperativa”, afirma Daniele Scopel.

A experiência coloca em evidência uma questão central no debate sobre inteligência artificial no cooperativismo financeiro: a tecnologia não necessariamente substitui a atuação humana, mas pode mudar onde o trabalho humano gera mais valor.

No Sicoob Costa do Descobrimento, a automação ficou concentrada principalmente no tratamento das informações. A avaliação técnica continuou nas mãos dos especialistas, preservando uma etapa fundamental do processo de concessão.

Prazo de concessão cai pela metade

Os resultados chegaram também ao tempo necessário para concluir as operações. Em dezembro de 2025, a cooperativa alcançou prazo de três dias para liberação do crédito, diante dos seis dias anteriormente necessários.

Segundo a cooperativa, a solução também contribuiu para uma evolução positiva em 17 classificações de risco (CRLs), favorecendo a redução das provisões de crédito e aumentando a assertividade das concessões.

A automatização ampliou ainda a padronização dos processos e a confiabilidade das informações, além de reduzir a possibilidade de erros

associados à inclusão manual dos dados.

Os indicadores ganham relevância quando observados ao lado da expansão da carteira. Em apenas dois anos, o volume anual de crédito cresceu R\$ 120,4 milhões, passando de R\$ 154,8 milhões, em 2023, para R\$ 275,2 milhões em 2025.

A experiência demonstra, assim, como investimentos em processos e tecnologia podem acompanhar o crescimento de uma cooperativa sem necessariamente ampliar na mesma proporção a carga de atividades repetitivas sobre suas equipes.

Inovação a serviço do cooperado

O projeto também foi relacionado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, especialmente ao ODS 8 — Trabalho Decente e Crescimento Econômico e ao ODS 9 — Indústria, Inovação e Infraestrutura.

Mais do que a associação aos ODS, porém, o caso apresenta uma questão estratégica para o cooperativismo financeiro: como incorporar inteligência artificial e automação preservando características como relacionamento, proximidade e participação humana nas decisões.

Para Daniele Scopel, a experiência mostrou que eficiência tecnológica e valorização das pessoas podem avançar juntas.

“Essa implementação demonstrou que inovar, no cooperativismo, significa potencializar o trabalho das pessoas e ampliar sua capacidade de gerar valor para os cooperados”, afirma.

Na avaliação da analista, liberar a equipe das tarefas repetitivas abre espaço para atividades relacionadas à análise, ao atendimento e ao relacionamento, fortalecendo “um modelo de crescimento sustentável, pautado na proximidade, na cooperação e no desenvolvimento conjunto da cooperativa e de seus associados”.

Nesse sentido, a experiência do Sicoob Costa do Descobrimento vai além da redução de cinco horas para dois minutos. O ganho mais significativo pode estar justamente na utilização desse tempo: menos trabalho dedicado à transcrição de informações e mais disponibilidade para analisar riscos, atender cooperados e apoiar novos negócios.



16º CONCREDO

GOIÂNIA.GO

**O maior evento do
crédito cooperativo
do mundo em Goiânia**

Intercooperação marca a abertura do 16º Concred



Celebrar o presente e debater o futuro do cooperativismo financeiro. Foi com essa premissa que o presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confefras), Luiz Lesse Moura Santos, abriu o 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), em Goiânia.

“Vamos discutir o cooperativismo financeiro que queremos construir nos próximos anos. O futuro é aquilo que começamos a construir agora. E no cooperativismo ninguém constrói o futuro sozinho.”

Lesse lembrou que a 16ª edição do Concred — maior evento do cooperativismo de crédito do mundo em número de participantes — acontece em um ano importante para o setor: os 40 anos de fundação da Confefras, responsável pela realização do congresso.

“São quatro décadas conectando pessoas, construindo pontes, incentivando a intercooperação e promovendo a integração”, lembrou.

Ainda segundo Lesse, quando falamos de cooperativismo financeiro, não estamos falando apenas de números, mas de pessoas. São 21,2 milhões de brasileiros que encontram nas cooperativas de crédito a oportunidade de abrir o próprio negócio, melhorar de vida, financiar a produção e cuidar da saúde financeira da família.

“Nos próximos dias, vamos falar sobre negócios, inteligência artificial, governança e regula-

mentação. Mas nenhuma grande transformação é construída sozinha. O futuro será mais tecnológico, sustentável e inovador, mas nunca deixará de ser humano e cooperativo”, destacou.

Intercooperação

Também anfitrião do evento, o presidente do Sistema OCB-GO, Luís Alberto Pereira, contou sobre sua insistência para garantir que o evento deste ano fosse realizado em Goiânia.

“Há dois anos, fui ao Concred, em Belo Horizonte, com uma única ideia na cabeça: trazer o próximo Concred para Goiânia. Mas como uma noiva, o 16º Concred já estava comprometido e iria para São Paulo”, relatou destacando que contou com o desprendimento e espírito cooperativo dos colegas paulistas para que o evento viesse para o Centro-Oeste.

“A vinda do Concred para Goiânia reflete o reconhecimento estratégico do cooperativismo goiano para o país. Juntas, nossas cooperativas movimentaram R\$ 11 milhões em 2025, com mais de 650 mil cooperados”, contabilizou.

Durante a abertura do evento, Pereira citou que novas ideias, parcerias e soluções só serão viabilizadas com o trabalho conjunto. “Precisamos modernizar processos, incorporar tecnologia, usar inteligência artificial, aperfeiçoar governança, mas não podemos terceirizar nossa identidade cooperativista. Precisamos de profissionais que entendam a alma do nosso negócio.”

Reconhecimento

O 16º Concred reunirá cerca de 5 mil pessoas em Goiânia, incluindo 80% das lideranças do cooperativismo financeiro nacional. Também estiveram presentes representantes do Banco Central do Brasil — órgão regulador do setor — e de instituições parceiras estratégicas, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

“O Concred é o principal fórum de discussão dos temas relacionados ao cooperativismo de crédito brasileiro”, reconheceu a chefe do Departamento de Organização do Sistema Financeiro (Deorf) do Banco Central do Brasil, Carolina Pancotto Bohrer. Ela destacou um acordo de cooperação técnica realizado com a Confefras que tem permitido uma parceria proveitosa com as cooperativas, facilitando a troca de informações e a supervisão do setor: o BC UNEVozes.

O superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES, Marcelo Porteiro Cardoso, ressaltou a proximidade do banco de fomento com as cooperativas de crédito.

“As cooperativas de crédito são responsáveis por mais de 70% das operações de crédito do BNDES. Foram R\$ 52 bilhões em créditos e garantias. Crédito voltado, principalmente, para micro, pequenos e médios negócios com impacto positivo na geração de empregos formais”, garantiu.

Já o gerente de Capitalização e Serviços Financeiros do Sebrae, Valdir Oliveira, destacou que nenhum número é tão representativo quanto humanizar o processo de crédito. “Ninguém mais do que as cooperativas podem nos ajudar nesse processo. Em nome dos 30 milhões de CNPJs de pequenas empresas, o nosso muito obrigado às cooperativas.”

Realizando sonhos

Em um discurso repleto de agradecimentos, o presidente do Conselho de Administração do Sistema OCB, Marcio Lopes de Freitas, fez um chamado a todos os presentes: que mantenham viva a essência do cooperativismo nos negócios.

“Nós precisamos cultivar a essência do nosso cooperativismo. A geração de números é importante, mas não podemos deixar de lado aquilo que nos diferencia. A nossa essência é ser cooperativo.”

José Alves, presidente da ACI Américas, para-

benizou o trabalho realizado pelas cooperativas brasileiras destacando que essas instituições são uma inspiração para as cooperativas de crédito do continente e do mundo.

“Quando uma cooperativa acredita em uma família, não está realizando apenas uma operação financeira. Está fazendo com que sonhos se transformem em projetos e que projetos se transformem em realidade. Estamos presentes onde existem pessoas que precisam ser vistas, ouvidas e ter uma oportunidade.”

Quem mais falou na abertura do Concred

“A gente verdadeiramente acredita no cooperativismo, em Goiânia. Aqui, o prefeito e o secretário de desenvolvimento econômico são cooperativistas. E o que é a essência do cooperativismo? São as pessoas. É nelas que o cooperativismo, especialmente o de crédito, está focado sempre.”

Coronel Cláudia Lira, vice-prefeita de Goiânia.

“As cooperativas geram oportunidade e constroem relações de confiança. Cooperativismo precisa evoluir, mas não podemos perder nossa essência. Podemos crescer, mas sem deixar de ser humanos.”

Marcelo Baiocchi Carneiro, presidente do Sicoob Nova Central

“Façamos parcerias sólidas com instituições próximas para fortalecer a educação cooperativa. Que possamos falar da cultura do cooperativismo. Que isso passe a ser o modo de vida das comunidades. Assim deixaremos um legado para as gerações futuras e um legado para o negócio que a gente tanto defende.”

Celso Ronaldo Raguzzoni Figueira, presidente da Central Sicredi Brasil Central

“Este ano, o Concred deveria ser realizado em São Paulo, mas as lideranças daquele estado ouviram o nosso pedido, e cederam a vez para o Goiás, por entenderem como seria importante dar visibilidade para nossa região. Isto é intercooperação”

Raimundo Nonato Leite Pinto, presidente da Central Sicoob Uni

Tânia Zanella defende educação cooperativista para sustentar o crescimento



Em entrevista à BR Coop, a presidente executiva do Sistema OCB, Tânia Zanella, aborda educação cooperativista, participação dos associados e formação de novas lideranças. Para ela, a expansão do cooperativismo financeiro deve combinar escala, identidade e geração de valor para as comunidades

1. Qual é o maior risco de um crescimento sem educação cooperativista?

O cooperativismo financeiro vive um momento muito importante de expansão, e isso aumenta também a nossa responsabilidade de fortalecer aquilo que sustenta esse crescimento. Quanto mais pessoas chegam às cooperativas, maior precisa ser o nosso cuidado para que elas compreendam o que significa ser cooperado, como podem participar e qual é o seu papel na construção daquele negócio.

A educação cooperativista é justamente o que transforma uma relação de uso em uma relação de pertencimento. É ela que ajuda o cooperado a entender que participa de uma instituição financeira da qual também é dono, que tem voz nas decisões e que os resultados gerados retornam para os próprios cooperados e para o desenvolvimento das comunidades.

Por isso, crescimento e educação precisam caminhar juntos. Podemos ampliar ativos, presença territorial, número de cooperados e soluções oferecidas e, paralelamente, fortalecer participação, identidade e cultura. É essa combinação que dá sustentabilidade ao crescimento.

Esse é um tema especialmente relevante para nós em 2026, o Ano da Cultura Cooperativista para o Sistema OCB.

2. Como ampliar escala preservando participação e identidade?

Escala e identidade precisam ser vistas como dimensões complementares. A escala dá condições para investir em tecnologia, inovação, segurança, qualificação das equipes e novas soluções. A identidade garante que todo esse crescimento continue orientado pelas pessoas e pelos princípios que diferenciam uma cooperativa.

O ponto central está na governança e na capacidade de fazer a participação evoluir junto com a organização. Uma cooperativa que cresce precisa encontrar novas formas de se relacionar com os cooperados, ampliar os canais de participação, utilizar a tecnologia para aproximar as pessoas e manter espaços em

que elas possam contribuir efetivamente para as decisões.

E temos hoje ferramentas que ajudam muito nesse processo. A participação pode acontecer de diferentes maneiras, combinando assembleias, núcleos, comitês, canais digitais, programas de formação e espaços voltados a jovens e mulheres. A tecnologia, inclusive, pode ser uma grande aliada para aproximar o cooperado da governança.

O desafio para os próximos anos será justamente esse: transformar escala em capacidade de gerar ainda mais valor e proximidade. Quanto maior uma cooperativa se torna, mais importante é garantir que o cooperado continue se reconhecendo naquele projeto coletivo.

3. Quais indicadores deveriam medir o sucesso do setor além dos ativos?

Ativos são importantes porque mostram solidez, capacidade de operação e a dimensão econômica alcançada pelo cooperativismo financeiro. Mas eles contam apenas uma parte dessa história.

Precisamos olhar também para quantas pessoas conseguimos incluir no sistema financeiro, quantos municípios atendemos, quanto valor permanece circulando nas comunidades, qual é a satisfação dos cooperados, como evolui sua participação na governança e qual é o impacto gerado nos territórios.

Hoje, o cooperativismo de crédito está presente fisicamente em 59% dos municípios brasileiros e é a única instituição financeira fisicamente presente em 1.072 cidades. Esse é um indicador extremamente relevante porque mostra que crescimento também pode ser medido pela capacidade de chegar a lugares e pessoas que precisam de acesso a serviços financeiros.

Eu acrescentaria ainda indicadores de participação, diversidade e renovação das lideranças. Quantos jovens estão chegando? Quantas mulheres ocupam espaços de decisão? Como está a participação nas assembleias? Qual é o nível de pertencimento dos cooperados? São perguntas importantes porque mostram a vitalidade do modelo.

O sucesso do cooperativismo financeiro pre-

cisa ser observado por um conjunto de dimensões: solidez econômica, geração de valor para o cooperado, inclusão financeira, participação, impacto local e capacidade de preparar o futuro.

4. Como formar a próxima geração de dirigentes?

A formação da próxima geração começa muito antes de surgir a necessidade de escolher um novo presidente, conselheiro ou diretor. Sucessão precisa ser um processo permanente de identificação de talentos, desenvolvimento, formação e criação de oportunidades para que novas pessoas participem das decisões.

Temos lideranças que dedicaram décadas ao cooperativismo e construíram um patrimônio extraordinário de conhecimento, confiança e relacionamento com os cooperados. Um dos nossos grandes desafios é transformar essa experiência em legado. Isso significa criar pontes entre gerações, estimular mentorias e preparar pessoas para assumir responsabilidades de maneira gradual e consistente.

No Sistema OCB, temos avançado nessa direção com iniciativas como o Futuras Lideranças, que trabalha competências essenciais para quem vai conduzir as cooperativas nos próximos anos, e com espaços como o Geração C e o Elas pelo Coop, os comitês que estimulam a participação de jovens e mulheres.

O próprio Sistema OCB vive hoje uma evolução importante de governança, com a separação entre a Presidência do Conselho de Administração e a Presidência Executiva. Esse modelo permite valorizar o legado e a experiência acumulados e, simultaneamente, profissionalizar a gestão e ampliar os espaços para novas lideranças.

O dirigente que estamos formando para o futuro precisará reunir competências diferentes. Terá que compreender gestão, tecnologia, sustentabilidade e dados, mas também conhecer profundamente a identidade cooperativista, saber ouvir, construir coletivamente e manter proximidade com o cooperado. Preparar a próxima geração significa formar pessoas capazes de conduzir a transformação preservando aquilo que faz do cooperativismo um modelo único.

Cartilha orienta municípios sobre movimentação de recursos em cooperativas de crédito



Um dos destaques do 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred 2026), em Goiânia, foi o lançamento da 3ª edição da cartilha “Retenção de Riqueza nos Municípios — Relação entre Cooperativas de Crédito e Entes Públicos Municipais”. A apresentação ocorreu em 28 de agosto de 2026, durante o painel da manhã.

Especialmente organizada para atender às prefeituras, a cartilha mostra como a circulação do dinheiro público no próprio território pode estimular crédito, renda e arrecadação.

A publicação foi realizada pelo Sistema OCB, Sebrae Nacional e Banco Central do Bra-

sil, com apoio institucional da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras) e Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop).

Mais do que explicar procedimentos, o documento apresenta a gestão dos recursos municipais como uma decisão capaz de influenciar o desenvolvimento econômico. Quando parte do dinheiro arrecadado ou administrado pela prefeitura permanece no território, pode ampliar a disponibilidade de crédito para produtores rurais, pequenos negócios e demais

empreendedores. Esse movimento tende a estimular a atividade econômica, a geração de empregos, o consumo e, consequentemente, a arrecadação municipal.

Relação avança nos municípios

Dados do Banco Central reunidos na cartilha mostram que 373 cooperativas de crédito mantinham, em dezembro de 2025, relacionamento com 5.233 entes públicos municipais, distribuídos por 2.670 municípios brasileiros.

O volume de recursos públicos municipais depositados nessas instituições chegou a R\$ 4,33 bilhões, crescimento de 152,9% em comparação com dezembro de 2021, quando o saldo era de aproximadamente R\$ 1,7 bilhão.

A relação não envolve apenas as prefeituras. Câmaras municipais, fundos de previdência, secretarias, serviços de água e esgoto, fundos de saúde e educação, consórcios, fundações, companhias e outras entidades controladas pelos municípios também podem manter depósitos em cooperativas, desde que atendidas as exigências legais.

A cartilha registra 3.447 relacionamentos com prefeituras, 1.010 com câmaras municipais e 831 com fundos municipais de previdência. Como uma mesma entidade pode operar com mais de uma cooperativa, o levantamento contabiliza 6.534 vínculos.

Essa expansão encontra apoio na presença territorial do cooperativismo financeiro. Segundo dados de dezembro de 2025 citados na publicação, as cooperativas formavam a maior rede presencial de serviços financeiros do país, com mais de 10,5 mil pontos de atendimento. O segmento estava presente fisicamente em 3.287 dos 5.570 municípios brasileiros e constituía a única alternativa presencial em 1.072 localidades.

Nova regra amplia aplicação local

A atualização da cartilha incorpora as mudanças estabelecidas pela Resolução CMN 5.273/2025, que alterou as condições para a captação de recursos municipais pelas cooperativas de crédito.

Pelo novo regramento, as cooperativas podem aplicar livremente recursos municipais



equivalentes a até 5% do saldo total de seus depósitos à vista e a prazo, quando não forem filiadas a um sistema. Para as cooperativas filiadas, o percentual sobe para 6%.

Antes da alteração, apenas o montante coberto pela garantia do FGCoop — limitada a R\$ 250 mil — poderia integrar os recursos disponíveis para operações de crédito. O valor excedente precisava ser direcionado diariamente a títulos públicos federais.

Com a mudança, uma parcela maior dos depósitos municipais pode financiar operações com os associados da cooperativa. Valores que ultrapassem os limites de 5% ou 6% deverão ser registrados em conta de pagamento pré-paga mantida pelo ente público.

A possibilidade de aplicação local amplia o potencial econômico da medida. Os depósitos podem fortalecer a capacidade da cooperativa de oferecer crédito a empreendedores e produtores do próprio território, contribuindo para que os recursos públicos gerem novos ciclos de produção, renda e arrecadação.

Regras para receber depósitos

A autorização para receber recursos municipais não alcança todas as cooperativas. Somente as classificadas como plenas ou clássicas, autorizadas a captar depósitos e em conformidade com os requisitos mínimos de capital e limites regulamentares, podem realizar essas operações. Cooperativas de capital e empréstimo não estão habilitadas.

Também é necessário que a cooperativa possua uma dependência instalada no município.

Além disso, a captação deve ser aprovada em assembleia geral, com a identificação nominal de cada município registrada em ata.

A legislação permite depósitos à vista, depósitos a prazo sem emissão de certificado e contas de pagamento pré-pagas. Entretanto, o município e seus órgãos não se tornam associados da cooperativa e, por isso, não podem contratar operações de crédito destinadas aos cooperados.

Outro impedimento ocorre quando o prefeito, o vice-prefeito ou um secretário municipal integra a diretoria ou o conselho de administração da cooperativa. Nessa situação, a instituição não pode receber depósitos do respectivo município.

Governança e interesse público

A Atricon recomenda que a escolha da instituição financeira seja precedida de análises técnica, jurídica e econômico-financeira. A administração municipal também deve demonstrar a vantajosidade da operação e avaliar os riscos de liquidez e de funcionamento.

A decisão precisa constar de procedimento administrativo formal, observar as regras de responsabilidade fiscal e contar com a manifestação dos setores de assessoramento jurídico e controle interno. Dessa forma, a opção

por uma cooperativa deve resultar de critérios objetivos, compatíveis com os princípios da legalidade, impessoalidade, publicidade, moralidade e eficiência.

A cartilha destaca que o relacionamento pode ir além da manutenção de depósitos. As cooperativas estão autorizadas a prestar serviços de arrecadação de tributos e taxas, processamento da folha de pagamento, gestão de contas e transferências. Também podem oferecer crédito consignado aos servidores que se associarem à instituição.

Os municípios podem ainda negociar contrapartidas voltadas ao desenvolvimento local, como a abertura de postos de atendimento, linhas de crédito com condições específicas, capacitação de pequenos negócios e produtores rurais, educação financeira e apoio a políticas públicas.

Ao reunir a legislação, as mudanças regulatórias e as recomendações dos órgãos de controle, a publicação procura reduzir dúvidas que ainda limitam a aproximação entre administrações municipais e cooperativas. O desafio, a partir de agora, é transformar a possibilidade normativa em decisões tecnicamente fundamentadas, capazes de conciliar segurança na gestão pública com desenvolvimento econômico nos territórios.

Cooperativas e municípios em números

R\$ 4,33 bilhões

em depósitos municipais nas cooperativas em dezembro de 2025

152,9%

de crescimento em relação a dezembro de 2021

373 cooperativas

com recursos de entes municipais

5.233 atendidos

dentre entes públicos municipais

2.670 municípios

com esse tipo de relacionamento;

3.287 municípios

com presença física de cooperativas de crédito

1.072 municípios

onde a cooperativa é a única instituição financeira presencial

CONFIANÇA QUE
FORTALECE O
COOPERATIVISMO DE CRÉDITO



4 DE JULHO - DIA INTERNACIONAL DO COOPERATIVISMO

FGCOP
Fundo Garantidor do
Cooperativismo de Crédito



**Dia Internacional
do Cooperativismo**



Risco climático entra na análise de crédito das cooperativas



Sustentabilidade passa a influenciar a avaliação de investimentos, a gestão das carteiras e o financiamento de atividades capazes de resistir aos efeitos das mudanças do clima

Os riscos climáticos já afetam a produção, a infraestrutura, o emprego e a capacidade de pagamento de empresas e produtores. Por isso, as cooperativas de crédito precisam incorporar informações ambientais e sociais à análise das operações, ao planejamento es-

tratégico e às decisões sobre a destinação dos recursos financeiros.

A avaliação foi apresentada por Denise Hills, presidente do Conselho Consultivo do Instituto Equilíbrio, durante a palestra "Da Sustentabilidade à Regeneração: como organizações podem liderar a transição para uma economia mais resiliente, inclusiva e próspera". O encontro ocorreu em 28 de agosto, durante o 16º Congresso Brasileiro

do Cooperativismo de Crédito (Concred), em Goiânia.

Com experiência no mercado financeiro e na área de sustentabilidade, Denise defendeu que a agenda climática deixou de representar apenas uma responsabilidade ambiental. Atualmente, ela interfere na avaliação dos riscos, na continuidade dos negócios e nos resultados econômicos das organizações.

Nesse contexto, o setor financeiro ocupa uma posição estratégica. Ao determinar quais atividades receberão crédito, as instituições podem ajudar empresas, produtores e comunidades a se prepararem para mudanças que já alteram as condições de produção em diferentes partes do país.

Crédito para uma economia mais resiliente

A incorporação do risco climático à concessão de crédito não significa apenas restringir financiamentos. O objetivo é conhecer melhor as vulnerabilidades de cada atividade e apoiar investimentos capazes de funcionar em condições ambientais diferentes daquelas observadas no passado.

Uma propriedade rural sujeita a longos períodos de estiagem, por exemplo, apresenta necessidades distintas de outra localizada em uma área com possibilidade crescente de chuvas intensas. Da mesma forma, instalações industriais, estruturas logísticas e empreendimentos urbanos precisam considerar a disponibilidade de água, as ondas de calor, os incêndios, as inundações e outros eventos capazes de interromper as operações.

Ao conhecer essas exposições, a cooperativa pode avaliar os riscos com maior precisão e orientar os associados sobre tecnologias, infraestrutura e práticas produtivas mais

adequadas. Dessa maneira, sustentabilidade e segurança da carteira de crédito passam a integrar uma mesma estratégia.

O alerta encontra respaldo no Relatório de Riscos Globais 2026, do Fórum Econômico Mundial. No horizonte de dez anos, cinco riscos ambientais aparecem entre os dez considerados mais severos: eventos climáti-

cos extremos, perda de biodiversidade e colapso dos ecossistemas, alterações críticas nos sistemas da Terra, escassez de recursos naturais e poluição. Os três primeiros ocupam as posições iniciais da classificação de longo prazo. Fórum Econômico Mundial

A adaptação começa no território

Um dos principais pontos da apresentação foi a necessidade de construir respostas de acordo com a realidade de cada região. "A adaptação tem CEP. Ela é regional", resumiu Denise Hills.

No Sul, chuvas intensas e enchentes podem provocar perdas econômicas, comprometer garantias e interromper atividades. No Norte e no Nordeste, secas e queimadas representam ameaças crescentes. Já no Centro-Oeste, ondas de calor, baixa umidade e incêndios podem reduzir a produtividade e afetar as condições de trabalho.

Essa diversidade reforça uma característica do cooperativismo financeiro: a proximidade com os territórios. Por conhecerem seus associados e as cadeias produtivas locais, as cooperativas podem identificar vulnerabilidades específicas e participar da construção de soluções compatíveis com cada município.

O desafio é transformar esse conhecimento em critérios de análise, orientação técnica e produtos financeiros. Isso pode incluir crédito para recuperação de nascentes, conservação do solo, uso eficiente da água, agricultura de baixo carbono, energia renovável e adaptação de instalações produtivas.

Informação melhora decisões

Durante a palestra, Denise apresentou o AdaptaBrasil MCTI como uma das ferramentas que podem apoiar as cooperativas. Desenvolvida no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, a plataforma reúne índices e indicadores sobre os riscos dos impactos das mudanças climáticas no Brasil.

Os dados estão disponíveis para todos os municípios e podem ajudar a identificar vulnerabilidades relacionadas, entre ou-

tras áreas, à agricultura, aos recursos hídricos, à saúde, à infraestrutura e à segurança alimentar.

A utilização dessas informações pode tornar mais segura a avaliação das operações. Além de verificar renda, garantias e histórico financeiro, a cooperativa poderá considerar se o empreendimento financiado está preparado para as condições climáticas projetadas para os próximos anos.

Essa análise tende a ser especialmente importante nos financiamentos de longo prazo. Uma obra, instalação ou atividade produtiva planejada hoje precisará manter sua viabilidade por dez ou vinte anos, período em que os padrões de temperatura, chuva e disponibilidade de recursos naturais poderão sofrer alterações significativas.

Da mitigação à regeneração

A discussão apresentada no Concred também avançou da redução dos danos para a regeneração dos territórios. Nesse conceito, as organizações não devem apenas diminuir emissões ou impactos negativos, mas contribuir para recuperar ecossistemas e fortalecer a capacidade de adaptação das comunidades.

A restauração de áreas naturais, a recuperação de nascentes e a adoção de práticas agrícolas mais resilientes estão entre as possibilidades. Dependendo do território, soluções baseadas na natureza podem apresentar custos menores e resultados mais amplos do que intervenções convencionais de infraestrutura.

Entretanto, o acesso ao crédito, isoladamente, não garante a transformação. A mudança também exige assistência técnica, capacitação e redes de apoio que permitam aos cooperados aplicar novas tecnologias e ajustar seus modelos de produção.

Nesse aspecto, o cooperativismo pode combinar financiamento, educação e atuação coletiva. A intercooperação com organizações agropecuárias, de infraestrutura, energia, trabalho e produção pode ampliar o alcance das iniciativas e distribuir conhecimento entre diferentes setores.



Sustentabilidade envolve toda a cadeia

A análise dos riscos socioambientais também precisa alcançar fornecedores, trabalhadores e comunidades. Não basta melhorar indicadores ambientais se as decisões empresariais transferem custos e vulnerabilidades para outros participantes da cadeia produtiva.

Assim, condições de trabalho, renda, diversidade e direitos humanos devem integrar a avaliação dos empreendimentos financiados. Para as cooperativas, essa perspectiva amplia a responsabilidade sobre os impactos do crédito, mas também reduz riscos de imagem, perdas financeiras e problemas regulatórios.

A ampliação das exigências de transparência reforça a necessidade de conhecer os efeitos ambientais e sociais associados às carteiras. Contudo, cumprir as normas representa apenas o ponto de partida. O avanço efetivo dependerá da capacidade de transformar dados científicos e conhecimento local em decisões mensuráveis.

Ao levar essa discussão ao Concred 2026, Denise Hills colocou o risco climático no centro da estratégia financeira. Para o cooperativismo de crédito, a sustentabilidade passa a representar uma ferramenta de proteção da carteira, orientação dos cooperados e desenvolvimento de territórios mais preparados para enfrentar uma realidade ambiental em transformação.

Geotecnologia amplia controle de riscos no crédito rural



Novas exigências socioambientais demandarão das cooperativas maior conhecimento sobre propriedades, atividades financiadas e capacidade de adaptação dos produtores

Um dos assuntos debatidos durante o 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), realizado em Goiânia, envolveu a nova etapa da análise do crédito rural. Além da capacidade de pagamento, das garantias e do histórico financeiro do produtor, as instituições de crédito deverão avaliar

com maior profundidade os riscos sociais, ambientais e climáticos relacionados às propriedades e às atividades financiadas.

Para as cooperativas financeiras, esse movimento exigirá investimentos em tecnologia, qualificação das equipes e acompanhamento mais próximo dos associados. Ao mesmo tempo, poderá melhorar a gestão das carteiras e reduzir perdas provocadas por irregularidades ambientais, eventos climáticos e mudanças nas condições de produção.

O evento contou com um painel que teve a participação de Cláudio Filgueiras Pacheco Moreira, chefe do Departamento de Regulação, Supervisão e Controle das Operações do Crédito Rural e do Proagro (Derop), do Banco Central do Brasil. A mediação coube ao vice-presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras), Donizetti José.

O encontro mostrou que sustentabilidade, tecnologia e estabilidade financeira passaram a integrar uma mesma agenda no financiamento do campo. "Sustentabilidade e estabilidade financeira são indissociáveis", afirmou Moreira.

Imagens de satélite apoiam decisões

Uma das principais ferramentas apresentadas pelo representante do Banco Central foi a geotecnologia. Por meio do cruzamento da localização das propriedades com imagens de satélite e outras bases de dados, as instituições financeiras podem acompanhar o uso do solo e identificar alterações no território.

O recurso permite verificar, por exemplo, a existência de desmatamento, sobreposição com áreas protegidas ou outras situações capazes de impedir a concessão do financiamento. Dessa forma, a tecnologia reduz a dependência de informações exclusivamente declaratórias e amplia a capacidade de conferência das cooperativas.

Ainda segundo os especialistas, o sensoriamento remoto também pode contribuir para o acompanhamento das atividades após a liberação do crédito. Dependendo das bases utilizadas, a instituição consegue observar mudanças na cobertura vegetal, evolução das lavouras e possíveis exposições a eventos climáticos.

Entretanto, o acesso às imagens representa apenas uma parte do processo. O principal desafio está em transformar dados geográficos em conhecimento aplicável à análise financeira. Para isso, as cooperativas precisarão combinar tecnologia, experiência das equipes e conhecimento da realidade produtiva de cada região.

Informação reduz assimetrias

A apresentação no painel do Concred 2026 deixa a entender que o crédito rural envol-

ve uma assimetria natural de informações. O produtor conhece detalhadamente sua propriedade, enquanto a instituição financeira precisa reunir documentos, dados públicos, vistorias e outros elementos para compreender a operação e medir os riscos.

Outro fator é que as geotecnologias ajudam a reduzir essa diferença. Com informações mais completas, a cooperativa pode verificar se os dados apresentados correspondem às condições observadas no território e identificar antecipadamente fatores que comprometam o financiamento. Está aí um exemplo de uso da tecnologia para determinada finalidade.

E tudo isso já está em prática. No Banco Central, essa agenda levou à criação do Projeto Geotec, voltado à capacitação do Sistema Financeiro Nacional para o uso sistemático do sensoriamento remoto. A autoridade monetária também mantém cooperação com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para aprimorar o emprego dessas informações.

A ampliação da oferta de satélites públicos e de serviços especializados tornou essas ferramentas mais acessíveis. Ainda assim, incorporá-las à rotina exige processos internos, profissionais capacitados e critérios claros para interpretar os resultados.

No cooperativismo financeiro, a tecnologia pode complementar uma vantagem já existente: a proximidade com o associado. O conhecimento direto sobre o produtor, a propriedade e a cadeia produtiva permite interpretar os dados com maior precisão e evitar análises exclusivamente automatizadas.

Novas exigências chegam em 2027

A adequação das operações também será impulsionada por mudanças regulatórias. Durante o painel, Moreira destacou duas normas do Conselho Monetário Nacional com entrada em vigor prevista para 2027.

A Resolução CMN nº 5.252/2025 estabelece critérios relacionados à identificação e à classificação de ativos e passivos sustentáveis. A medida procura dar maior consistência às informações utilizadas pelas instituições financeiras e evitar que operações sejam apresentadas como sustentáveis sem atender a

requisitos verificáveis.

Já a Resolução CMN nº 5.303/2026 altera a seção do Manual de Crédito Rural que trata dos impedimentos sociais, ambientais e climáticos. A norma interfere diretamente nos procedimentos de verificação que antecedem a liberação dos recursos.

As mudanças demandarão revisão de sistemas, documentos, contratos e rotinas de análise. Além disso, as cooperativas precisarão orientar os associados sobre as condições necessárias para acessar o financiamento.

Segundo Moreira, o Banco Central avalia os possíveis efeitos das normas sobre as cooperativas e prepara informações para que o segmento possa acompanhar as exigências e promover as adaptações.

Regularização também exige orientação

A maior fiscalização socioambiental pode representar uma dificuldade para produtores que ainda enfrentam pendências documentais ou ambientais. Por isso, a atuação das cooperativas não deve se limitar à aprovação ou à recusa do crédito.

Ao identificar um impedimento, a instituição pode orientar o associado sobre os procedimentos necessários para buscar a regularização. Esse trabalho preventivo evita que o problema seja descoberto apenas na etapa final da operação, quando o produtor já depende dos recursos para iniciar o plantio ou realizar investimentos.

A assistência técnica e a educação financeira ganham importância nesse processo. Em parceria com cooperativas agropecuárias, entidades de extensão rural e profissionais especializados, as cooperativas de crédito podem ajudar os associados a compreender as exigências e planejar a adequação das propriedades.

Essa atuação também protege a própria carteira. Quanto maior o conhecimento sobre a estrutura produtiva, o nível de tecnologia, os investimentos realizados e os mecanismos de mitigação, melhores serão as condições para avaliar a capacidade de pagamento diante de secas, enchentes, incêndios ou oscilações de produtividade.



Sustentabilidade como gestão de risco

O debate no Concred evidenciou que as finanças sustentáveis não se resumem ao financiamento de projetos ambientais. Elas envolvem a incorporação dos riscos sociais, ambientais e climáticos às decisões financeiras.

Uma operação aparentemente rentável pode tornar-se vulnerável se a atividade financiada estiver exposta à escassez de água, ao desgaste do solo, a eventos meteorológicos extremos ou a impedimentos legais. Da mesma forma, investimentos em irrigação eficiente, recuperação de áreas e tecnologias de adaptação podem aumentar a resiliência do produtor e reduzir o risco da operação.

Para as cooperativas, a mudança regulatória representa um desafio de conformidade, mas também uma oportunidade de qualificar o relacionamento com os associados. A combinação entre dados de satélite, conhecimento territorial e orientação técnica pode tornar o crédito rural mais seguro e adequado às transformações do campo.

A tecnologia não substitui o conhecimento humano nem a proximidade característica do cooperativismo. Sua função é oferecer novas evidências para que dirigentes, analistas e produtores tomem decisões mais consistentes. Esse equilíbrio será determinante para alinhar expansão do crédito, responsabilidade socioambiental e estabilidade financeira.

Crédito cooperativo pode ampliar protagonismo do agro brasileiro

O avanço do Brasil no mercado mundial de alimentos dependerá da capacidade de financiar produtores, elevar a produtividade e responder às transformações econômicas, ambientais e geopolíticas. Nesse cenário, a integração entre cooperativas de crédito e cooperativas agropecuárias poderá assumir um papel estratégico, especialmente no atendimento aos pequenos e médios produtores rurais.

A avaliação foi apresentada pelo ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues, uma das principais lideranças do cooperativismo brasileiro, durante o talk show “Raízes do Futuro: um diálogo sobre liderança, agro e desenvolvimento”. A atividade integrou a programação do 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), realizado em Goiânia.

Entrevistado pela jornalista especializada em agronegócio Kelly Godói, Rodrigues analisou as oportunidades abertas para a agricultura brasileira em meio a um período marcado por conflitos internacionais, aumento dos custos de produção, mudanças climáticas e reorganização das cadeias globais de abastecimento.

Embora essas instabilidades pressionem o setor produtivo, elas também reforçam a importância dos países capazes de oferecer alimentos em escala e com regularidade. Para Rodrigues, o Brasil reúne condições para ampliar sua participação nesse mercado, desde que consiga combinar crédito, tecnologia, sustentabilidade e organização dos produtores.

Demanda mundial abre novas oportunidades

O crescimento populacional, a urbanização e a elevação da renda nos países emergentes deverão sustentar a expansão do consumo mundial de alimentos na próxima década. O relatório Perspectivas Agrícolas OCDE-FAO 2026-2035 projeta crescimento de 13% na produção agrícola e pesqueira global durante o período, impulsionado principalmente por ganhos de produtividade e intensificação da produção.

Segundo o documento, parte importante dessa expansão deverá ocorrer na América Latina, na Ásia e na África Subsaariana. O cenário coloca o Brasil entre os países com



capacidade para responder ao aumento da demanda, mas também exige investimentos em inovação, infraestrutura, adaptação climática e redução das perdas ao longo das cadeias produtivas.

Durante o Concred, Roberto Rodrigues ressaltou que o país já ocupa posições de liderança no comércio internacional de produtos como soja, milho, café, açúcar, suco de laranja e carnes bovina e de frango. Entretanto, transformar essa presença em desenvolvimento econômico mais abrangente dependerá da inclusão dos produtores de menor porte no processo de modernização.

Nesse ponto, o cooperativismo financeiro pode funcionar como instrumento de acesso a recursos e de redução das desigualdades no campo. A proximidade com os associados permite às cooperativas conhecer as características das propriedades, as cadeias produtivas regionais e os riscos que cercam cada atividade.

Integração entre crédito e produção

Para Rodrigues, cooperativas financeiras e agropecuárias precisam atuar de maneira mais coordenada. Enquanto as primeiras oferecem crédito e serviços financeiros, as organizações do agro reúnem produtores, organizam a produção, prestam assistência técnica e facilitam o acesso aos mercados.

A integração dessas estruturas pode gerar operações mais seguras e adequadas aos ciclos produtivos. A cooperativa agropecuária conhece o histórico, a capacidade de produção e as necessidades dos associados. Já a cooperativa de crédito pode desenvolver soluções financeiras compatíveis com o plantio, a

colheita, a armazenagem e a comercialização.

Esse relacionamento também pode reduzir a distância entre o produtor e a instituição financeira. Em períodos de instabilidade, quando o crédito tende a ficar mais caro e seletivo, o conhecimento da realidade local permite avaliar as operações de maneira mais próxima e individualizada.

O desafio consiste em transformar a intercooperação em projetos permanentes, capazes de articular financiamento, assistência técnica, seguro, comercialização e gestão de riscos. Esse conjunto será cada vez mais necessário diante das oscilações dos preços, dos eventos climáticos extremos e das mudanças nas exigências dos mercados consumidores.

Crédito como instrumento de inclusão

A expansão da agricultura brasileira não pode depender apenas dos grandes empreendimentos. Pequenos e médios produtores respondem por parte relevante da produção de alimentos consumidos no mercado interno e exercem influência direta sobre a economia de milhares de municípios.

Quando encontram crédito adequado, esses produtores podem investir em máquinas, irrigação, armazenagem, conectividade, energia renovável e práticas produtivas mais eficientes. Os recursos também permitem superar períodos de perda ou baixa rentabilidade sem comprometer a continuidade da atividade.

Nesse sentido, o crédito cooperativo apresenta uma característica distinta: os recursos captados e movimentados tendem a permanecer nos próprios territórios. Ao financiar

produtores e empreendedores locais, as cooperativas estimulam novos ciclos de produção, renda, consumo e arrecadação.

Além do financiamento, elas podem apoiar a educação financeira e a formação dos associados. Essa atuação reduz a assimetria de informações, melhora o planejamento das propriedades e contribui para decisões de investimento mais consistentes.

Campo e cidade no mesmo sistema

Outro ponto abordado no encontro foi a relação entre os espaços urbano e rural. Para Rodrigues, tratá-los como realidades separadas

dificulta a compreensão da economia, pois a produção agropecuária movimenta atividades industriais, comerciais, logísticas, tecnológicas e financeiras nas cidades.

“O cooperativismo é a ponte que une esses dois mundos”, afirmou.

A presença das cooperativas nos municípios permite conectar produtores, consumidores, prestadores de serviços e administrações públicas. No interior do país, o desempenho do agro frequentemente determina a movimentação do comércio, a geração de empregos e a arrecadação municipal.

Essa interdependência amplia a responsabilidade do cooperativismo financeiro. Ao apoiar a produção rural, a cooperativa não beneficia apenas o associado que recebe o crédito. A operação repercute sobre fornecedores, transportadores, agroindústrias, comerciantes e trabalhadores envolvidos na cadeia.

Produção de alimentos e cultura de paz

Roberto Rodrigues também relacionou segurança alimentar, cooperação e estabilidade social. Em sua análise, ampliar a disponibilidade de alimentos contribui para reduzir tensões e criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento.

“A fome é inimiga da paz”, declarou ao defender o papel estratégico da produção agropecuária.

A mensagem reforça uma visão de futuro baseada não apenas no crescimento das exportações, mas também na capacidade de produzir alimentos de forma sustentável, distribuir oportunidades e fortalecer as comunidades.

Para o cooperativismo, essa perspectiva reúne duas agendas complementares. De um lado, existe a oportunidade de apoiar a expansão competitiva do agronegócio brasileiro. De outro, permanece o compromisso de incluir pequenos e médios produtores, manter recursos nos territórios e repartir os resultados do desenvolvimento.

Ao colocar cooperativas financeiras e agropecuárias em uma mesma estratégia, o debate realizado no Concred aponta para uma intercooperação com potencial de ampliar o acesso ao crédito, fortalecer as cadeias regionais e preparar o Brasil para uma participação ainda mais relevante na segurança alimentar mundial.

Mulheres avançam na gestão, mas ainda ocupam apenas 26% dos cargos de presidência e conselhos



As mulheres já representam 59% dos profissionais que trabalham nas cooperativas financeiras brasileiras e alcançaram 49% dos cargos gerenciais. Quando se chega, porém, aos postos de presidência e aos conselhos, a participação feminina cai para 26%. A diferença entre presença profissional e poder de decisão colocou a governança no centro do lançamento do livro Vozes que Ecoam – Liderança com propósito, durante o 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), em Goiânia.

Organizada por Telma Galletti, superintendente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras), a obra reúne histórias de 40 mulheres que exercem posições de liderança no cooperativismo, além de homenagear outras duas trajetórias. Mais do que registrar experiências profissionais, a coletânea busca dar visibilidade a exemplos

capazes de estimular outras mulheres a ocupar espaços estratégicos nas organizações.

Os números apresentados pela Confebras no lançamento ajudam a dimensionar esse desafio. De cada cinco trabalhadores das cooperativas financeiras, aproximadamente três são mulheres. Nos níveis gerenciais, a participação está próxima da paridade. A mudança de cenário ocorre justamente quando se alcançam as instâncias superiores da estrutura de governança.

“As mulheres já são maioria no quadro funcional das cooperativas financeiras: três em cada cinco funcionários do setor são do sexo feminino (59%). Nos níveis gerenciais, já ocupamos praticamente metade dos cargos, mas na presidência e nos conselhos essa proporção cai para 26%”, destaca Telma.

Para a dirigente, modificar essa realidade

também está relacionado aos fundamentos do próprio cooperativismo. “É uma realidade que precisa mudar, porque a equidade é um dos pilares do nosso modelo de negócio”, acrescenta.

Da gestão à tomada de decisão

A diferença entre os 49% de participação feminina nos cargos gerenciais e os 26% nos níveis de presidência e conselhos revela uma questão que vai além da contratação ou da ascensão aos primeiros níveis de liderança.

O desafio passa pela chegada das mulheres às instâncias em que são definidas estratégias, investimentos, sucessões e os rumos das organizações.

É nesse ponto que Vozes que Ecoam procura atuar. Ao apresentar trajetórias já consolidadas, a publicação transforma experiências individuais em referências para profissionais que pretendem avançar na estrutura das cooperativas.

“As mulheres estão buscando, cada vez mais, conquistar o destaque que merecem no mercado de trabalho, mas muitas vezes as histórias e os desafios enfrentados por elas são invisibilizados”, observa Telma.

Segundo a organizadora, tornar essas experiências conhecidas ajuda a demonstrar que posições superiores podem ser alcançadas com qualificação e desenvolvimento profissional.

“O Vozes que Ecoam busca justamente reconhecer essas trajetórias e mostrar para outras mulheres que, sim, é possível sonhar com cargos mais altos e — com talento e profissionalismo — fazer a diferença no mercado de trabalho”, afirma.

Goiás mostra avanço na governança

O lançamento em Goiânia ganhou uma conexão particular com o cenário do cooperativismo no estado.

Dados do Sistema OCB Goiás mostram que 686 mulheres exercem funções de liderança nas cooperativas goianas. Desse total, 47 são presidentes, 34 vice-presidentes, 72 ocupam diretorias e 466 participam de conselhos como titulares ou suplentes.

Um dos indicadores mais expressivos está

justamente na presidência das organizações. Nos últimos quatro anos, o número de mulheres presidentes passou de 25 para 47, crescimento de 88%.

O movimento aparece de maneira ainda mais clara quando observado em uma perspectiva de dez anos: a presença feminina em posições de liderança no cooperativismo goiano mais que triplicou.

No ramo Agropecuário, por exemplo, o número de mulheres em funções de liderança quadruplicou no período, passando de 50 para 202.

Os indicadores apontam uma transformação em andamento, embora os próprios dados nacionais apresentados durante o Concred indiquem que ainda existe distância entre a presença feminina no cotidiano das cooperativas e sua participação nas principais instâncias de decisão.

Diversidade como questão de governança

A discussão proposta pelo livro ultrapassa a representatividade. Para Telma Galletti, ampliar a presença feminina nas posições estratégicas também significa incorporar diferentes experiências e perspectivas às decisões das organizações.

Nesse sentido, diversidade passa a ser tratada como componente da própria governança.

No cooperativismo, essa discussão encontra um ambiente particular. Participação e gestão democrática fazem parte da estrutura do modelo, tornando a composição das instâncias decisórias uma questão relacionada também à capacidade de representar a diversidade existente na própria base cooperativista.

O cenário apresentado no Concred mostra que uma etapa importante dessa transformação já ocorreu. As mulheres são maioria entre os profissionais do cooperativismo financeiro e estão praticamente em igualdade nos cargos gerenciais. O próximo movimento está mais acima na estrutura: transformar presença e qualificação profissional em maior participação nos espaços onde as principais decisões são tomadas.

Expansão do crédito cooperativo exige governança à altura, alerta diretor do BC

O cooperativismo de crédito brasileiro ultrapassou R\$ 1 trilhão em ativos e ampliou sua presença na economia. Essa expansão, entretanto, aumentou a complexidade das operações e trouxe novas responsabilidades para dirigentes, conselheiros e equipes técnicas. Para o diretor de Fiscalização do Banco Central do Brasil, Ailton de Aquino Santos, o próximo avanço do setor dependerá da capacidade de fazer a governança e a gestão de riscos acompanharem o crescimento dos negócios.

A Revista BR Coop entrevistou o diretor do Banco Central sobre a sua participação nas discussões do Concred 2026. Ailton reconhece os resultados alcançados pelo segmento cooperativista, mas destaca a necessidade de identificar vulnerabilidades antes que elas comprometam a solidez das instituições.

“Assim, o crescimento quantitativo precisa ser acompanhado de crescimento qualitativo em governança, em gestão de riscos, em controles e em capitalização”, afirma.

O alerta alcança diferentes frentes: qualidade da concessão de crédito, endividamento das famílias, recuperações judiciais, concentração das operações, segurança cibernética e efeitos dos eventos climáticos. Na avaliação de Aquino, a expansão precisa vir acompanhada de estruturas que protejam tanto os resultados das cooperativas quanto os recursos de seus associados.

Atenção ao crédito pessoal e ao cartão

Entre as modalidades que merecem acompanhamento especial, o diretor cita o crédito pessoal sem consignação e o cartão de crédito. Embora ampliem o acesso dos cooperados a recursos financeiros, essas operações apresentam riscos superiores aos de outras linhas, segundo sua avaliação.

No crédito pessoal sem consignação, a ausência de pagamento vinculado à renda, a sensibilidade a mudanças na economia e o endividamento das famílias podem elevar a inadimplência e pressionar os resultados das cooperativas.

No cartão, a preocupação se concentra no

rotativo. Aquino associa seu uso ao risco de superendividamento e a níveis de inadimplência mais elevados, o que exige prudência na definição de limites, acompanhamento contínuo e educação financeira.

O ponto central é a qualidade da expansão dessas carteiras. Para o diretor, as instituições precisam reconhecer os primeiros sinais de deterioração e agir em tempo de preservar a sustentabilidade das operações e a proteção dos cooperados.

Conselhos precisam acompanhar a complexidade

A governança ocupa posição central nesse processo. À medida que as cooperativas crescem, as decisões passam a envolver estruturas mais complexas e exposições financeiras maiores. Isso exige profissionalização e informações confiáveis para orientar os órgãos responsáveis pela administração e pela fiscalização.

“O primeiro aspecto é garantir que a governança evolua na mesma velocidade que o negócio”, destaca Aquino.

Entre os temas que demandam atenção, ele relaciona a gestão de conflitos de interesse, a separação adequada de funções, o planejamento sucessório e a capacidade dos conselhos de supervisionar efetivamente os riscos e a estratégia.

A qualidade das informações fornecidas aos órgãos estatutários também se torna decisiva. Sem dados consistentes, dirigentes e conselheiros podem demorar a reconhecer problemas que começam de forma discreta e se agravam ao longo do tempo.

“Em muitos casos, os problemas não surgem de forma abrupta. Eles começam com pequenos desvios que, se ignorados, podem evoluir para situações mais severas”, adverte.

Clima e digitalização ampliam exigências

O diretor avalia que o cooperativismo avançou na gestão dos riscos climáticos, tec-

nológicos e operacionais, mas precisará manter os investimentos para acompanhar as transformações.

No caso das cooperativas com maior exposição ao agronegócio, eventos climáticos, oscilações de produtividade e volatilidade de preços exigem acompanhamento mais sofisticado das concentrações e vulnerabilidades das carteiras.

Na frente digital, a modernização dos serviços amplia possibilidades de atendimento, mas também aumenta a dependência de sistemas e a exposição a incidentes. Segurança cibernética, proteção de dados e continuidade operacional precisam acompanhar o lançamento de produtos e canais.

Para Aquino, esses desafios exigem investimentos combinados em pessoas, tecnologia, governança e cultura de riscos. A inovação deve contar com mecanismos de controle e monitoramento compatíveis com as operações que pretende viabilizar.

“O objetivo final não é crescer a qualquer custo, mas crescer de maneira sustentável e capaz de preservar o patrimônio coletivo dos associados.”

Prevenção como prioridade

Ao indicar quais debates do Concred deveriam se converter mais rapidamente em ações, o diretor apresenta três frentes. A primeira é fortalecer a governança e os controles na mesma proporção em que aumentam o tamanho e a complexidade das cooperativas.

A segunda consiste em antecipar riscos e ampliar a capacidade de absorver perdas. Nesse contexto, Aquino destaca a implementação da Resolução nº 4.966 e o aprimoramento dos requisitos de capital como instrumentos para favorecer o reconhecimento tempestivo de vulnerabilidades.

A terceira reúne qualificação de dirigentes, segurança cibernética, gestão de riscos e sucessão de lideranças. Segundo ele, esses temas serão cada vez mais necessários à continuidade das instituições.

O aprimoramento da auditoria cooperativa também integra a agenda apontada pelo dire-



tor. A expectativa é que cooperativas e estruturas sistêmicas fortaleçam sua capacidade de identificar e tratar sinais de deterioração financeira, operacional ou de governança.

Solidez para 2030

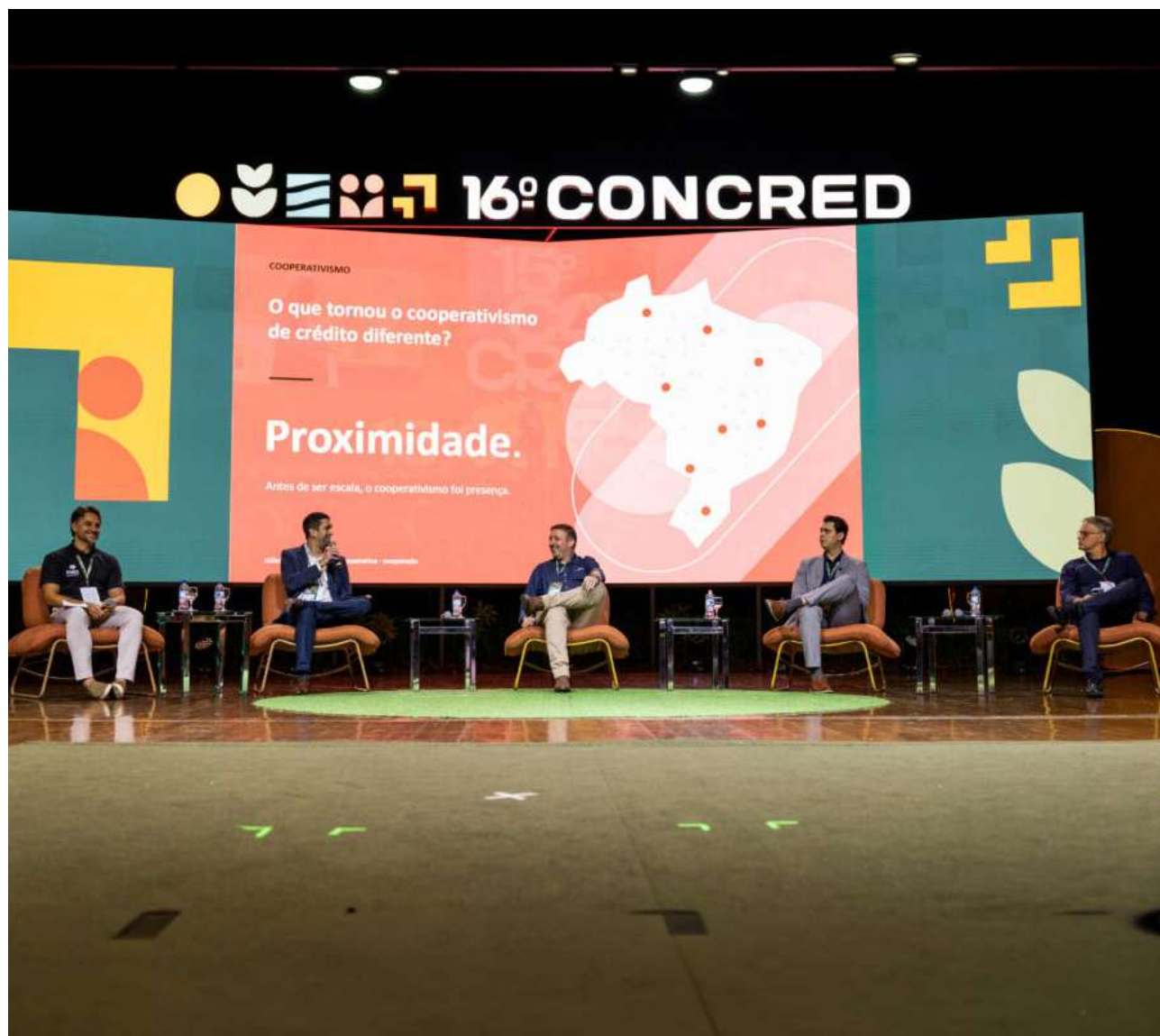
Na visão de Aquino, a cooperativa preparada para 2030 terá governança madura, capital compatível com seus riscos, sistemas de informação confiáveis e controles internos efetivos. Também deverá conseguir adaptar-se às mudanças econômicas, tecnológicas e regulatórias sem comprometer a confiança dos associados.

“A cooperativa resiliente de 2030 será aquela capaz de combinar crescimento com prudência, inovação com responsabilidade e propósito cooperativo com disciplina de gestão.”

A perspectiva apresentada pelo diretor desloca a avaliação do futuro do setor: a dimensão das carteiras continuará relevante, mas a capacidade de antecipar problemas e preservar o patrimônio coletivo será determinante para sustentar os resultados.

“Crescer é uma conquista. Crescer com resiliência, responsabilidade corporativa e foco na proteção dos cooperados é o que assegura a perenidade do sistema.”

Proximidade segue como diferencial do cooperativismo de crédito



Painel do 16º Concred colocou em debate uma das características históricas do modelo cooperativo: a presença próxima dos associados e das comunidades em que as instituições atuam.

A proximidade com os cooperados apareceu como um dos eixos de discussão do 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred 2026). Em painel realizado durante o evento, dirigentes e especialistas debateram a questão sintetizada no telão do palco: "O que tornou o cooperativismo de crédito diferente?". A resposta destacada

pela programação foi direta: "Proximidade".

A mensagem reforça uma característica que diferencia as cooperativas de crédito das instituições financeiras convencionais: além da oferta de produtos e serviços financeiros, o modelo se estrutura sobre participação, relacionamento e presença nas comunidades.

No palco, o debate reuniu cinco participantes e colocou essa relação entre escala e presença local no centro da discussão. A própria apresentação resumiu a ideia ao afirmar que, antes de alcançar escala, o cooperativismo foi construído pela presença junto aos cooperados.

Após Concred, Confebras aponta eficiência e identidade como desafios para crescer



Em entrevista à BR Coop, Luiz Lesse Moura Santos apresenta prioridades até 2030 e destaca certificação profissional, renovação de lideranças e preparação para riscos climáticos

Com mais de R\$ 1 trilhão em ativos e 21,2 milhões de cooperados, segundo números apresentados pelo presidente da Confebras, o cooperativismo financeiro brasileiro enfrenta um desafio que vai além da expansão: transformar seu tamanho em eficiência, inovação e benefícios aos associados. Esse é o principal balanço de Luiz Lesse Moura Santos sobre o 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred), realizado em Goiânia nos dias 27 e 28 de agosto de 2026.

Em entrevista à Revista BR Coop e ao Portal BR Cooperativo, o dirigente defende que a ampliação da participação no mercado precisa caminhar com a preservação da identidade cooperativista. Como encaminhamentos do congresso, destaca o lançamento da Certificadora Confebras, com a certificação COOP

B-100, e a intenção de ampliar iniciativas voltadas à juventude.

"O principal consenso é que o cooperativismo financeiro brasileiro alcançou escala e relevância incontestáveis, mas que crescer por si só não é suficiente", afirma.

Os indicadores apresentados por Lesse ajudam a dimensionar essa responsabilidade. Segundo ele, o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo reúne 8,5% da carteira de crédito e 9,8% dos depósitos do Sistema Financeiro Nacional, com alcance em 59% dos municípios brasileiros.

Proximidade como estratégia

Para o presidente da Confebras, a busca por competitividade deve melhorar a operação sem afastar a instituição da realidade de cada comunidade. Ele cita a presença das cooperativas como a única alternativa de atendimento financeiro físico em 1.072 municípios e informa que micro e pequenos negócios re-

presentam 96,2% das empresas associadas ao setor.

Esses números situam a discussão sobre escala no cotidiano de empreendedores e comunidades. O desafio não se limita a ampliar carteiras e conquistar associados: envolve manter a capacidade de compreender necessidades locais à medida que as organizações crescem.

“Quando o número de cooperados cresce, nossa responsabilidade precisa crescer na mesma proporção. Escala e essência caminham juntas por meio da intercooperação”, sustenta.

Na avaliação de Lesse, a eficiência operacional deve funcionar como instrumento de competitividade, preservando o atendimento humano. A intercooperação aparece, assim, como caminho para conciliar fortalecimento dos sistemas e vínculo com os associados.

Tecnologia, riscos e sucessão

Entre as decisões mais urgentes, o dirigente relaciona a incorporação da inteligência artificial, a adaptação ao Open Finance e o desenvolvimento de novos modelos de negócios. Também inclui o enfrentamento da inadimplência, a eficiência operacional, a saúde no trabalho e o planejamento sucessório.

A agenda reúne desafios tecnológicos e humanos. Enquanto a digitalização pode acelerar respostas e reorganizar processos, a continuidade das cooperativas dependerá igualmente da formação de profissionais e da preparação de novas lideranças.

Para o horizonte de 2030, Lesse apresenta cinco prioridades: crescimento sustentável, eficiência e escala, transformação digital, fortalecimento da governança e preservação da cultura cooperativista. Ainda não há uma meta numérica de participação de mercado, mas o presidente aponta a intenção de ampliar o papel do segmento na inclusão financeira.

A diversidade integra esse planejamento. Segundo o presidente, as mulheres somam 8,1 milhões de cooperadas, equivalentes a 45,3% da base de pessoas físicas. A presença entre os associados, entretanto, ainda precisa se traduzir em maior participação nas posições de comando, defende.

Atuação além do financiamento

As mudanças climáticas também deverão modificar o relacionamento com os cooperados. Na visão de Lesse, as instituições precisarão ampliar sua atuação consultiva, apoiando produtores rurais e empreendedores urbanos no planejamento, na redução de riscos e nos investimentos em transição ambiental.

“Precisaremos ser agentes consultivos, ajudando produtores rurais e empreendedores urbanos a planejar, mitigar riscos, investir em transição verde e construir resiliência”, afirma.

Essa perspectiva associa sustentabilidade à capacidade de continuidade dos negócios. O financiamento permanece central, mas passa a integrar um relacionamento que também exige orientação e compreensão das vulnerabilidades das atividades econômicas.

No campo regulatório, o presidente defende regras proporcionais e seguras, compatíveis com a dimensão do setor e com suas características. Segundo ele, a atuação institucional buscará conciliar inovação e competitividade com a preservação do ato cooperativo.

Formação como legado do congresso

Entre as iniciativas já apresentadas, Lesse destaca a criação da Certificadora Confebras, bem como a sua primeira certificação, a COOP B-100. Conforme explica, a proposta combina a validação de conhecimentos técnicos com conceitos essenciais da cultura cooperativista.

A formação profissional também se conecta à agenda de sucessão. O dirigente informa que o projeto Integração Juventude mobilizou cerca de 3 mil jovens em Goiânia e afirma que sua expansão estará entre as prioridades da entidade.

“O Concred não termina quando as luzes do congresso se apagam”, resume.

Ao completar 40 anos em 2026, a Confebras pretende dar continuidade aos debates por meio de ferramentas de formação, inovação e intercooperação. Lesse também aponta São Paulo como sede do 17º Concred, em 2028. Até lá, o compromisso proposto aos dirigentes é converter os aprendizados em decisões cotidianas.

“O futuro do cooperativismo financeiro será, sem dúvida, mais tecnológico, digital e sustentável, mas ele precisa continuar sendo profundamente humano, próximo e cooperativo.”



Cooperativas de eletrificação rural do RJ participam do lançamento de plano para resposta a emergências no setor de energia



A Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do Estado do Rio de Janeiro (Fecoerj), formada pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Cachoeiras -Itaboraí (Cerci), pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Araruama (Ceral) e pela Cooperativa de Eletrificação Rural de Resende (Ceres), participou do lançamento do Plano de Contingência — Ações Integradas para Riscos e Emergências em Energia (PLANCON 2026–2027).

Lançado nesta sexta-feira (25/9) pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDES-RJ), o plano estabelece diretrizes, procedimentos e responsabilidades para a prevenção e o enfrentamento de situações que possam afetar a geração, a transmissão, a distribuição, o armazenamento e o forneci-

mento de energia elétrica no estado.

O encontro reuniu cooperativas de eletrificação rural, concessionárias de energia elétrica e representantes do Governo do Estado do Rio de Janeiro. A iniciativa foi articulada pelo Centro de Gerenciamento de Riscos e Emergências em Energia (CGREE), vinculado à SEDES-RJ, e teve como objetivo ampliar a integração entre os diferentes agentes do setor.

Durante a programação, cada organização apresentou seu plano de contingência para o Verão 2026–2027. A participação da Fecoerj reforçou a importância das cooperativas na preparação para períodos de maior risco de ocorrências, especialmente diante de condições climáticas adversas e da necessidade de garantir a continuidade do fornecimento

de energia para serviços públicos essenciais.

Representando a Fecoerj, o presidente da Federação e da Cerci, Helon Marins, apresentou as ações planejadas pelas três cooperativas para o próximo verão. O planejamento inclui a realização de vistorias, o acompanhamento das condições meteorológicas, o reforço das equipes de plantão e a preparação de veículos, equipamentos e materiais necessários para o atendimento de ocorrências.

“A participação da FECOERJ neste encontro reforça a importância da integração entre as cooperativas, as concessionárias e o Governo do Estado. Estamos trabalhando de forma preventiva, com equipes de plantão, veículos, equipamentos e materiais preparados para o período de maior incidência de ocorrências. Além disso, Cerci, Ceral e Ceres estão alinhadas para oferecer apoio mútuo sempre que for necessária uma mobilização maior. Esse planejamento conjunto fortalece a segurança das equipes e contribui para uma resposta mais rápida e eficiente às comunidades atendidas”, afirmou Helon Marins.

Também está prevista a possibilidade de apoio conjunto entre Cerci, Ceral e Ceres quando uma situação exigir uma mobilização maior. A estratégia busca fortalecer a capacidade de resposta das cooperativas e permitir que as equipes atuem com mais segurança e agilidade em suas respectivas áreas de atendimento.

Integração com o Governo do Estado

A participação da Fecoerj no lançamento do PLANCON representa mais um avanço na aproximação entre as cooperativas e o Governo do Estado. Esse diálogo começou a ganhar forma em agosto, quando representantes estaduais estiveram na sede da Cerci, em Cachoeiras de Macacu, para discutir formas de atuação conjunta em situações de emergência.

Com a inclusão das cooperativas nesse novo encontro do setor elétrico, a articulação passa a envolver uma rede mais ampla de organizações, ampliando o compartilhamento de informações e a capacidade de coordenação diante de ocorrências que possam compro-

meter o fornecimento de energia ou atingir infraestruturas críticas.

O PLANCON prevê ações como o monitoramento permanente de ocorrências, a avaliação do nível de criticidade dos eventos, a definição da resposta necessária, a realização de exercícios simulados e a revisão dos protocolos com base em dados de ocorrências reais e em diferentes cenários de risco.

A proposta também consolida a cooperação entre o poder público e as empresas do setor. Além da FECOERJ, participaram do lançamento representantes das concessionárias Light, Enel e Energisa, bem como da Naturgy, da Defesa Civil, da Águas do Rio e do Cemaden-RJ.

Cooperativas preparadas para o período de chuvas

Para a Fecoerj, o planejamento conjunto é fundamental para que as cooperativas estejam preparadas para responder a situações de emergência, reduzindo impactos para os consumidores e contribuindo para o restabelecimento do fornecimento no menor tempo possível.

Cerci, Ceral e Ceres seguem unidas em torno de ações de prevenção, cooperação e integração. A preparação das equipes e dos recursos operacionais busca garantir uma atuação coordenada e segura durante o Verão 2026–2027, fortalecendo o atendimento às comunidades das áreas de atuação das cooperativas.

O CGREE, responsável pela articulação do plano, opera 24 horas por dia em integração com mais de 50 órgãos públicos, agências e concessionárias. Em dois anos de funcionamento, o centro registrou mais de 4 mil ocorrências, sendo 49% acionadas pelo Corpo de Bombeiros (CBMERJ) e 18% relacionadas a incêndios em fiações, transformadores e subestações elétricas.

O monitoramento contínuo contribui para a redução do tempo de interrupção do fornecimento e para a preservação de serviços essenciais, como saúde, abastecimento de água, saneamento, telecomunicações, transportes, defesa civil e segurança pública.

CoopDrone leva cooperativismo e tecnologia para novas fronteiras de inovação

Maricá ganha uma nova referência em cooperativismo, tecnologia e inovação com a atuação da CoopDrone, cooperativa de pilotos de drones que vem transformando conhecimento técnico em oportunidades profissionais e projetos de impacto.

A história da CoopDrone começou a partir de uma iniciativa de capacitação em pilotagem de drones oferecida gratuitamente em Maricá. A experiência aproximou pessoas interessadas em tecnologia e abriu espaço para uma construção coletiva que resultou na criação da cooperativa.

A partir dessa origem, a CoopDrone passou a reunir profissionais com diferentes experiências e conhecimentos, utilizando o modelo cooperativista para desenvolver soluções e projetos relacionados à tecnologia dos drones.

A cooperativa atua em diferentes frentes, entre elas formação de pilotos, mapeamento, inspeções, produção audiovisual e soluções corporativas, além do desenvolvimento de projetos educacionais, culturais e sociais.

Um dos diferenciais da CoopDrone é justamente utilizar a tecnologia como ferramenta para ampliar oportunidades. Por meio de ações de capacitação e experiências práticas, a cooperativa busca aproximar crianças, jovens, mulheres, profissionais e comunidades do universo da tecnologia e da inovação.

Entre as iniciativas desenvolvidas estão projetos voltados à educação tecnológica, formação profissional, experiências com drones, inclusão, cultura e desenvolvimento social, levando uma tecnologia que muitas vezes parece distante para dentro de escolas, eventos, projetos comunitários e diferentes espaços de aprendizagem.

Para a presidente da CoopDrone, Luciana Gonçalves, o cooperativismo possibilita transformar talentos individuais em uma força coletiva.

"A CoopDrone nasceu quando percebemos que o conhecimento adquirido poderia ir mui-



to além de uma formação individual. Juntos, podemos transformar tecnologia em trabalho, aprendizado, inovação e novas oportunidades para outras pessoas."

A atuação da cooperativa também busca fortalecer a presença de profissionais de drones em um mercado que utiliza cada vez mais essa tecnologia em áreas como mapeamento, inspeção, audiovisual, educação e desenvolvimento de projetos.

Nesse cenário, a CoopDrone aposta no cooperativismo como uma forma de organização capaz de unir pessoas, conhecimento, tecnologia e propósito, criando novas possibilidades de atuação profissional e contribuindo para o desenvolvimento de Maricá.

Mais do que uma cooperativa de pilotos de drones, a CoopDrone busca construir uma rede de profissionais e parceiros que enxergam na tecnologia uma ferramenta para transformar realidades.

Sobre a CoopDrone

A CoopDrone é uma cooperativa de pilotos de drones com atuação em tecnologia, inovação e desenvolvimento de projetos. Entre suas áreas de atuação estão formação de pilotos, mapeamento, inspeções, produção audiovisual, soluções corporativas e projetos educacionais, culturais e sociais.



O SEU ENCONTRO COM
O COOPERATIVISMO
TEM HORA MARCADA!

 **SEGUNDAS E
QUARTAS**

DAS 16H ÀS 17H

 **NO CANAL DO
YOUTUBE DO
PORTAL BR COOP**

Apresentação:
**Cláudio Montenegro
e Claudio Rangel**

**Inscreva-se no canal,
ative as notificações e
não perca nenhum
episódio!**

Produção

10 ANOS **comunicoop**

Hospital Unimed Araruama reforça compromisso com a assistência segura e qualificada



Entre os dias 14 e 17 de setembro, o Hospital Unimed promoveu a Semana da Segurança do Paciente, iniciativa que reuniu profissionais de diferentes áreas em uma programação voltada à conscientização, ao aprendizado e ao fortalecimento da cultura de segurança na assistência.

Ao longo dos quatro dias, a equipe multiprofissional participou de palestras, orientações, dinâmicas e momentos de troca de conhecimentos, com discussões sobre temas fundamentais para a qualidade e a segurança do cuidado. Entre os assuntos abordados estiveram a identificação correta do paciente, comunicação efetiva, higiene das mãos, prevenção de quedas e lesões por pressão, uso seguro de medicamentos e prevenção de riscos.

A programação contou com a participação da enfermeira Gabriela Borduam, da Cooperativa Norte Saúde; Arthur Serpa, coordenador de Farmácia; e Amanda Gatto Polo, biomédica e coordenadora do CCIH. As dinâmicas foram conduzidas por Silma Salles e Natielle Marins, proporcionando momentos de interação e reflexão entre os participantes.

Para Fabiana Pessoa, técnica de enfermagem do CTI da Unimed, a iniciativa reforçou a importância de atitudes que fazem parte da rotina dos profissionais e que podem contribuir diretamente para a segurança dos pacientes.

“Foram dias de muito aprendizado e conhecimento. Todos os assuntos abordados fazem parte da nossa rotina e mostram que coisas simples podem ter um grande impacto na segurança do nosso paciente. A diferença está em nosso cuidado.”

A programação também contou com a presença do Dr. Elson Gatto, diretor administrativo, e do Dr. Lucas Righi, diretor médico, reforçando o envolvimento da liderança e o compromisso institucional com o fortalecimento da cultura de segurança.

Mais do que uma semana de atividades, a iniciativa destacou que a segurança do paciente é construída diariamente, por meio do trabalho integrado das equipes, da adoção de boas práticas e do compromisso de cada profissional com uma assistência cada vez mais segura, qualificada e humanizada.

Dia
de Cooperar

atitudes simples movem o mundo



QUANDO A ESCOLHA É
COOPERAR, O MUNDO
GIRA MELHOR!

Vamos juntos
mover o mundo?

Acesse:

diac.somoscooperativismo.coop.br



Essencial Coop lança a primeira plataforma de telemedicina de Campos e região

Aconteceu em 4 de setembro, na B. House na pelinca em Campos dos Goytacazes- RJ o lançamento oficial da Essencial Care Connect, nova plataforma de telemedicina desenvolvida para desburocratizar o atendimento de saúde e aproximar médicos de diversas especialidades dos pacientes. A proposta busca oferecer consultas de forma rápida, acessível e totalmente online, garantindo suporte médico constante, em qualquer lugar do Brasil.

A presidente da Essencial Coop, Natália Azevedo, destacou o empenho por trás da iniciativa e a abrangência do projeto:

“Essa plataforma foi sonhada há dois anos e hoje a gente está conseguindo realizar esse sonho. A plataforma veio para poder atender toda a sociedade, não somente em Campos, mas o Brasil inteiro. Então hoje a população pode contar que vai poder ter um atendimento médico 24 horas e realizar esse atendimento de onde quiser”, comentou Natália.

Além de eliminar a necessidade de deslocamentos, a ferramenta se destaca pelo foco na acessibilidade financeira, permitindo o acesso de pessoas físicas e jurídicas a consultas por valores reduzidos. A iniciativa integra inovação e praticidade para tornar o cuidado com a saúde cada vez mais próximo do cotidiano da população.

Uma solução de saúde para cooperativas de todo o Brasil

A Essencial Cooperativa de Trabalho apresenta o Essencial Care Connect, uma plataforma de telemedicina criada para ampliar o acesso à saúde e oferecer aos cooperados um benefício moderno, acessível e de fácil utilização.

Por que uma cooperativa deveria oferecer?

Para a cooperativa: Agrega valor ao quadro social; aumenta a percepção de cuidado com o cooperado; fortalece o relacionamento com os cooperados; ajuda na atração e retenção de novos cooperados; oferece um benefício sem necessidade de criar estrutura própria de atendimento; possibilita condições comerciais especiais para grupos; pode ser utilizada



como diferencial em campanhas de adesão e relacionamento.

Para o cooperado: Atendimento pelo celular; teleconsultas; acesso a diferentes especialidades mediante agendamento; atendimento de urgência/emergência conforme cobertura contratada; comodidade de ser atendido de onde estiver; acesso à saúde por um valor mais acessível; menos deslocamento e mais praticidade.

A cooperativa pode oferecer aos seus cooperados

A proposta pode ser estruturada em parceria com cada cooperativa, permitindo definir a melhor modalidade de contratação e comunicação para sua realidade.

Cooperativa + Essencial Care Connect = mais um benefício para cuidar de quem faz a cooperativa acontecer.

Uma proposta nacional

A Essencial construir uma rede de cooperativas parceiras em todo o Brasil, levando acesso à saúde digital para cooperados de diferentes segmentos: saúde, transporte, crédito, trabalho, agro, educação, serviços, produção, consumo e demais ramos do cooperativismo.

Quer conhecer a parceria?

A Essencial Cooperativa está aberta para apresentar o Essencial Care Connect à sua cooperativa e construir uma proposta comercial personalizada.

Essencial Care Connect. Saúde na palma da mão. Cuidado que chega até o cooperado.



Cuidar de você e do seu cooperado e/ou funcionário nunca ficou tão fácil!

A **Essencial Care Connect** é a nova plataforma de telemedicina que conecta você a profissionais qualificados com tecnologia, segurança e, acima de tudo, atendimento humanizado. Consultas com 15 especialidades médicas, psicólogos e plantão emergencial 24h com clínico geral.

Tudo o que você precisa, em um só lugar:



Consultas por vídeo

Atendimento com médicos e especialistas, de onde você estiver.



Atestados online

Atestado médico com validade e praticidade, sem sair de casa.



Disponível 24 horas

Cuidado que acompanha sua rotina, no horário que você precisar.



Receitas digitais

Receba suas receitas de forma rápida, segura e sem papel.



Atendimento humanizado

Acolhimento, escuta e respeito em cada atendimento.



Segurança e privacidade

Seus dados protegidos com a mais alta tecnologia em telemedicina.



Valor Exclusivo para Cooperativas:

R\$ **14,00** /mês

por cooperado/funcionário.
Inclui 3 consultas no mês.
Sem fidelidade.



@essencialcareconnect

+55 22 99622-3613

Sistema OCB/ES lança Anuário do Cooperativismo Capixaba 2026



Mais de 170 representantes de cooperativas do Espírito Santo acompanharam o lançamento do Anuário do Cooperativismo Capixaba 2026, na manhã desta quinta-feira (24/9). O evento foi realizado pelo Sistema OCB/ES com o apoio do Sebrae/ES, no Centro de Convenções de Vitória, na capital do estado. A sétima edição da publicação compila os indicadores econômicos e sociais que o movimento cooperativista alcançou em 2025 no Espírito Santo.

Durante a abertura do lançamento do Anuário, o presidente do Sistema OCB/ES, Dr. Pedro Scarpi Melhorim, ressaltou a relevância da publicação. “Esse momento é muito importante, e não são todos os estados que têm um anuário como o nosso. Por isso, agradeço às cooperativas que, ao longo do ano, fornecem esses dados. Nesta edição, 100% delas preencheram o questionário que dá origem à publicação, um cenário diferente de anos atrás. Isso é fundamental para mostrar a nossa força, pois o cooperativismo é muito maior do que realmente parece”, ressaltou.

O diretor-executivo do Sistema OCB/ES, Carlos André Santos de Oliveira, também prestigiou o lançamento e reconheceu a contribui-

ção das coops para viabilizar a publicação. “Muito obrigado aos presidentes, diretores, gestores e assessores das cooperativas capixabas, que constroem o cooperativismo no dia a dia. Agradeço por terem respondido às questões do Censo do nosso Anuário, documento que demonstra de forma cabal o crescimento e o avanço do cooperativismo capixaba”, disse.

A superintendente do Sistema OCB Nacional, Fabíola Motta, não pôde participar da programação presencialmente, mas deixou um recado parabenizando o Espírito Santo por lançar mais uma edição do Anuário do Cooperativismo Capixaba. “A publicação é o retrato da nossa base. Ele nos permite saber quantos somos, onde estamos e quanto de impacto geramos, seja de renda, de trabalho ou de oportunidade, em cada um dos municípios. Também é o Anuário que vai sustentar tudo o que fazemos dentro do Sistema OCB. São esses dados que vão orientar a nossa oferta de produtos e serviços, indicando qual o caminho que nós temos que seguir”, salientou.

O diretor-técnico do Sebrae/ES, Eurípedes Pedrinha, compareceu representando a instituição apoiadora do evento. Na oportunidade,

ele endossou a importância do cooperativismo como catalisador dos pequenos negócios e do desenvolvimento econômico. “Se existe um modelo de negócio que trabalha para promover o empreendedorismo e gerar prosperidade em vários segmentos econômicos e por todo o estado, é o modelo cooperativo. O movimento qualifica a base de produtores e de trabalhadores e gera acesso a mercados. Hoje, podemos ver essa potência representada em números”, observou.

Dados de destaque do Anuário

Um dos dados mais relevantes é que o cooperativismo capixaba atingiu a marca de 1 milhão de cooperados, um crescimento de 11,7% em comparação com 2024. O modelo de negócio também registrou aumento de 17% no quadro de colaboradores no período, totalizando 14,1 mil profissionais. O número de pessoas envolvidas com o movimento chegou a quase 2,5 milhões, o equivalente a 60% da população local. Já a movimentação econômica foi de R\$ 20,8 bilhões, 23% a mais que em 2024.

Essas e outras informações foram apresentadas pelo gerente de Desenvolvimento Cooperativista do Sistema OCB/ES, Valdemar Fonseca, em conjunto com o economista e assistente técnico da organização estadual, Aloisio Silva. Os dois dividiram o palco para compartilhar os principais dados divulgados no Anuário do Cooperativismo Capixaba 2026, com indicadores referentes a 2025.

Fonseca informou que, no último ano, as cooperativas capixabas recolheram R\$ 839,8 milhões em impostos e taxas. “É mito que as cooperativas não pagam impostos. Isso é comprovado por meio dos dados do nosso Anuário, pois fazemos o mapeamento de todos os tributos que são pagos pelas nossas cooperativas, recursos que ajudam o governo do Estado e todos os poderes públicos na prestação de serviços essenciais à sociedade”, esclareceu.

O gerente também lembrou que ainda há os impostos pagos pelos prestadores de serviços que atendem as cooperativas, que não entram nos indicadores do Anuário, mas que estimulam a geração de riquezas e contribuem para

alimentar os cofres públicos. Nessa mesma linha, o economista Aloisio Silva explicou que o cooperativismo gera impactos diretos e indiretos no Produto Interno Bruto (PIB) nominal do Espírito Santo, citando dados do estudo “Impactos do cooperativismo na economia capixaba”, elaborado pela Futura.

“O faturamento do cooperativismo capixaba em 2025 foi de R\$ 20,8 bilhões. Isso, por si só, já bastaria para dizer que o movimento vem crescendo. Mas esse dado também revela que, quando comparado ao total de riquezas produzidas no Espírito Santo, na mesma data-base, o cooperativismo equivale a 8,4% do PIB nominal do estado. Verificamos que, além do impacto direto, as cooperativas ainda geram um impacto indireto em outros setores, fazendo a porcentagem chegar a 12,8%”, detalhou.

BRC 1 Tri: evolução do Espírito Santo na meta

A programação teve continuidade com a palestra “BRC 1 Tri - O cooperativismo capixaba e a geração de prosperidade”, conduzida pelo analista de Estudos Econômicos do Sistema OCB Nacional, Arthur Nery. O convidado mostrou como as cooperativas do Espírito Santo estão contribuindo com o alcance da meta BRC 1 Tri, que prevê que o cooperativismo brasileiro alcance R\$ 1 trilhão em movimentação econômica e 30 milhões de cooperados até 2027.

“A meta é baseada em projeções do Núcleo de Inteligência e Inovação do Sistema OCB Nacional, que faz os cálculos de forma segregada, por ramos, e agregando as estimativas. No Brasil, encerramos 2025 com uma movimentação de R\$ 848,37 bilhões e esperamos chegar a R\$ 1 trilhão até 2027. Acompanhamos essa projeção ano a ano para sabermos se a meta está sendo cumprida. O Espírito Santo entra nessa conta com R\$ 20,8 bilhões de faturamento, com um potencial de crescimento de até R\$ 33,5 bilhões até 2030”, demonstrou Nery.

O convidado também examinou a influência do cooperativismo na economia capixaba, contrapondo o cenário econômico internacional e nacional à performance robusta do

Espírito Santo. O palestrante explicou que fatores globais como preço do petróleo, juros nos Estados Unidos e tarifas de exportação geram impactos significativos no país.

"Tudo isso desemboca na política monetária do Brasil. Estamos em um nível alto de juros, com expectativa de queda, mas uma queda lenta, justamente porque a nossa inflação está acima do centro da meta. Significa que, para o futuro, o Brasil pensa nesse movimento de abaixar os juros, mas com bastante cautela", prevê.

Além de juros reais elevados, Nery informou que há um alto endividamento das famílias e desaceleração do PIB brasileiro. Em contraste, ressaltou que o Espírito Santo se destaca com crescimento acelerado e níveis satisfatórios de empregabilidade, alavancados pelo movimento cooperativista.

"Em âmbito nacional, sabemos que o Espírito Santo terá anos e anos de faturamento pela frente, além do pleno crescimento das cooperativas. O estado está em um caminho bom, e grande parte disso passa pelo cooperativismo capixaba", analisou.

O coop está preparado para o futuro?

O evento foi encerrado com uma palestra do doutor em Comunicação e autor do best-seller "O mundo mudou... bem na minha vez", Dado Schneider. Ele é conhecido como um dos principais estudiosos em comportamento e gerações no Brasil. Devido à sua expertise nesses campos do conhecimento, o especialista palestrou sobre o tema "O futuro é agora: o cooperativismo está preparado?".

O palestrante falou sobre mudanças geracionais e tecnológicas que definem a era atual e que, segundo ele, ficaram mais aceleradas nos últimos anos. "Vocês não sentem que velocidade é uma coisa mais rápida na cabeça de vocês do que era antes da pandemia? Não estamos numa era de mudança. A mudança é a nossa era. E por estarmos numa era de mudança, a velocidade dela está aumentando. Há três anos o mundo era de um jeito, e parece que em três anos a gente evoluiu dez. Nos próximos cinco anos, com a revolução que a inteligência artificial está fazendo, a gente vai



dar um salto de uns 15 anos", estimou.

O instrutor também compartilhou dicas para captar a atenção das gerações mais novas (Z e Alfa), destacando a transição de um mundo com autoridade vertical (século XX) para um modelo horizontal (século XXI), onde o respeito é conquistado por mérito, e não por hierarquia.

"Quem aqui já não teve medo de chefe? Eu tive medo até de cliente. Todos nós que fomos criados até 2010 já tivemos. A primeira década deste século foi criada por gente que não usava smartphone, então as crianças ainda foram criadas com pais falando com elas. Agora, os pais não falam mais com as crianças, pois ficam com o celular na frente e a criança pede atenção", observa.

De acordo com Schneider, o impacto disso será percebido no ambiente de trabalho. "A geração Alfa hoje é educada por pais que não criticam, não dão limite e não contrariam os filhos. Eles estão sempre entretendo os filhos. Se você disser: 'cadê o relatório de segunda?', ele vai se revoltar com a cobrança, porque estamos vivendo um mundo horizontal", alertou, sugerindo que a geração Z será essencial para mediar as relações entre as gerações anteriores a ela e a Alfa.

O objetivo central da palestra foi estimular o movimento cooperativista a modernizar sua linguagem e estratégia, buscando conectar-se com os jovens que valorizam cooperação e sustentabilidade. Afinal, na visão do especialista, o futuro pertence a quem acompanha a velocidade das mudanças, independentemente da idade, e clama pela cooperação intergeracional para uma transição bem-sucedida de conhecimento.

AUDIOVISUAL TRANSFORMADOR

A COOPAS une talentos, criatividade e cooperação para transformar ideias em produções audiovisuais de impacto, fortalecendo marcas e conectando pessoas por meio da comunicação e do cooperativismo.



[coopas_](#)

[coopas.tv.br](#)

21 98268-0822

COOPAS

somos
coop

CONECTANDO O COOPERATIVISMO DO BRASIL E DO MUNDO AO FUTURO

Há **25 anos**, a **Wex** transforma conhecimento em desenvolvimento, conexões em oportunidades e experiências em resultados para o cooperativismo.

Desde 2001, construímos uma trajetória marcada pela excelência, inovação e compromisso com a evolução do setor cooperativo, tornando-nos uma das mais respeitadas referências em educação executiva, missões internacionais, eventos estratégicos e desenvolvimento de lideranças para cooperativas.

Ao longo dessa jornada, impactamos milhares de líderes, gestores e conselheiros, promovendo acesso aos mais avançados centros de conhecimento, universidades de classe mundial, organizações cooperativas de referência e ecossistemas globais de inovação.

➕20.000

líderes e executivos capacitados

➕1.000

programas realizados

➕100.000

horas de conhecimento compartilhadas

➕500

turmas e formações executivas

➕200

missões internacionais realizadas

➕5.000

participantes em imersões globais

**QUEM VIVE NOVAS EXPERIÊNCIAS
LIDERA NOVAS CONQUISTAS**

Presença em mais de **50 países**, conectando cooperativas brasileiras às melhores práticas, tendências, tecnologias e modelos de gestão do mundo.

NOSSA ATUAÇÃO

Educação Executiva Internacional

Programas de alto impacto desenvolvidos em parceria com algumas das mais renomadas universidades e escolas de negócios do mundo.



Trinity College Dublin
Coláiste na Tríonóide, Baile Átha Cliath
The University of Dublin



Wharton
UNIVERSITY OF PENNSYLVANIA



University of St. Gallen



IESE
Business School
University of Navarra

London
Business
School

Missões e Visitas Técnicas

Imersões em ecossistemas internacionais de tecnologia, transformação digital, liderança e futuro dos negócios.



CRÉDIT
AGRICOLE



Raiffeisen
BANK



中国供销合作社
CHINA CO-OP



Organização de Eventos

Congressos, fóruns, convenções e encontros estratégicos que impulsionam a transformação do cooperativismo.

CoopsParty

ICS INTERNATIONAL
COOP SEMIÁRIO
PEROUMA / JUAZEIRO - SUMMIT 25



wcm
world coop management

Wex BRASIL
Avenida do Contorno, 2905
Santa Efigênia -
Belo Horizonte MG
30110-915 Brasil

Wex PORTUGAL
Alameda Beloura
Edifício 4, Sala 2.3
2710-706 Sintra
Portugal

WEX
connecting co-operatives

Cinco áreas, um desafio: a inteligência artificial nas cooperativas



A qualificação dos cooperativistas mineiros ganhou um novo marco com o Encontro Técnico-Profissional 2026, promovido pelo Sistema Ocemg nos dias 22 e 23 de setembro, no Minascentro, em Belo Horizonte. Pela primeira vez, a formação integrou cinco áreas – Gestão de Pessoas, Comunicação, Tecnologia da Informação, Jurídica e Contabilidade – em uma programação que teve como tema central a inteligência artificial.

O encontro reuniu cerca de 400 participantes em palestras, workshops e debates sobre como essa tecnologia pode aperfeiçoar processos, elevar a produtividade e tornar as cooperativas mais competitivas. A programação combinou conteúdos gerais sobre o tema com atividades específicas de cada área, aproximando diferentes saberes na busca por soluções para desafios compartilhados.

Para o presidente do Sistema Ocemg, Ronaldo Scucato, essa conexão é essencial. “Todas as áreas têm que se interligar para trabalharmos ainda melhor para o desenvolvimento das cooperativas em Minas Gerais”, afirmou. “Hoje vocês são a referência do cooperativismo nacional. E devem se orgulhar disso”.

Imagem do coop em destaque

Tornar o cooperativismo mais visível é um

desafio que ganhou dados durante o encontro com a apresentação de duas pesquisas de imagem sobre o movimento: uma estadual e outra nacional. Encomendado pelo Sistema Ocemg à GMR Inteligência de Mercado, o levantamento de Minas foi apresentado pelo superintendente do Sistema Ocemg, Alexandre Gatti Lages, que destacou a relação entre a presença das cooperativas no cotidiano dos mineiros e o reconhecimento do modelo. “Quem conhece o cooperativismo gosta, opta pelo consumo, opta pela cooperativa e pelos produtos das cooperativas”, afirmou. Ele também ressaltou a responsabilidade dos profissionais cooperativistas de diferentes áreas para a conquista e manutenção dessa reputação, por meio da inovação, da transparência e do relacionamento com os cooperados.

Os resultados da pesquisa nacional, realizada pela Opinion Box a pedido do Sistema OCB, foram apresentados em primeira mão durante o evento mineiro. A gerente de Comunicação e Marketing da entidade, Samara Araujo, ressaltou que as pesquisas podem orientar as estratégias das cooperativas e ajudar a destacar os atributos que pesam na decisão de compra do consumidor. “Não existe resultado de imagem sem investimento em comunicação. É muito importante conhecer essas

informações para conseguir comunicar bem e comunicar o que as pessoas estão interessadas em ouvir”.

Além de retratar a percepção da população, os levantamentos apontam oportunidades para ampliar a identificação dos produtos cooperativos e aproximar o setor dos consumidores. Confira os principais resultados de Minas Gerais e do Brasil na matéria completa sobre as pesquisas de imagem.

Tecnologia para evoluir

O encontro marcou também o lançamento da Inteligência.coop, ferramenta de IA generativa do Sistema Ocemg que apoia as cooperativas na transformação de dados do Diagnóstico Governança e Gestão – PDGC em planos de ação. A solução analisa os relatórios de autoavaliação, identifica oportunidades de melhoria e sugere caminhos para aprimorar a gestão e a governança. As cooperativas podem adaptar as ações à sua realidade, definir responsáveis e prazos e conversar com um assistente para esclarecer dúvidas sobre a implementação. A tecnologia complementa o acompanhamento dos técnicos do Sistema Ocemg, com as pessoas à frente das decisões.

Conhecimento que conecta

A troca entre profissionais das cinco áreas foi um dos grandes diferenciais desta edição do encontro. Colaboradores com diferentes responsabilidades puderam compartilhar experiências e compreender como soluções adotadas em um setor podem contribuir para o trabalho dos demais, ampliando as possibilidades de aplicação da inteligência artificial nas cooperativas. Para Filipe Santos, professor de MBA de Inteligência Artificial e consultor internacional, é preciso manter-se atualizado no próprio ofício e aprender com o que outros setores vêm fazendo. “A transversalidade não é mais uma opção, mas é uma máxima para a era da IA”, afirmou.

Participantes do encontro destacaram a integração como uma oportunidade de conhecer outras realidades, compreender processos e identificar conjuntamente aplicações da IA no cotidiano das cooperativas:

“Para nós, que somos uma cooperativa educacional, o encontro agregou muito conhecimento com as experiências de cooperativas

de outros setores. São vivências que podemos trazer para sistematizar melhor os nossos processos e melhorar o nosso trabalho. A inteligência artificial traz novas oportunidades, e precisamos estar sempre nos atualizando para avançar na inovação e trazer o melhor para as nossas cooperativas”, Carla Vieira – presidente da Cooperativa de Trabalho Cultural e Educacional da Região de Lajinha Ltda (Coopcel).

“Tivemos a oportunidade de trabalhar e construir juntos. A linguagem foi tranquila para que todos entendessem o que a IA faz, como usar e quais são as possibilidades. Nós, de TI, sabemos que existem várias oportunidades, mas outras áreas nem sempre têm tanto contato com elas”, Matheus Campos – analista de desenvolvimento do Sicoob Central Crediminas.

“Participei do primeiro Encontro Jurídico da Ocemg, há 21 anos, e venho participando dos encontros até hoje. Vejo uma evolução imensa e uma busca constante por inovação. Reunir as cinco áreas foi excelente. É uma satisfação enorme estar aqui e acompanhar mais esse passo do Sistema Ocemg”, Ivo Athayde – Presidente do Sicoob Credijus.

“Estou há pouco tempo no setor cooperativista e ainda tinha dificuldade em entender os processos internos. Tenho experiência em comunicação, mas acho muito interessante reunir os setores, porque existe uma inter-relação dentro de cada cooperativa. Nas oficinas, conversamos sobre o desafio de promover a cultura do cooperativismo. Quando todos os setores estão juntos, conseguimos falar a mesma língua”, Natália Persi – Gestora de Marketing da Cemil.

“Eu já utilizava inteligência artificial no dia a dia, mas o evento me ajudou a enxergar as melhores alternativas para aplicá-la no trabalho. Participamos de uma sala em que foram apresentadas várias ferramentas, e uma ideia da nossa equipe foi utilizar a IA no fechamento contábil. Acredito que isso vai agregar muito para a cooperativa”, Pollyanna Campos – analista contábil do Sicoob Credicom.

Aprendizado na prática

Nas oficinas, o aprendizado sobre IA ganhou forma em propostas para o dia a dia das cooperativas. As turmas, com 100 profissionais

de cada área, foram divididas em grupos, e cada equipe apresentou uma solução baseada em inteligência artificial para o seu setor. As propostas consideradas mais pertinentes foram selecionadas para apresentação no último dia do encontro, compartilhando conhecimento entre profissionais das cinco áreas. Confira, a seguir, os destaques.

- **Comunicação:** A proposta De Olho no Coop utiliza inteligência artificial para apoiar campanhas de comunicação voltadas à educação e ao engajamento dos cooperados. A solução prevê segmentar o público por perfil e enviar mensagens personalizadas pelo WhatsApp, abordando princípios cooperativistas, distribuição de sobras e participação nas assembleias. A IA auxilia na elaboração dos conteúdos e no planejamento das ações, buscando otimizar o trabalho da equipe. A ideia é a cooperativa manter a supervisão das comunicações, sem inserir dados pessoais dos cooperados na plataforma.
- **Gestão de Pessoas:** A solução propõe um agente de inteligência artificial para apoiar o desenvolvimento profissional e a sucessão nas cooperativas. A ferramenta analisa entregas, resultados e competências para mapear talentos e identificar potenciais lideranças, buscando reduzir a subjetividade nas avaliações. Além de auxiliar gestores, o assistente orienta empregados sobre habilidades e ações necessárias para alcançar seus objetivos de carreira. A proposta prevê cuidados com a segurança dos dados e busca ampliar as oportunidades de crescimento interno, valorizando profissionais que recebem pouca visibilidade.
- **Jurídico:** A proposta utiliza inteligência artificial como assistente na análise de contratos, com roteiros de leitura e critérios padronizados. A ferramenta apoia a conferência documental, a identificação de pontos de atenção e a elaboração de listas de verificação, mantendo a avaliação final sob responsabilidade dos profissionais. O objetivo é reduzir tarefas repetitivas, melhorar a qualidade dos documentos e liberar tempo para atividades estratégicas. A solução busca fortalecer a segurança jurídica das cooperativas e prevenir problemas que possam resultar em disputas judiciais.
- **Contabilidade:** A solução prevê dois assis-

tentes de inteligência artificial para apoiar a análise fiscal e a conciliação contábil. Após a padronização e organização dos arquivos, o primeiro examina documentos e identifica tributos presentes ou possíveis ausências. O segundo cruza informações contábeis, apontando e explicando divergências para conferência. A validação permanece com os contadores. A proposta busca reduzir retrabalho, agilizar o fechamento e melhorar a disponibilidade de informações para relatórios gerenciais e tomada de decisões estratégicas das cooperativas.

- **Tecnologia da Informação:** A proposta reúne agentes de inteligência artificial para apoiar o cadastro e a atualização de dados de cooperados, clientes e fornecedores. A solução analisa documentos, organiza informações e sinaliza inconsistências ou campos incompletos. Também prevê alertas periódicos e contatos automatizados para solicitar atualizações e documentos. Conforme a maturidade do processo, as informações podem seguir para conferência ou atualização automática da base. O objetivo é reduzir tarefas manuais, evitar gargalos e manter dados mais completos e atualizados para as demais áreas.

Antecipar para transformar

Depois de explorar soluções para desafios do presente, a programação voltou o olhar para o amanhã. Na palestra de encerramento, a especialista em inovação e estratégia Glaucia Guarcello, CEO da HSM, provocou uma reflexão dos participantes: "Como estamos pensando o futuro das cooperativas?". A palestrante apresentou a antecipação estratégica como forma de identificar oportunidades a partir de sinais externos: avanços tecnológicos, mudanças no comportamento do consumidor e movimentos geopolíticos. Na prática, isso significa aperfeiçoar o trabalho atual e, ao mesmo tempo, testar novas soluções, para que as cooperativas estejam prontas para mais de um caminho.

Essa preparação, segundo Glaucia, passa pelo desenvolvimento de capacidades para lidar com a incerteza, sem apostar em um único futuro. "A gente desenha cenários diferentes e a gente entende quais são as capacidades que eu preciso desenvolver para eu ser mais bem-sucedido em mais cenários."

Entre em contato



24 e 25
de novembro de 2026

REUNIMOS
4 EVENTOS
EM UM ÚNICO LUGAR!



O ecossistema do Congresso
Conecta Agro foi estrategicamente
desenhado para integrar os principais
elos do agronegócio.

SÃO PAULO EXPO
SÃO PAULO | SP



Cooperflora: primavera destaca diversidade no mercado de flores



Mudanças de clima e luminosidade influenciam produção e oferta, aproximando consumidores do ciclo natural das flores

A chegada da primavera, em 22 de setembro, costuma trazer ainda mais movimento ao mercado brasileiro de flores e plantas ornamentais. Para além de uma mudança no calendário, a estação também evidencia a relação entre as flores e seus ciclos naturais.

Em um mercado orientado pela variedade e pela disponibilidade ao longo do ano, conhecer a sazonalidade ajuda produtores, floristas e consumidores a entender como cada espécie responde às condições de cultivo. Temperatura, luminosidade e umidade influenciam o desenvolvimento das plantas e podem alterar volume, qualidade e disponibilidade.

O mercado acompanha esse movimento. Segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Floricultura (Ibraflor), com dados do Cepea/Esalq-USP, o Produto Interno Bruto (PIB) da cadeia de flores e plantas ornamentais chegou a R\$ 23,35 bilhões em 2025, crescimento de 10% em relação ao ano anterior. O setor

reúne 8.715 produtores e ocupa cerca de 17,2 mil hectares no país.

Como a primavera influencia a produção

Na Cooperflora, cooperativa de flores localizada em Jaguariúna (SP), a diversidade de espécies e variedades cultivadas em diferentes regiões permite trabalhar com diferentes ciclos de produção e ampliar as possibilidades de oferta ao longo do ano. Com mais de 115 cooperados e um portfólio que reúne mais de 1.500 variedades, a cooperativa trabalha com culturas que respondem de maneiras distintas às condições de cada período.

“Na primavera, temos temperaturas mais elevadas, maior luminosidade e, normalmente, um aumento das chuvas e da umidade do ar. Para muitas espécies, essas condições aceleram o ciclo de desenvolvimento e antecipam o ponto de colheita, aumentando o volume de produção”, explica Herlen Oliveira, coordenador de Qualidade da Cooperflora.

Essa relação entre as condições ambientais e o ciclo de cada espécie também ajuda a

explicar por que determinadas flores apresentam melhor desempenho em períodos específicos do ano. “Quando a flor é cultivada dentro das condições mais adequadas para a sua cultura, ela consegue expressar melhor o seu potencial, o que pode refletir em suas características de qualidade e durabilidade”, explica Herlen.

O que significa uma flor da estação?

A relação entre a época do ano e o desenvolvimento das plantas também está ligada ao fotoperíodo[CT1], ou seja, à duração das horas de luz ao longo do dia.

“Temos espécies de dias curtos e de dias longos, que respondem de maneiras diferentes à quantidade de luz disponível”, explica Herlen.

Para o consumidor, acompanhar a sazonalidade também amplia as possibilidades de escolha. “Nos períodos de maior disponibilidade, temos uma oferta maior de espécies e variedades no mercado, além de maior acessibilidade”, completa.

Do cultivo à escolha do consumidor

Para o produtor, acompanhar esses ciclos é parte essencial do trabalho. A chegada da primavera[CT2], por exemplo, representa um período de condições mais favoráveis ao cultivo e exige planejamento para aproveitar o potencial de produção.

“Na primavera, temos um clima muito favorável para a produção de flores. A temperatura e a luminosidade ficam mais adequadas, o que favorece o desenvolvimento das plantas e permite um melhor aproveitamento da produção”, explica Silvio H. Gomes, cooperado da Cooperflora e produtor do Sítio Meraki Flores, em Munhoz (MG).

Esse planejamento também se relaciona diretamente à oferta disponível para o mercado. “Quando temos um período bom de produção, é importante trabalhar em parceria com a divulgação para mostrar ao mercado que teremos flores com qualidade e disponibilidade. É um momento que toda a cadeia pode aproveitar”, afirma Silvio.

A escolha por flores da estação também pode aproximar o consumidor da origem do produ-

to. Diferentemente de itens industrializados, cuja disponibilidade pode ser planejada de maneira independente das condições naturais, as flores carregam uma relação direta com clima, manejo e tempo de cultivo.

Conhecer essa dinâmica ajuda a compreender que a disponibilidade das flores muda ao longo do ano e que cada período pode favorecer diferentes espécies e características de produção.

Diversidade que acompanha cada estação

A diversidade disponível ao longo do ano é resultado da combinação entre natureza, planejamento e tecnologia. Cada cultura responde de maneira particular às condições de cultivo, e compreender esses ciclos permite organizar a produção e aproveitar melhor as características de cada período.

Essa percepção também faz parte da rotina de quem está diretamente ligado ao cultivo. Para David Henrique Teixeira da Silva, produtor cooperado da Cooperflora e proprietário do Sítio Quinta do Sol, em Munhoz (MG), a chegada da primavera também é um período importante para o planejamento da produção. “Com as mudanças de temperatura e luminosidade, ajustamos os cuidados e o manejo para garantir uma boa qualidade das flores”, afirma.

Para a cadeia de flores, olhar para a sazonalidade não significa limitar possibilidades. Ao contrário: permite valorizar a diversidade existente e ampliar as possibilidades de escolha de acordo com o que cada época do ano oferece.

“Valorizar as flores da estação ajuda o produtor a aproveitar melhor cada período de produção e oferecer flores de qualidade. Também fortalece toda a cadeia, valorizando o trabalho de quem produz, comercializa e chega até o consumidor final”, destaca David.

Em um setor que movimenta bilhões de reais e reúne milhares de produtores em diferentes regiões brasileiras, compreender esses ciclos também é uma forma de aproximar produção e consumo. Na primavera, quando as flores ganham ainda mais espaço em diferentes ambientes e ocasiões, a estação reforça que cada flor tem seu próprio tempo de cultivo.

Dia C 2026 reforça compromisso do cooperativismo com as comunidades



No Distrito Federal, edição reuniu cooperativas, parceiros e voluntários em uma programação que registrou 1.676 atendimentos e integrou a mobilização nacional do Dia de Cooperar

O cooperativismo brasileiro voltou a colocar em prática um de seus princípios centrais com a realização do Dia de Cooperar – Dia C 2026. Em diferentes regiões do país, cooperativas, voluntários e parceiros se mobilizaram em ações voltadas à cidadania, à saúde, à educação, à sustentabilidade, à solidariedade e ao bem-estar das comunidades.

No Distrito Federal, a celebração promovida pelo Sistema OCB/DF foi realizada no Condomínio Residencial Paraíso, na cidade satélite do Gama, e reuniu comunidade, coopera-

tivas, instituições parceiras e voluntários em uma tarde de serviços, orientações, atividades culturais e integração.

A parca das ações realizadas nas tendas registrou 1.676 atendimentos, demonstrando o alcance da mobilização construída durante o evento.

O Dia C é uma iniciativa nacional do cooperativismo que estimula ações voluntárias e projetos conectados às necessidades das comunidades. A proposta está diretamente relacionada ao sétimo princípio cooperativista, o Interesse pela Comunidade, e mobiliza organizações de diferentes ramos em torno de iniciativas de impacto social.

Cooperação presente nos territórios

A escolha do Gama para receber a edição de

2026 integra a estratégia do Sistema OCB/DF de fazer o Dia C circular por diferentes regiões administrativas do Distrito Federal.

Ao longo dos anos, o Dia C no DF já esteve presente no Plano Piloto e em regiões do entorno de Brasília, como por exemplo, Taguatinga, Ceilândia, Sobradinho, Santa Maria, Itapoã, Cidade Estrutural, Recanto das Emas, São Sebastião e Planaltina. Em 2026, o Gama passou a integrar essa trajetória.

A presença em diferentes territórios permite que o cooperativismo estabeleça contato direto com as comunidades e desenvolva atividades a partir de demandas relacionadas ao cotidiano das pessoas.

Serviços, conhecimento e cidadania

Durante a edição de 2026, o público encontrou uma programação formada por oficinas, educação financeira, ações de saúde, atividades ambientais, empreendedorismo, tecnologia, autocuidado, cultura e bem-estar.

As tendas receberam atendimentos e orientações conduzidos por cooperativas e instituições parceiras. A proposta foi aproximar informação, serviços e iniciativas cooperativistas da comunidade, criando um espaço de convivência e participação.

Na abertura institucional, o presidente do Sistema OCB/DF, Remy Gorga Neto, destacou o papel do Dia C na relação entre cooperativas e sociedade.

“O Dia C coloca a cooperação em prática e aproxima o cooperativismo das comunidades. Cada atendimento, orientação e atividade realizada representa o compromisso das cooperativas com as pessoas e com o desenvolvimento dos territórios onde estão presentes. É uma mobilização construída por muitas mãos, com um propósito comum: gerar transformação social por meio da cooperação”, afirma Remy Gorga Neto.

Casa do Cooperativismo amplia a experiência

A Casa do Cooperativismo concentrou uma agenda de atividades voltadas à informação,

prevenção e orientação.

O espaço recebeu rodas de conversa sobre saúde mental, orientações nutricionais, educação financeira e demonstrações de primeiros socorros. O público acompanhou técnicas de desengasgo em crianças e adultos e orientações sobre parada cardiorrespiratória.

Também foram oferecidos atendimento individual sobre educação financeira, exame de bioimpedância, orientação para inclusão em programa de desconto na tarifa de energia elétrica e ações relacionadas à prevenção e à saúde.

Outra atração foi o ConectCoop, iniciativa do Sistema OCB/DF que apresentou conceitos e características do cooperativismo por meio de uma experiência interativa.

A programação permitiu que o público conhecesse o cooperativismo a partir de suas práticas e de sua presença junto às comunidades.

Uma mobilização conectada ao Brasil

A experiência realizada no Distrito Federal integra um movimento que envolve cooperativas de todo o país.

Cada edição do Dia C é construída a partir das características e necessidades dos territórios, mantendo uma identidade comum baseada em voluntariado, participação, solidariedade e desenvolvimento das comunidades.

No DF, os 1.676 atendimentos registrados na parca das tendas representam uma parte dessa mobilização. O resultado também está nas orientações

compartilhadas, nas atividades realizadas, no envolvimento dos voluntários e na aproximação entre cooperativas e população.

Ao conectar iniciativas locais a uma agenda nacional, o Dia de Cooperar evidencia como os princípios cooperativistas podem se traduzir em ações concretas na vida das pessoas.

Em 2026, essa construção chegou ao Gama e se somou às iniciativas realizadas pelo movimento cooperativista em diferentes regiões do Brasil.

CENTRO-OESTE COOP-MS

Líder Comercial do Futuro capacita profissionais de quatro cooperativas de Mato Grosso do Sul

O Sistema OCB/MS, por meio do Sescop/MS, concluiu mais uma formação voltada ao desenvolvimento de profissionais do cooperativismo. Entre os dias 14 e 18 de setembro, o programa Líder Comercial do Futuro reuniu 24 participantes de quatro cooperativas em uma imersão de 40 horas realizada no Grand Park Hotel, em Campo Grande.

A capacitação foi conduzida pela Crescimentum, empresa especializada no desenvolvimento de lideranças, pessoas e organizações, e teve como foco o aprimoramento de competências comerciais e de liderança, preparando os participantes para uma atuação mais estratégica, consultiva e orientada a resultados.

Participaram da formação profissionais do Sicoob Primavera, Sicoob Uni Sul MS, Sicoob Unique BR, Sicredi União MS/TO e Oeste da Bahia e colaboradores do Sescop/MS.

Durante os cinco dias de formação, os participantes tiveram acesso a conteúdos e práticas voltados ao desenvolvimento de competências essenciais para a atuação comercial e de liderança.

Entre os temas trabalhados estiveram liderança e desenvolvimento de equipes, estratégias comerciais, relacionamento e experiência do cliente, comunicação e influência, negociação, gestão de resultados, competências comportamentais e comerciais, visão estratégica e atuação comercial consultiva.

A formação também buscou preparar os profissionais para os desafios atuais e futuros do mercado, considerando as transformações no comportamento dos clientes e as particularidades do ambiente cooperativista.

Ao longo da jornada, a proposta foi estimular uma atuação comercial mais estratégica e próxima, fortalecendo a capacidade dos profissionais de construir relacionamentos, identificar oportunidades e gerar resultados de forma sustentável.

Para o consultor da Crescimentum, Nildo Marinho, o envolvimento dos participantes con-



tribuiu para aprofundar as experiências ao longo da semana.

“Os participantes se abriram para entender como poderiam melhorar como pessoas e como líderes. Eles vão sair daqui diferentes do que entraram. Para a gente, não tem preço entender que o nosso trabalho em facilitar tudo isso, em tentar cada vez mais melhorar a performance das pessoas como líderes e como seres humanos, pode gerar um resultado extraordinário na vida deles lá fora,” destaca.

A experiência também provocou reflexões entre os participantes sobre o papel individual na construção de relações e no desenvolvimento das equipes.

Para Cristiana Ferreira Fragato, do Sicoob Unique BR, a formação trouxe uma mudança de perspectiva sobre liderança e comportamento.

“O Líder do Futuro apontou muito para dentro e eu saio daqui com a consciência de que preciso mudar para que eu veja mudança no outro, principalmente”, afirmou.

O Líder Comercial do Futuro integra as ações do Sescop/MS voltadas à formação e ao desenvolvimento profissional. A capacitação reforça o compromisso com o desenvolvimento das pessoas e com a construção de competências que impulsionam o crescimento e a sustentabilidade das cooperativas de Mato Grosso do Sul.

QUANDO O COOPERATIVISMO SE MOVE, O DISTRITO FEDERAL AVANÇA.

ESCOLHA CONSCIENTE

ESCOLHA O COOP

Todos os dias, o cooperativismo de transporte conecta pessoas, negócios e oportunidades no Distrito Federal.

Presente no transporte de cargas, na mobilidade urbana, no transporte escolar e no fretamento, o setor impulsiona a nossa região com cooperação, eficiência e responsabilidade.

É a força do trabalho unido gerando renda, novas oportunidades e desenvolvimento contínuo para a nossa capital.

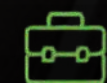
Na hora de escolher quem movimenta o DF, escolha quem coopera com o desenvolvimento. Escolha o Coop.



11
cooperativas



+2,8
cooperados



+200
empregos diretos

Cooperativismo movimenta mais de R\$ 75 bi em Mato Grosso e gera 14 mil empregos diretos

O cooperativismo mato-grossense movimentou R\$ 56,05 bilhões em ingressos e receitas em 2025 e esteve associado à mobilização de R\$ 75,26 bilhões em produção dentro de Mato Grosso e R\$ 100,28 bilhões em todo o Brasil. Os dados fazem parte do estudo Impactos do Cooperativismo na Economia de Mato Grosso, elaborado pelo Observatório do Cooperativismo de Mato Grosso, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), a partir de demanda do Sistema OCB/MT, e apresentado em um evento nesta segunda-feira (28), em Cuiabá.

Além do estudo de impacto econômico, o evento marcou o lançamento do Anuário do Cooperativismo Mato-grossense 2026, publicação que reúne os principais dados oficiais do setor e apresenta um panorama da evolução do cooperativismo no estado.

Para o presidente do Sistema OCB/MT, Nelson Piccoli, os indicadores mostram a dimensão alcançada pelo movimento cooperativista no estado.

“O cooperativismo está presente em diferentes setores da economia e em diferentes regiões de Mato Grosso. Esses números mostram a dimensão que o movimento alcançou e, principalmente, a sua capacidade de gerar oportunidades e movimentar a economia. O nosso compromisso é continuar fortalecendo as cooperativas para que elas possam ampliar sua atuação, gerar benefícios aos cooperados e contribuir cada vez mais para o desenvolvimento das comunidades onde estão inseridas.”

A pesquisa do Observatório em parceria com a FIPE também estima que a atividade das cooperativas esteve associada à mobilização de 376,8 mil empregos formais e informais, diretos e indiretos, em Mato Grosso, além de R\$ 37,15 bilhões em valor adicionado, R\$ 2,88 bilhões em arrecadação de impostos e R\$ 12,48 bilhões em massa salarial no estado.

Os resultados foram calculados por meio de uma Matriz Insumo-Produto, metodologia que permite mensurar os efeitos diretos e indiretos da atividade das cooperativas sobre

diferentes setores da economia. Para cada R\$ 1,00 de demanda mobilizada pelo cooperativismo, o estudo estima R\$ 1,34 em produção dentro do estado. Em relação ao emprego, cada R\$ 1 milhão de demanda está associado a 8,58 postos de trabalho formais e informais no país, dos quais 6,72 estão em Mato Grosso.

Para o superintendente do Sistema OCB/MT, Frederico Azevedo, os números ajudam a dimensionar o cooperativismo para além da atuação das próprias organizações.

“O estudo da FIPE nos permite enxergar, com dados e metodologia técnica, uma dimensão que muitas vezes não aparece quando olhamos apenas para os resultados individuais das cooperativas. A atividade cooperativista movimenta fornecedores, serviços, empregos, renda e arrecadação e estabelece conexões com diferentes setores da economia. Mostrar essa dimensão é importante para que Mato Grosso reconheça cada vez mais o cooperativismo como parte da sua dinâmica de desenvolvimento.”

Presença das cooperativas está associada a diferenciais nos municípios

O estudo também utilizou uma segunda metodologia econométrica para analisar as trajetórias socioeconômicas de municípios com e sem presença de cooperativas.

A análise considerou mais de 30 variáveis relacionadas a atividade econômica, trabalho e renda, arrecadação, comércio exterior, agropecuária, indicadores sociais e educação. Os resultados identificaram diferenciais associados à presença de cooperativas em diferentes indicadores econômicos.

Nos municípios analisados, a presença cooperativista esteve associada a um diferencial estimado de R\$ 14,2 mil no PIB por habitante, 64,9 empregos formais adicionais por mil habitantes, R\$ 300,20 a mais em massa salarial por habitante e R\$ 206,20 em arrecadação municipal por habitante. Também foram identificados diferenciais de US\$ 7.250 em exportações por habitante e de US\$ 7.156 no saldo

comercial por habitante.

Na educação, os municípios com presença cooperativista apresentaram diferencial de 3,9 pontos percentuais na taxa de aprovação da 3ª série do Ensino Médio e de 2,1 matrículas no Ensino Superior por mil habitantes. Nos indicadores sociais analisados, o estudo identificou menor incidência de famílias no Cadastro Único e beneficiárias do Bolsa Família nesses municípios.

A gerente de Desenvolvimento e Inteligência de Cooperativas do Sistema OCB/MT, Sâmyla Sousa, destaca que a pesquisa amplia a capacidade do setor de compreender e comunicar seus resultados.

“Ter dados sistematizados e uma análise técnica dessa dimensão nos ajuda a compreender melhor como o cooperativismo se conecta com a economia e com os territórios. O estudo não olha apenas para dentro das cooperativas, ele evidencia os encadeamentos com outras atividades e identifica diferenciais nos municípios onde existe presença cooperativista. É uma base importante para orientar estratégias, fortalecer a tomada de decisão e dar visibilidade à contribuição do cooperativismo para Mato Grosso.”

Impactos ultrapassam as fronteiras de Mato Grosso

Segundo a FIPE, os efeitos da atividade cooperativista mato-grossense não ficam restritos ao estado. Do total de R\$ 100,28 bilhões em produção mobilizada no Brasil, R\$ 75,26 bilhões permanecem associados a impactos em Mato Grosso, enquanto R\$ 25,02 bilhões correspondem às repercussões nos demais estados.

O mesmo comportamento aparece nos demais indicadores: dos R\$ 47,40 bilhões em valor adicionado estimados, R\$ 37,15 bilhões estão em Mato Grosso; dos R\$ 4,11 bilhões em arrecadação, R\$ 2,88 bilhões correspondem ao estado; e, dos 481 mil empregos mobilizados, 376,8 mil estão em Mato Grosso. Os dados evidenciam a integração das cooperativas mato-grossenses com fornecedores, prestadores de serviços e cadeias produtivas de outras regiões do país.



Cooperativismo mato-grossense amplia escala

De acordo com os dados do Anuário do Cooperativismo Mato-grossense 2026, o estado chegou a 172 cooperativas e 1,99 milhão de cooperados, distribuídos em sete ramos. A base de cooperados cresceu de 1,75 milhão, em 2024, para 1,99 milhão no ano seguinte.

No mesmo período, os ingressos e receitas das cooperativas passaram de R\$ 47,95 bilhões para R\$ 56,05 bilhões, enquanto os ativos totais avançaram de R\$ 78,69 bilhões para R\$ 88,65 bilhões. O capital social também cresceu, passando de R\$ 6,57 bilhões para R\$ 7,42 bilhões.

O setor registrou ainda 14,09 mil empregos diretos; A densidade do cooperativismo formal no estado também se destaca no cenário nacional: Mato Grosso ocupa a 5ª posição nacional em estabelecimentos e vínculos cooperativos por 100 mil habitantes, segundo dados da RAIS.

Para o Sistema OCB/MT, a divulgação conjunta do Anuário e do estudo da FIPE representa um avanço na produção e disseminação de informações sobre o cooperativismo mato-grossense. A combinação dos dados do setor com a avaliação dos impactos econômicos permite ampliar a compreensão sobre a presença das cooperativas na economia estadual e sobre suas conexões com os municípios e com outras cadeias produtivas.

Concred movimenta mais de R\$ 4 milhões em Goiânia e deixa legado para o cooperativismo



A presença de cerca de 2,5 mil congressistas no 16º Congresso Brasileiro do Cooperativismo de Crédito (Concred) movimentou aproximadamente R\$ 4,16 milhões na economia de Goiânia, considerando apenas os gastos com hospedagem, alimentação e transporte urbano dos visitantes que vieram de outras cidades e Estados. O impacto é bem maior, se forem consideradas despesas como compras e lazer.

As estimativas são baseadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) – Módulo Turismo, do IBGE, com dados de 2024, monitorados pelo Observatório da Goiás Turismo. Nesse cálculo, não está incluído o investimento feito pela organizadora do evento na contratação de fornecedores e serviços para a implementação da estrutura do Concred em Goiânia – o que evidencia que a movimentação financeira promovida pelo congresso na capital foi ainda mais significativa.

Os leitos ocupados pelos participantes do Concred, somados aos de estudantes que participaram dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), realizados na mesma semana, resultaram em uma ocupação média de 80% em alguns hotéis de Goiânia. A ocupação chegou a 100% em alguns dos estabelecimentos de maior porte, conforme levantamento da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH-GO).

Segundo o presidente do Sistema OCB/GO, Luís Alberto Pereira, o grande número de pessoas de outras cidades aqueceu a economia local durante os dias do evento. “Essas pessoas também tiveram a oportunidade de conhecer melhor a nossa cidade e a qualidade de vida que experimentamos, o que ajuda a promover o turismo em Goiânia”, acrescenta o dirigente.

Mais do que números, Luís Alberto Pereira des-

taca a importância dos legados deixados pelo Concred. “Um evento dessa magnitude, considerado o maior do mundo e realizado pela primeira vez em Goiás, nos deixa muito orgulhosos. Ao mostrarmos o nosso protagonismo para todo o País, também reforçamos a união dos nossos sistemas de crédito cooperativo.”

O dirigente ainda ressalta a importância da presença de milhares de jovens no evento Integração Juventude, realizado paralelamente ao Concred, que reuniu 3 mil estudantes da Grande Goiânia, elevando o público do evento para mais de 5 mil pessoas. “O engajamento dos jovens é fundamental, assim como a valorização da cultura cooperativista, para que tenhamos cooperados cada vez mais conscientes e mais fidelizados ao nosso modelo.”

Potencial goiano

O presidente da Confederação Brasileira das Cooperativas de Crédito (Confebras), Luiz Lesse, explica que a decisão de levar o Concred para Goiânia teve como um dos objetivos chamar a atenção do cooperativismo financeiro brasileiro para uma região onde o setor já é muito forte e ainda tem grande espaço para crescer.

“Reunimos cerca de 5 mil pessoas, com impacto direto na economia local. Só com hospedagem, a estimativa é de R\$ 2,2 milhões. Também aproximamos 3 mil estudantes do universo do cooperativismo, por meio do Integração Juventude, ampliando o contato desses jovens com educação financeira, empreendedorismo e oportunidades profissionais.”

Lesse ainda destacou a Feira de Negócios, que levou novas tecnologias, produtos e serviços diretamente ao alcance dos dirigentes, e a importância dos conteúdos selecionados para a programação do evento. “Debatemos inteligência artificial, Open Finance, governança, seguros, crédito rural e sucessão, ajudando a aproximar as cooperativas goianas dos temas e soluções que já estão moldando o futuro do setor.”

Experiência

Marcelo Baiocchi, presidente do Sicoob Nova Central, destacou a aquisição de conhecimentos como um dos maiores legados do

evento. “A maior delegação de congressistas era formada por representantes das cooperativas goianas. Apenas do Sicoob Nova Central, participaram cerca de 400 pessoas das nossas cooperativas (de todo o Estado).”

Para o dirigente, a experiência tende a estimular novas práticas nas cooperativas, a partir das expectativas e ideias que nasceram e que passam a ser cultivadas graças aos conhecimentos e às trocas de experiências proporcionadas pelo evento.

Conexões ampliadas

Celso Figueira, presidente da Central Sicredi Brasil Central, destaca a ampliação das conexões e da troca de experiências entre diferentes cooperativas e lideranças do setor como um dos principais legados do 16º Concred. “Receber em Goiás um congresso dessa dimensão fortaleceu a visibilidade do nosso modelo e criou um ambiente muito rico para discutirmos estratégias, inovação, educação cooperativista e os caminhos para o futuro.”

Para colocar em prática as principais ideias que surgiram a partir do evento, o dirigente acredita que o primeiro passo é transformar conhecimento em ação. “Precisamos levar para dentro das cooperativas as reflexões sobre novos mercados, comportamento dos associados, educação financeira e estratégias de negócio, adaptando esses aprendizados às realidades de cada região”, defende.

Projeção nacional

Para o presidente da Central Sicoob Uni, Raimundo Nonato Leite Pinto, os principais legados do 16º Concred foram a oportunidade de projetar o cooperativismo de crédito goiano para todo o Brasil e demonstrar a capacidade de Goiás para sediar eventos de grande porte, o que eleva a autoestima do setor e dos goianos.

O dirigente acredita que as experiências e os insights compartilhados durante o congresso contribuirão para que as cooperativas enfrentem os obstáculos do cenário atual, que considera desafiador, e avancem. “As palestras foram de altíssima qualidade. Vamos levar todo esse conhecimento e ideias para as nossas cooperativas e colocá-los em prática”, assegurou.

Sistema Ocepar apresenta trajetória e perspectivas do cooperativismo em reunião de Planejamento Estratégico da Copel



O presidente-executivo do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, participou da reunião de Planejamento Estratégico 2035 da Companhia Paranaense de Energia (Copel), em Curitiba. "O encontro foi uma oportunidade de apresentar o planejamento estratégico do Sistema Ocepar, sua trajetória nos últimos anos e as perspectivas para o futuro do cooperativismo paranaense", afirmou Ricken.

Na oportunidade, ele destacou os principais avanços registrados pelas cooperativas paranaenses, os desafios e oportunidades que deverão orientar a atuação do Sistema Ocepar nos próximos anos. Ricken falou ainda sobre a relevância das cooperativas para o desenvolvimento econômico e social do Estado e a importância da articulação institucional para enfrentar desafios comuns.

"A participação do Sistema Ocepar na discussão do Planejamento Estratégico 2035 da Copel reforça a importância do diálogo entre instituições estratégicas para o Paraná. A aproximação permite compartilhar experiências, antecipar desafios e construir agendas

convergentes, contribuindo para um ambiente cada vez mais favorável ao desenvolvimento das cooperativas", frisou.

Energia como fator de crescimento

A energia elétrica é um fator estratégico para o crescimento das cooperativas paranaenses. A expansão das atividades produtivas, a modernização dos processos, a implantação de novas tecnologias e o aumento da capacidade industrial dependem de um fornecimento de energia com qualidade, segurança e confiabilidade.

Essa importância é ainda maior considerando a forte presença das cooperativas no setor agropecuário e agroindustrial, em atividades que demandam energia de forma contínua e em diferentes etapas da produção.

O cooperativismo paranaense responde atualmente por 65% da produção paranaense de grãos e 45% da produção de carnes e laticínios no Estado. Há cerca de 160 agroindústrias mantidas pelas cooperativas agropecuárias, que transformam a matéria-prima recebida

dos cooperados, como grãos, leite e carnes, em produto de maior valor agregado, respondendo por 48% do faturamento do ramo agropecuário no Paraná.

Nesse contexto, Ocepar e Copel já desenvolvem diversas ações conjuntas voltadas ao aprimoramento da qualidade do fornecimento de energia elétrica às cooperativas e às comunidades onde estão inseridas. Entre as iniciativas estão os mutirões de limpeza de redes, que contribuem para reduzir interrupções provocadas pela vegetação, o Copel Agro, que aproxima a companhia das demandas do setor agropecuário, e o GT Porteira para Dentro, que promove o diálogo sobre questões relacionadas ao fornecimento e à infraestrutura de energia no meio rural.

Ampliação

Essas iniciativas demonstram a importância da atuação conjunta entre as instituições e servem como base para a construção de novas ações. Durante o encontro, foi destacada a possibilidade de ampliar essa cooperação, alinhando os planejamentos estratégicos das duas organizações e identificando novas oportunidades de atuação conjunta.

A proposta é unir esforços para contribuir com a melhoria contínua da qualidade e da confiabilidade do fornecimento de energia, especialmente em regiões de forte presença do cooperativismo, além de buscar soluções para demandas que impactam diretamente as atividades produtivas das cooperativas e de seus cooperados.

Colaboradores com 30 anos de Frimesa visitam o Sistema Ocepar

Um grupo de 45 colaboradores da Frimesa que completaram 30 anos de atuação na cooperativa participou, na sexta-feira (25/09), de uma imersão no Sistema Ocepar, em Curitiba. A visita fez parte de uma programação de dois dias preparada para proporcionar aos profissionais uma experiência de integração e ampliar o conhecimento sobre o cooperativismo paranaense.

Os participantes viajaram do interior do Estado e chegaram a Curitiba na manhã de sexta-feira. Na sede do Sistema Ocepar, foram recebidos pelo superintendente do SESCOOP/PR, José Ronkoski, que deu as boas-vindas ao grupo e falou sobre o papel do Sistema S e sua contribuição para o desenvolvimento das pessoas e das organizações.

Ao compartilhar também aspectos de sua trajetória pessoal, Ronkoski destacou a importância do aprendizado ao longo da vida. "Como disse Michelle Obama, o conhecimento é algo que ninguém pode tirar de uma pessoa. Por isso, é tão importante aproveitar as oportunidades de aprender, conhecer novas realidades e ampliar nossa visão", afirmou.



Na sequência, a analista técnica de Cooperativismo Mariana Balthazar e o analista técnico de Cooperativismo Luis Henrique Macedo conduziram a apresentação sobre o Sistema Ocepar, sua estrutura e atuação, além de compartilharem informações sobre o cooperativismo paranaense.

Depois da visita, o grupo seguiu para o Jardim Botânico de Curitiba. A programação continuou no sábado (26/09), com visitas a Morretes e Paranaguá, encerrando os dois dias de imersão.

China Experience 2026 mostra caminhos para inovação em saúde



Como transformar uma missão internacional em decisões que façam sentido para a realidade das cooperativas? Foi a partir dessa provocação que a Imersão China Experience 2026, realizada pela Unimed Federação com o apoio do Sistema Ocergs levou dirigentes, executivos e lideranças do setor para uma jornada de cinco dias em Beijing e Shanghai, entre 31 de agosto e 4 de setembro. Mais do que conhecer tecnologias emergentes, a missão teve como foco compreender como inovação, inteligência artificial, dados e infraestrut

tura estão sendo utilizados para resolver desafios concretos da saúde.

Ao longo da programação, os participantes percorreram duas das principais cidades chinesas em uma agenda que contemplou oito frentes de inovação: saúde, inteligência artificial, MedTech, dados, infraestrutura, hospital inteligente, diagnóstico, robótica e jornada do paciente.

As visitas incluíram organizações e empresas que estão na vanguarda da transformação digital da saúde, como Sen-

seTime, Tsinghua Changgung Hospital, X-Humanoid, MicroPort, Huawei Healthcare, Runda Medical, United Imaging e Donghua Mediway, oferecendo uma visão abrangente sobre as tecnologias que já estão moldando o presente e o futuro da assistência. Mais do que um panorama tecnológico, a experiência revelou princípios e estratégias que podem orientar a evolução das cooperativas de saúde nos próximos anos.

Da infraestrutura à inteligência artificial

Nas organizações visitadas, os avanços mais relevantes em IA estão apoiados em uma base sólida de dados estruturados, interoperabilidade entre sistemas e integração de processos. Antes de adotar soluções sofisticadas, as instituições investiram na construção de arquiteturas capazes de conectar informações clínicas, operacionais e assistenciais.

Na Huawei Healthcare, por exemplo, a discussão destacou a importância de plataformas digitais robustas e da conectividade como elementos essenciais para viabilizar aplicações avançadas de inteligência artificial. Já na SenseTime, uma das maiores empresas chinesas de IA, os participantes puderam observar como o desenvolvimento de modelos inteligentes depende diretamente da qualidade dos dados utilizados.

A principal conclusão é clara: a inovação em saúde não se sustenta apenas pela adoção de novas ferramentas, mas pela capacidade de criar um ambiente preparado para extrair valor das informações disponíveis.

Os aprendizados que ficam da missão

Ao final da imersão, algumas mensagens apareceram de forma recorrente e foram consolidadas como os principais aprendizados da experiência.

- **Dados como base** - Padronização, interoperabilidade e integração operacional são requisitos para ampliar o uso da inteligência artificial de forma consistente e escalável.
- **Jornada integrada** - O valor não está em soluções isoladas, mas na capacidade de conectar todos os pontos da experiência assistencial em uma lógica contínua.
- **Inovação com propósito** - A tecnologia deve reduzir burocracias, eliminar atividades repetitivas e liberar mais tempo para o cuidado, sempre preservando a responsabilidade e a autonomia profissional.
- **Testar antes de escalar** - A inovação precisa ser testada com objetivos claros, indicadores definidos e mecanismos de avaliação que permitam comprovar valor antes da expansão.

Da China para os próximos passos

A China Experience reforçou que a transformação digital na saúde não acontece por meio de uma única tecnologia ou de um projeto isolado. Trata-se de uma construção progressiva, baseada em fundamentos sólidos, visão estratégica e capacidade de execução.

Os exemplos observados em Beijing e Shanghai apontam uma trajetória que passa pelo fortalecimento da governança e da arquitetura de dados, pela realização de pilotos estruturados, pela ampliação de soluções que demonstrem valor concreto e pela preparação do ecossistema para novas fronteiras tecnológicas.

Para o cooperativismo de saúde, o desafio agora é traduzir esses aprendizados em iniciativas compatíveis com sua realidade, mantendo o foco naquilo que realmente importa: gerar mais eficiência, ampliar a qualidade assistencial e fortalecer a experiência das pessoas ao longo de toda a jornada do cuidado.

Campo Limpo 2026 encerra com mais de 21 mil materiais recolhidos pela Coocam



A Cooperativa Agropecuária Camponovense (Coocam) encerrou o calendário do Programa Campo Limpo 2026 com 21.583 materiais recolhidos nas filiais de Barracão (RS), Lebon Régis e Curitibanos (SC). Ao longo das três etapas, realizadas entre agosto e setembro, foram recebidas embalagens vazias de defensivos agrícolas, tampas, materiais de papelão e embalagens flexíveis, que seguem o fluxo de logística reversa para a destinação adequada.

Do total registrado, 11.292 correspondem a embalagens rígidas de defensivos agrícolas. Também foram recolhidas 9.298 tampas, 710 embalagens flexíveis e 283 materiais de papelão. Em Barracão, a primeira etapa do calendário reuniu 4.447 materiais; em Lebon Régis, foram 12.337; e, no encerramento em Curitibanos, outros 4.799 materiais foram recebidos. Os números refletem o volume entregue pelos produtores durante as ações realizadas nas três unidades.

O programa tem como proposta facilitar o retorno das embalagens utilizadas nas propriedades ao sistema de destinação. A Coocam atua como facilitadora desse processo desde 2011, recebendo os materiais nas filiais e realizando a logística de transporte até a Central da Associação das Revendas de Embalagens de Agrotóxicos da Região de Campos Novos (Aarcam). A iniciativa também inclui orientação aos produtores sobre os procedimentos necessários antes da devolução, como a tríplice lavagem das embalagens laváveis e a separação das tampas.

Para Kalinka Françoise, gerente do setor administrativo e coordenadora do Programa Campo Limpo na Coocam, o encerramento do calendário representa a continuidade de um trabalho construído ao longo dos anos com os produtores. "Encerramos mais uma edição do Campo Limpo com a certeza de que a participação dos produtores é fundamental para que esse processo funcione. Os resultados das três filiais mostram que a devolução das embalagens já faz parte da rotina de muitos produtores e a Coocam procura estar próxima, facilitando esse retorno e orientando para que cada material siga o destino adequado", destaca.

A edição de 2026 também reforça o papel da cooperativa na orientação e na aproximação entre produtor e sistema de logística reversa. Ao receber os materiais nas próprias unidades, a Coocam facilita o encaminhamento das embalagens e contribui para que o processo seja realizado de forma organizada e segura. A ação integra as iniciativas socioambientais desenvolvidas pela cooperativa junto aos produtores e às comunidades onde está presente.

Com o encerramento das três etapas, o Campo Limpo 2026 conclui o calendário de recolhimento da Coocam neste ano, deixando como resultado 21.583 materiais encaminhados ao sistema de logística reversa. Para a cooperativa, a continuidade da iniciativa reforça que a destinação das embalagens não termina na aplicação do produto e, sim, faz parte de um ciclo que envolve produtor, cooperativa, canais de recebimento e demais elos responsáveis pelo destino desses materiais.

Sistema OCESC recebe embaixador da Geórgia visando a abertura de novos mercados internacionais

O Sistema OCESC recebeu a visita do embaixador da Geórgia no Brasil, Zurab Mchedlishvili, para uma agenda voltada ao estreitamento das relações institucionais e à prospecção de oportunidades de negócios para o cooperativismo catarinense. A visita foi realizada por iniciativa da própria Embaixada da Geórgia, que demonstrou interesse em conhecer o modelo cooperativista de Santa Catarina e seu potencial de atuação no mercado internacional.

O embaixador destacou que a visita teve como objetivo identificar oportunidades de cooperação entre a Geórgia e Santa Catarina, estabelecendo uma agenda de trabalho voltada ao desenvolvimento de projetos conjuntos, ao intercâmbio de experiências e à aproximação entre os dois países.

"Vimos conhecer de perto o potencial de Santa Catarina e buscar caminhos para ampliar a cooperação entre a Geórgia e o Brasil. Queremos construir projetos de intercâmbio, promover visitas entre os dois países e planejar uma agenda de trabalho para 2027, com oportunidades concretas de negócios que sejam de interesse para Santa Catarina e para a Geórgia", declarou.

Durante o encontro, foram apresentadas a estrutura, a representatividade e os principais indicadores do cooperativismo catarinense, além da relevância econômica e social das cooperativas para o desenvolvimento do Estado. A agenda também proporcionou a apresentação do catálogo de exportações de proteína animal, pauta de interesse da Geórgia, especialmente em segmentos estratégicos como o de proteína animal.

"Receber o interesse de representantes de outros países em conhecer o cooperativismo catarinense demonstra a qualidade dos produtos e a credibilidade que nossas cooperativas conquistaram ao longo dos anos. Essa aproximação possibilita o diálogo, amplia as relações institucionais e pode abrir novas oportunidades de mercado para as cooperativas, contribuindo para a presença interna-



cional da produção catarinense", ressalta o presidente do Sistema OCESC, Vanir Zanatta.

Ao longo do encontro, Zurab Mchedlishvili ressaltou o interesse da Geórgia em proteínas de frango e suína do cooperativismo catarinense. Reconhecido internacionalmente pela excelência sanitária, o cooperativismo de Santa Catarina tem acesso aos mercados mais exigentes do mundo, como Coreia do Sul e Estados Unidos. Atualmente, o cooperativismo de SC exporta para mais de 80 países.

A agenda com a Geórgia integra um movimento cada vez mais intenso de internacionalização conduzido pelo Sistema OCESC. Após apresentar, recentemente, o potencial do cooperativismo catarinense a uma delegação oficial da República de Ruanda, reunindo autoridades e empresários interessados em parcerias comerciais, a entidade intensifica sua atuação junto a representantes internacionais para aproximar as cooperativas catarinenses de novos mercados e consolidar Santa Catarina como referência em cooperativismo e negócios no cenário global.



Vanir Zanatta
Presidente do Sistema OCESC

Opinião

OCESC: 55 anos em defesa do cooperativismo



Celebrar os 55 anos da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) é revisitar uma história que se confunde com a própria consolidação econômica e social do cooperativismo catarinense. Desde 28 de agosto de 1971, a OCESC atua na representação de um modelo empresarial fundamentado na cooperação, na participação democrática e

na capacidade de transformar esforços individuais em prosperidade coletiva.

A presença cooperativista em Santa Catarina, entretanto, antecede a criação da entidade. As primeiras experiências surgiram no Estado ainda em 1910 e, décadas depois, em 1º de agosto de 1964, foi fundada em Blumenau a Associação das Cooperativas de Santa Ca-

tarina (ASCOOP), primeiro organismo representativo do setor. O ambiente institucional ganhou nova configuração em 1971, com a edição da Lei nº 5.764, que estabeleceu a Política Nacional de Cooperativismo e definiu o regime jurídico das sociedades cooperativas.

Nesse contexto nasceram a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e as organizações estaduais. Em Santa Catarina, a constituição da OCESC conferiu unidade à representação das cooperativas e estabeleceu uma estrutura capaz de acompanhar, orientar e defender institucionalmente um setor que ampliaria de forma extraordinária sua presença na economia estadual.

Ao longo dessas cinco décadas e meia, o cooperativismo catarinense atravessou profundas transformações econômicas, tecnológicas e sociais sem abandonar seus princípios essenciais. Cooperativas cresceram, profissionalizaram suas estruturas, conquistaram mercados, diversificaram atividades e incorporaram novas tecnologias. Produtos originados no sistema catarinense chegam hoje a todas as regiões brasileiras e alcançam consumidores nos cinco continentes.

Essa evolução também resultou de conquistas institucionais decisivas. A autogestão do sistema cooperativo, consolidada a partir da Constituição Federal de 1988, ampliou responsabilidades e fortaleceu a autonomia das organizações. A criação do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, na década de 1990, e a implantação do Serviço Nacional de Aprendizagem do

Cooperativismo (Sescoop), em 1999, abriram novas perspectivas para a formação profissional, a governança, a promoção social e o desenvolvimento das cooperativas.

Representação e conhecimento tornaram-se, assim, dimensões complementares. Enquanto a OCESC mantém interlocução permanente com os poderes públicos, instituições e demais segmentos da sociedade em defesa dos interesses legítimos das cooperativas, o Sescoop/SC investe na qualificação de dirigentes, colaboradores e associados, com cursos, programas educacionais, bolsas de graduação e pós-graduação e ações destinadas ao

aperfeiçoamento da gestão.

Essa atenção também alcança as novas gerações. A continuidade do cooperativismo depende da capacidade de preparar jovens para administrar propriedades, empresas e empreendimentos; compreender custos, elevar produtividade e qualidade, incorporar tecnologias e conciliar produção com responsabilidade ambiental e sanitária. No meio rural, esse trabalho possui valor estratégico, pois conhecimento, eficiência e renda são condições fundamentais para a sucessão familiar e para a permanência dos jovens no campo.

Igualmente essencial é a ampliação da participação feminina. As mulheres ocupam espaços cada vez mais relevantes na gestão das propriedades, nas atividades econômicas, nos conselhos e nas decisões das cooperativas. Programas apoiados pelo Sistema OCESC/Sescoop-SC estimulam essa presença e oferecem instrumentos para fortalecer lideranças, autonomia, capacitação e participação institucional.

Chegar aos 55 anos significa reconhecer o trabalho de milhares de dirigentes, associados, colaboradores e lideranças que compreenderam a força da união. Significa também olhar para o futuro com responsabilidade. Novos desafios surgirão na economia, na tecnologia, na sustentabilidade, na formação de lideranças e na relação com os mercados.

Santa Catarina – onde o cooperativismo abrange 61% da população – construiu um dos ambientes cooperativistas mais organizados e dinâmicos do País porque soube transformar cooperação em estratégia de desenvolvimento. À OCESC cabe preservar essa unidade, representar o sistema e contribuir para que as cooperativas continuem competitivas, modernas e fiéis aos valores que lhes deram origem.

Cinco décadas e meia depois de sua fundação, permanece atual a convicção que sustentou a criação da OCESC: quando pessoas se organizam em torno de objetivos comuns, compartilham responsabilidades e constroem soluções coletivas, os resultados ultrapassam os limites de cada empreendimento e se convertem em desenvolvimento para toda a sociedade.

Cooperativas de artesanato ampliam mercados do Ceará a Paris



Do Ceará a Paris, o artesanato cooperativo brasileiro ganha novas vitrines e amplia conexões comerciais no Brasil e no exterior. Em setembro, o Sistema OCB participou de duas frentes voltadas ao acesso a mercados: a 8ª Feira Nacional de Artesanato e Cultura (Fenacce), em Fortaleza, e a Jornada Exportadora do Artesanato – Paris 2026, realizada pela ApexBrasil, parceira estratégica do Sistema OCB na promoção internacional das cooperativas do segmento.

As iniciativas fazem parte da estratégia dos programas NegóciosCoop Mercados Nacional e Internacional, do Sistema OCB, que atuam para ampliar o acesso das cooperativas a mercados, gerar oportunidades comerciais e aproximá-las de compradores, lojistas, parceiros e novos canais de venda, no Brasil e no exterior. O movimento também evidencia

a capacidade do cooperativismo de transformar conhecimentos tradicionais, identidade cultural e produção coletiva em produtos com valor agregado, geração de renda e oportunidades para as comunidades.

“A participação em feiras e rodadas de negócios permite que as cooperativas ampliem sua presença comercial, conheçam novos compradores e estejam mais preparadas para acessar diferentes mercados. Nosso objetivo é criar condições para que elas transformem essas conexões em oportunidades concretas e sustentáveis de negócios”, afirma Pâmella Jerônimo de Lima, coordenadora de Negócios do Sistema OCB.

Fenacce reúne 12 cooperativas de nove estados

Realizada no Centro de Eventos do Ceará, em

Fortaleza, a Fenacce contou com um estande exclusivo de 84 m² do Sistema OCB. O espaço reuniu 12 cooperativas de artesanato de nove estados: Arteza (PB), Bordana (GO), Coopercrutac (RN), Cobarts (RN), Coomajt (PB), Dedo de Gente (MG), Turiarte (PA), Mulheres de Barro (PA), Cooperartban (AL), Coopervej (CE), Luz e Arte (MA) e Copamart (AM).

No estande, o público encontra diferentes expressões do artesanato cooperativo brasileiro, com bordados, cerâmicas, cestarias, esculturas em ferro e barro, itens de decoração, peças artesanais e alimentos. A diversidade representa técnicas, culturas e tradições das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste.

Além da exposição e comercialização dos produtos, as cooperativas participam de visitas técnicas orientadas à Central de Artesanato do Ceará (CeArt) e ao Centro das Rendeiras da Prainha de Aquiraz. As atividades foram estruturadas para estimular a observação de práticas, soluções e formas de organização que possam ser adaptadas posteriormente à realidade de cada cooperativa.

A metodologia segue o percurso de observar, perguntar, aprender e identificar o que pode ser incorporado aos negócios. A proposta é fazer com que a participação na feira vá além da comercialização imediata e contribua também para aprimorar gestão, posicionamento e estratégias de mercado.

A Fenacce se consolidou como uma importante plataforma para o setor. Em 2025, foram 390 estandes, mais de 2,5 mil artesãos e aproximadamente 41 mil visitantes. A edição registrou ainda expectativas superiores a R\$ 24 milhões em negócios para os meses seguintes.

De Fortaleza para o mercado internacional

Enquanto cooperativas apresentam seus produtos ao mercado brasileiro no Ceará, outra frente da estratégia ocorre na França. Com apoio do Sistema OCB, Comart RN), Copamart e Turiarte participaram da Jornada Exportadora do Artesanato – Paris 2026. Copamart e Turiarte também participaram como expositoras da Maison & Objet.

A programação começou com um seminário dedicado ao mercado francês. Os debates abordaram regras e canais de comercialização, tendências de consumo, posicionamento e estratégias para alcançar consumidores franceses de alto padrão.

Na terça-feira (8), a delegação participou de visitas técnicas a espaços comerciais e de design, entre eles Galeries Lafayette, Galerie Brazil Modernist, Le Bon Marché e Sinara Boutique. Já na quarta-feira (9), as cooperativas tiveram um dia dedicado às rodadas de negócios com potenciais compradores.

Nesta quinta-feira (10), a agenda chegou à Maison & Objet, uma das principais vitrines internacionais dos segmentos de decoração, design e lifestyle. A programação prevê visita à feira, encontro da delegação no Pavilhão da ApexBrasil, cerimônia oficial de abertura do Pavilhão Brasileiro e visita guiada.

Para Jessica Alencar Dias, analista de Negócios Internacionais do Sistema OCB, a iniciativa tem um impacto que ultrapassa a própria comercialização dos produtos. “Para o artesanato brasileiro, acessar o mercado internacional é especialmente estratégico porque amplia as possibilidades de geração de renda e, ao mesmo tempo, valoriza produtos que carregam identidade, cultura, design e a história dos territórios onde são produzidos”, descreve.

Ainda segundo ela, os resultados estão diretamente relacionados ao propósito do cooperativismo. “Quando uma cooperativa conquista um novo mercado, o resultado não fica concentrado em uma única pessoa. Ele chega aos cooperados, às suas famílias e movimenta economicamente as comunidades locais”, acrescenta.

Outro ponto destacado pela analista é o impacto da abertura de mercados para as mulheres, que têm forte presença nas cooperativas de artesanato. “Ampliar as oportunidades comerciais dessas cooperativas significa também contribuir para a autonomia econômica de muitas mulheres, para a geração de renda e para o desenvolvimento dos territórios onde elas vivem. Por isso, apoiar a internacionalização dessas cooperativas é, para o

Sistema OCB, uma forma muito concreta de promover negócios e desenvolvimento local ao mesmo tempo”, conclui.

Negócio fechado

Os primeiros resultados da Jornada já começaram a aparecer. Para a Comart, cooperativa do Rio Grande do Norte especializada em bordados artesanais, a rodada resultou em um negócio fechado com uma compradora da Grécia e abriu perspectivas de negociações com Portugal e Bélgica. “As reuniões foram bem proveitosas. Estou muito feliz com o resultado, com um negócio fechado com a compradora da Grécia e mais dois possíveis em andamento cm Portugal e Bélgica”, relatou a presidente Jailma Araújo.

Segundo ela, os compradores demonstraram interesse tanto nas peças, quanto na forma como são produzidas. “Eles mostraram interesse e curiosidade no processo de desenvolvimento dos nossos produtos, na variedade de pontos e nas texturas únicas”.

A Comart trabalha com bordados produzidos inteiramente à mão, reunindo técnicas tradicionais e máquinas de costura acionadas a pedal. A produção inclui peças para cama, mesa e banho, decoração e moda. Os bordados produzidos na região contam ainda com Indicação Geográfica (IG) concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), reconhecimento relacionado à origem e às características do trabalho artesanal local.

Novos produtos

A Copamart, de Manaus (AM), também saiu das reuniões com perspectivas de continuidade das negociações. Compradores solicitaram imagens de outros produtos da cooperativa para avaliar aquisições e, em alguns casos, sinalizaram o envio de desenhos e referências para o desenvolvimento de peças exclusivas. “A Rodada de Negócios foi muito boa para nós. Tivemos a oportunidade de apresentar nossos produtos, entender melhor o que os compradores europeus procuram e receber retornos muito importantes sobre o potencial do nosso trabalho”, afirmou a presidente da cooperativa, Terezinha Lira.

Para ela, os contatos feitos em Paris demonstram que há espaço para o artesanato da cooperativa na Europa, embora as conversas ainda estejam em estágio inicial. “Como ainda estamos no começo das negociações, é cedo para falar em valores fechados, mas saímos da rodada com ótimos contatos e portas abertas para continuar essas conversas depois”, completou.

Fundada em 2011 e sediada em Manaus, a Copamart reúne 14 artesãs e produz bijoias, acessórios de moda e itens de decoração utilizando fibras naturais, sementes, madeira, têxteis e materiais reciclados.

Identidade amazônica

Também presente na Jornada, a Turiarte levou à Europa peças produzidas por mulheres de comunidades da região do Rio Arapiuns, no Pará. “O feedback foi muito positivo. Os compradores destacaram principalmente a identidade do nosso artesanato, o colorido das peças e o fato de trabalharmos com princípios de comércio justo. Isso mostrou para nós que existe, sim, potencial para os produtos da Turiarte no mercado europeu”, contou Natália Dias, presidente da cooperativa.

Um dos sinais positivos surgiu depois da própria rodada. Uma lojista indicou os produtos e compartilhou o contato da cooperativa com outros comerciantes que não haviam participado das reuniões. Para Natália, a experiência também permitiu identificar os ajustes necessários para avançar no comércio exterior. “Além das reuniões de negócios, estamos tendo a oportunidade de conhecer melhor o mercado internacional, trocar experiências e entender o que precisamos aprimorar para estar cada vez mais preparados para exportar nossos produtos, inclusive em questões práticas, como embalagem, logística e envio das peças”, explicou.

Fundada em 2015 às margens do Rio Arapiuns, no Pará, a Turiarte nasceu da união de sete comunidades e da força de 70 mulheres. Atualmente, reúne mais de 130 mulheres, que encontram no trabalho artesanal com a palha de tucumã uma fonte de renda, autonomia econômica e preservação da cultura local.

Cooperativas baianas buscam um novo lugar na cadeia do cacau

Missão ao Rio Grande do Sul aproxima produtores de experiências industriais e mostra como a intercooperação pode abrir caminhos para ampliar a participação dos cooperados no valor gerado pela atividade

Cooperativas ligadas à produção de cacau na Bahia buscam avançar no beneficiamento e alcançar novos compradores. Entre 31 de agosto e 4 de setembro, representantes da Cocip, Copag Gandu, Cooabriel e Coopermata participaram de uma missão técnica ao Rio Grande do Sul, acompanhados pelo Sistema Oceb e pelo consultor Airton Spies. O roteiro incluiu a Expointer, encontros com o Sistema Ocergs e a Cooperativa Central Gaúcha — CCGL, além de visitas a indústrias de chocolate.

A aproximação entre organizações de diferentes estados coloca em evidência a intercooperação, sexto princípio cooperativista. Conforme a Aliança Cooperativa Internacional, trabalhar em conjunto, por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais, fortalece o movimento e melhora sua capacidade de atender aos associados.

Conhecimento compartilhado, possibilidades de negócios

A missão aproximou os participantes de experiências de industrialização, gestão e comercialização. Segundo o Sistema Oceb, grande parte do cacau das cooperativas ainda chega ao mercado como amêndoa. As organizações estudam produzir derivados, entre eles manteiga, cacau em pó e nibs, e ampliar o contato com compradores industriais.

Nesse contexto, a intercooperação pode ajudar a construir soluções que uma organização teria dificuldade para desenvolver sozinha. Compartilhar conhecimento técnico, organizar volumes de produção e avaliar estruturas conjuntas de beneficiamento são possibilidades para transformar a aproximação institucional em negócios.

Essas alternativas representam uma análise dos caminhos abertos pelo intercâmbio. A divulgação da missão não informa a implantação de uma indústria conjunta nem a assinatura de contratos comerciais.



Resultados da Missão

Para o consultor Airton Spies, a missão identificou possibilidades de aproximar os produtores das chocolaterias que utilizam derivados do cacau.

O Sistema Oceb informou que continuará acompanhando os desdobramentos do intercâmbio. Trata-se de uma oportunidade econômica capaz de ampliar a participação das cooperativas nas decisões sobre processamento e venda. E para avaliar esse avanço, será necessário acompanhar margens, remuneração da produção e capacidade de reinvestimento.

O sexto princípio como estratégia

A cooperação entre cooperativas pode reunir competências complementares. Uma organização pode contribuir com produção e qualidade; outra, com experiência industrial, logística ou acesso a compradores. A construção desse arranjo exige regras claras sobre responsabilidades, investimentos e distribuição dos resultados.

O desafio das cooperativas ligadas ao cacau baiano será transformar o aprendizado em projetos viáveis. Estudos de mercado e planejamento financeiro aliados à participação dos associados ajudarão a definir quais etapas podem assumir e quais parcerias fazem sentido.

Assim, a missão abriu novos contatos entre os participantes e apresentou referências. Agora, o impacto da ação será medido pela capacidade de converter essas conexões em oportunidades econômicas para os cooperados. É nessa passagem do conhecimento compartilhado para a ação conjunta que a intercooperação pode ganhar força na cadeia do cacau.

Cooperação que atravessa fronteiras

Lideranças do Amazonas conhecem experiências do cooperativismo acreano e buscam referências para fortalecer a gestão, a produção e o acesso a mercados.

A organização da produção e o acesso aos mercados aproximaram lideranças cooperativistas do Amazonas e do Acre em setembro. Promovida pelo Sistema OCB/AM, por meio do SESCOOP/AM, em parceria com o Sebrae Amazonas, uma missão técnica levou participantes da Jornada de Líderes do Cooperativismo Amazonense a conhecer experiências acreanas. A programação foi organizada para o período de 14 a 18 de setembro.

O intercâmbio integra o segundo ano do Ecossistema de Liderança, jornada de formação prevista para 2025–2029. Nesta etapa, os participantes aprofundam conhecimentos e observam práticas que podem contribuir para os negócios de suas cooperativas. A diretora administrativa e financeira do Sebrae Amazonas, Adrienne Antony Gonçalves, acompanhou a missão.

Da floresta ao mercado

No dia 15, a comitiva visitou a Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre, a CooperAcre, para conhecer sua organização, gestão e atividades produtivas. A agenda também incluiu experiências em Xapuri.

A CooperAcre reúne 12 cooperativas singulares e alcança 5.352 famílias em 20 dos 22 municípios acreanos. Atua no beneficiamento da castanha-do-brasil e nas cadeias da borracha e das polpas de frutas. Sua estrutura oferece uma referência para discutir como a cooperação pode conectar a produção extrativista à indústria e à comercialização.

Para as cooperativas amazônicas, essa conexão tem relevância econômica. Organizar a oferta, beneficiar os produtos e construir canais comerciais são caminhos para agregar valor à produção. O intercâmbio permite examinar essas possibilidades a partir de experi-



ências concretas, que precisam ser adaptadas às condições de cada território.

Aprendizado para fortalecer os negócios

O presidente do Sistema OCB/AM, Petrucio Magalhães Júnior, apontou a expectativa de que os conhecimentos adquiridos contribuam para as atividades da Central de Cooperativas do Agro Amazonense, a Centralcoop, e ampliem as oportunidades de negócios do setor.

A missão evidencia uma possibilidade de intercooperação que ultrapassa as relações comerciais: compartilhar conhecimento sobre gestão e organização produtiva. Seu alcance dependerá da aplicação dessas experiências nas cooperativas amazonenses. A divulgação institucional apresenta os objetivos da iniciativa, mas ainda não informa resultados econômicos decorrentes do intercâmbio.

Transformar o aprendizado em ações será o próximo desafio. Melhorias nos processos, novos compradores e maior valor agregado aos produtos podem indicar os avanços dessa aproximação. Ao compartilhar experiências, Amazonas e Acre ampliam as possibilidades de fortalecer negócios e levar os benefícios da cooperação às comunidades.

@AuroraCoopOficial

A QUALIDADE É O QUE NOS MOVE

Produzimos com responsabilidade, cuidado e respeito, entregando o nosso melhor todos os dias. Afinal, somos mais de 150 mil famílias unidas no mesmo propósito e na mesma essência: o **cooperativismo**.

Alcemir
Colaborador





Kedson Macedo
Executivo de Gestão, Negócios, Estratégia e Governança Corporativa, Relacionamento Institucional, Consultor, Conselheiro, Apaixonado pelo Cooperativismo e pelo Brasil

Opinião

Cibersegurança também é responsabilidade de dirigentes e conselheiros



A transformação digital mudou radicalmente a forma como organizações, empresas e cooperativas operam, se relacionam com seus clientes, associados, fornecedores e colaboradores. Sistemas integrados, computação em nuvem, aplicativos, canais digitais, automação e inteligência artificial potencializaram eficiência, escala, velocidade e capacidade de geração de valor.

Mas essa mesma conectividade ampliou a superfície de exposição a riscos. Hoje, uma vulnerabilidade tecnológica pode rapidamente transformar-se em perda financeira, inter-

rupção operacional, comprometimento de dados, dano reputacional e crise de confiança. A segurança cibernética deixou de ser exclusivamente uma questão técnica e passou a integrar o núcleo da gestão de riscos, da continuidade dos negócios e da governança.

A inteligência artificial (IA) acrescenta uma nova dimensão a esse cenário: pode ser uma importante aliada na identificação de padrões anormais, detecção de ameaças, análise de grandes volumes de dados e automação de respostas a incidentes, mas também pode ser utilizada por criminosos para potencia-

lizar phishing, engenharia social, criação de conteúdos fraudulentos e ataques automatizados. Por isso, sua utilização pelas organizações deve estar submetida a políticas, controles, gestão de riscos e proteção adequada dos dados.

O que é crime cibernético?

Crime cibernético pode ser entendido como a atividade criminosa que tem como alvo ou utiliza computadores, redes, sistemas ou dispositivos conectados. Pode envolver desde invasão de dispositivos e sistemas, furto ou destruição de dados, disseminação de malware e ransomware, ataques de negação de serviço (DDoS), phishing e roubo de credenciais até fraudes eletrônicas e outras formas de engenharia social.

Esses crimes podem ser praticados tanto por indivíduos quanto por organizações estruturadas e tecnicamente especializadas.

No Brasil, a Lei nº 14.155/2021 agravou a resposta penal para crimes relacionados à invasão de dispositivos informáticos, furto mediante fraude eletrônica e estelionato cometido por meios digitais.

É importante distinguir crime cibernético, incidente de segurança e risco cibernético. Um incidente de segurança é um evento que compromete ou pode comprometer a segurança de informações ou sistemas; nem todo incidente necessariamente configura crime. Já o risco cibernético representa a possibilidade de que uma ameaça explore uma vulnerabilidade e produza impacto sobre a organização.

Nesse contexto, três atributos são essenciais: confidencialidade, integridade e disponibilidade das informações e dos sistemas. Para organizações que tratam dados pessoais, soma-se o dever de proteção previsto na LGPD e na regulamentação da ANPD.

O alerta dos números da Fortinet

Os números apresentados no Relatório Global do Cenário de Ameaças de 2026, produzido pelo FortiGuard Labs, são suficientemente expressivos para afastar qualquer percepção de que o problema estaria restrito a grandes corporações ou aos departamentos de tecnologia.

Segundo os dados divulgados, o Brasil registrou, ao longo de 2025, 753,8 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos. Foram identificadas ainda 187,5 milhões de atividades relacionadas à distribuição de malware, crescimento de 535% em relação a 2024, além de aproximadamente 89 milhões de ações relacionadas a botnets.

Mais preocupante que o volume é a velocidade e a industrialização do ataque. Globalmente, o FortiGuard Labs observou 122 bilhões de tentativas de exploração em 2025, demonstrando como automação e novas tecnologias estão permitindo que invasores atuem com maior velocidade e escala. A própria Fortinet destaca a crescente profissionalização do crime cibernético e a utilização de automação e inteligência artificial.

A mensagem para dirigentes e conselheiros é objetiva: não basta perguntar se a organização possui ferramentas de segurança. É necessário saber se ela possui capacidade de prevenir, detectar, responder e recuperar-se de um incidente.

Onde entram dirigentes e conselheiros?

É justamente neste ponto que a cibersegurança se encontra com a governança.

O conselho de administração (ou o conselho consultivo, quando for o caso) não deve assumir a execução operacional da segurança tecnológica. Tampouco cabe ao dirigente substituir especialistas de TI ou de segurança da informação.



Mas cabe à administração assegurar que os riscos estejam identificados, que existam políticas e controles adequados, que responsabilidades estejam claramente definidas, que recursos sejam compatíveis com os riscos e que a organização esteja preparada para responder a uma crise.

Nas instituições autorizadas pelo Banco Central, essa responsabilidade possui também dimensão regulatória. A Resolução CMN nº 4.893 estabelece que a política de segurança cibernética deve ser compatível com o porte, perfil de risco, modelo de negócio, natureza das operações, complexidade dos produtos e sensibilidade dos dados da instituição.

A regulamentação também estabelece mecanismos de prevenção, detecção e resposta, gestão de vulnerabilidades, controles de acesso, proteção de redes, testes, rastreabilidade e plano de ação e resposta a incidentes.

Para cooperativas de crédito, há ainda a possibilidade de adoção de política de segurança cibernética única no âmbito do sistema cooperativo, observadas as condições estabelecidas na regulamentação.

Com relação ao conselho, as perguntas certas são:

Qual é o nosso nível de exposição?
Quais são os ativos e dados críticos?

Quais vulnerabilidades estão abertas?

Quem decide em caso de ataque?

Quanto tempo levaríamos para detectar, conter e recuperar uma invasão?

Quando foi realizado o último teste do plano de contingência?

Nossos fornecedores críticos são confiáveis e estão protegidos?

O conselho recebe informações objetivas sobre riscos cibernéticos?

Boas práticas para dirigentes e conselheiros

Algumas práticas podem transformar a cibersegurança em componente efetivo da governança. Eis algumas dicas oriundas da minha experiência profissional como executivo e conselheiro:

1. Tratar o risco cibernético como risco estratégico: incluir segurança cibernética na matriz de riscos corporativos, juntamente com riscos financeiros, operacionais, regulatórios, reputacionais e de continuidade.

2. Definir claramente papéis e responsabilidades: o estatuto, regimentos, políticas e planos de contingência devem estabelecer quem decide, quem executa, quem comunica e quem responde em uma crise. A definição formal de atribuições reduz sobreposições e zonas cinzentas na tomada de decisão.

3. Conhecer os ativos críticos: mapear sistemas, bases de dados, aplicações, infraestrutura e processos cuja indisponibilidade ou comprometimento possa paralisar a organização.

4. Exigir gestão permanente de vulnerabilidades: atualização de sistemas, correção de falhas, gestão de obsolescência, antivírus/EDR, firewalls e monitoramento não podem depender de ações emergenciais após um ataque.

5. Fortalecer autenticação e controle de acessos: adotar autenticação multifator, revisar periodicamente permissões, limitar privilégios administrativos e eliminar acessos desnecessários.

6. Proteger e testar os backups: backup não testado não é garantia de recuperação. É necessário assegurar cópias adequadas, proteção contra comprometimento e testes periódicos de intrusão e restauração.

7. Ter plano de resposta a incidentes: o plano deve estabelecer previamente responsáveis, fluxo de comunicação, critérios de escalonamento, parceiros externos de TI, suporte jurídico, comunicação institucional e, quando necessário, auditoria ou perícia forense. O planejamento prévio desses recursos é fundamental para uma resposta rápida e adequada.

8. Definir um porta-voz para situações de crise: durante um incidente, informações desconstruídas podem ampliar o dano. Deve existir um fluxo único e previamente definido de comunicação interna e externa.

9. Realizar simulações: planos precisam ser testados. Simulações de ransomware, indisponibilidade de sistemas, vazamento de dados e comprometimento de credenciais

permitem identificar falhas antes que um criminoso as descubra.

10. Capacitar dirigentes, conselheiros e colaboradores: a tecnologia pode reduzir riscos, mas não elimina o fator humano. Phishing, engenharia social, senhas comprometidas e comportamentos inadequados continuam sendo importantes portas de entrada. A capacitação continua dos conselheiros também é essencial para ampliar sua capacidade de análise e decisão diante de cenários complexos.

11. Estabelecer regras para utilização de inteligência artificial (IA): definir quais ferramentas podem ser utilizadas, quais informações podem ser inseridas, quem possui autorização, quais dados são considerados sensíveis e quais controles de segurança devem ser observados.

12. Avaliar terceiros e fornecedores críticos: a segurança da organização não termina no seu firewall. Prestadores de serviços, sistemas em nuvem e parceiros com acesso a dados ou infraestrutura também precisam ser avaliados.

13. Criar indicadores para o conselho: a administração deve receber informações objetivas e tempestivas expondo incidentes registrados, vulnerabilidades críticas, tempo de resposta, disponibilidade dos sistemas, testes de backup, resultados de simulações, execução orçamentária relativa à cibersegurança, treinamentos realizados, controles de integridade no ambiente de TI e situação dos planos de continuidade.

14. Manter canais seguros de denúncia: canais independentes, confidenciais e confiáveis contribuem para identificar irregularidades e fortalecer a cultura de integridade.

15. Aprender com cada incidente: após um ataque ou quase incidente, é indispensável realizar análise de causa, avaliar impactos e revisar controles e políticas. Segurança cibernética é um processo contínuo de aprendizagem e aprimoramento.

Governança também é proteção

O maior equívoco talvez seja imaginar que segurança cibernética seja exclusivamente responsabilidade da área de Tecnologia da Informação. Não é.



TI responde pela execução técnica. A gestão responde pela implementação e funcionamento dos controles. E dirigentes e conselheiros respondem, dentro de suas respectivas competências, pela qualidade da governança, pela supervisão dos riscos e pela preparação da organização para enfrentar situações que possam comprometer sua continuidade.

Em cooperativas, essa responsabilidade ganha dimensão ainda maior. A confiança dos associados (que são os donos), a continuidade dos serviços, a proteção de dados e a preservação do patrimônio coletivo são elementos inseparáveis da boa governança.

O cibercrime tornou-se mais rápido, automatizado, especializado e profissionalizado. A governança precisa acompanhar essa evolução.

A pergunta que dirigentes e conselheiros devem fazer não é: Nossa organização será atacada?"

E sim: Quando o ataque acontecer, estaremos preparados para identificá-lo, contê-lo, responder e recuperar o negócio?

A resposta a essa pergunta pode representar a diferença entre um incidente administrável e uma crise capaz de comprometer a organização.

Você, dirigente ou conselheiro, está efetivamente contribuindo para a minimização desse risco?



Sérgio Cordioli
Engenheiro Agrônomo e Mestre em Economia Rural

Opinião

Entendendo o real sentido das sobras no ambiente cooperativo

Quando um grupo de amigos decide organizar um encontro, por exemplo, estimam os custos para a sua realização, com uma certa margem de segurança para que não falte dinheiro. Assim, é possível calcular quanto custará a participação de cada um naquele evento. Dessa forma, cada um poderá calcular a relação custo e benefício (valor) da sua possível participação e decidir por fazer parte ou não. Os organizadores fazem a arrecadação da contribuição de cada um dos que irão participar do e usufruir do evento. Por fim, ocorre a realização do evento e ao final, fecham as contas e devolvem o que sobrou proporcionalmente a cada um dos que contribuíram. Caso o valor arrecadado não tenha sido suficiente, fazem uma nova arrecadação complementar para zerar as contas.

Esse simples cenário ilustra o sentido das sobras no ambiente cooperativo. As sobras não representam lucro, mas o fechamento das contas entre todas as entradas e saídas ao longo de um ano. Se sobrou, o que é muito bom, é porque estimou-se valores acima do que se precisava para realizar todas as operações da cooperativa ao longo do ano. Se faltou, é porque a estimativa de valores cobrados e pagos não foram acertados para poder cobrir todas as despesas, incluindo a margem de riscos.

Teoricamente, o correto seria fechar as contas ao final do ano (da festa) no “zero a zero”, sem sobrar ou faltar, significando que o que se cobrou por serviços e produtos junto aos cooperados ou se pagou por seus produtos foi exatamente o que deveria ter sido cobrado ou pago. Porém, a cooperativa precisa ter sua margem de risco calculada de modo a não ter a má notícia de que fechou em déficit as suas contas (faltou dinheiro) e que terá que recorrer aos cooperados ou ao seu fundo de reserva para cobrir. Precisa, também, planejar seu crescimento e seus investimentos para continuar atendendo com excelência e gerando valor aos seus coopera-

dos (todos felizes na festa).

Assim, sobras são o resultado econômico positivo das operações realizadas pela cooperativa junto aos seus próprios cooperados, depois de consideradas as despesas - custos e demais obrigações. Deve-se compreender que a cooperativa existe para atender às necessidades dos cooperados, e não para maximizar o retorno de investidores. O objetivo não deve ser simplesmente distribuir o máximo possível de sobras, mas equilibrar o retorno aos associados com a necessidade de manter reservas, investir, modernizar sua estrutura, administrar riscos e garantir sua continuidade com alta qualidade da sua gestão e do relacionamento com seus cooperados.

A geração de sobras é um indicativo de sustentabilidade financeira da cooperativa e vital para sua perenidade e crescimento. Porém, a robustez da organização deve ser avaliada pelo retorno social aos cooperados e suas comunidades, na medida em que a cooperativa consegue ajustar adequadamente os objetivos sociais e econômicos, equilibrando os interesses e necessidades dos seus gestores e dos seus cooperados, remunerando adequadamente os insumos, produtos e serviços fornecidos pelos cooperados e precificando de forma justa os insumos, produtos e serviços oferecidos aos cooperados.

A contribuição social representa o somatório da diferença do que foi pago a mais aos cooperados, comparado com o mercado, pelos seus insumos, produtos e serviços entregues à cooperativa e os preços/taxas cobrados a menos dos cooperados, comparado com o mercado, pelos insumos, produtos e serviços consumidos pelos cooperados é que dá a dimensão da contribuição social da cooperativa. Esse conceito precisa ser compreendido pelos cooperados para que ele perceba o real valor da sua cooperativa, que vai muito além dos valores tangíveis, indo até o balizamento de valores, taxas e tarifas cobradas pelo mercado, referenciados naque-

les praticados pela cooperativa. Dessa forma, a contribuição social e econômica da cooperativa transcende seus próprios negócios.

Quando os olhos e o julgamento da saúde financeira e do valor de uma cooperativa se resumem a análise das suas sobras, podemos afirmar ser uma forma injusta e incompleta de compreender o negócio cooperativo, na medida em que não se considera outras contribuições indiretas, como a segurança para os seus negócios, pois em momento de crise, a cooperativa fará todo o esforço para proteger seus cooperados; o atendimento humanizado e personalizado; a relação de confiança e o retorno direto para a sociedade local, somente para citar alguns dos seus benefícios.

Nas empresas tradicionais, o lucro é predominantemente a remuneração do capital. Porém, na cooperativa, as sobras estão relacionadas às atividades econômicas realizadas pelos cooperados e à prestação de serviços a eles. As sobras possuem um valor intrínseco, que precisa ser valorado, que reforça o 3º princípio referente a participação econômica dos membros:

1. indicam que a cooperativa conseguiu realizar suas atividades de forma economicamente saudável.
2. o resultado é fruto da atividade da cooperativa e de seus cooperados, e não simplesmente do capital investido.
3. as sobras serão distribuídas proporcionalmente às operações realizadas por cada cooperado.
4. uma parcela das sobras pode permanecer na cooperativa, constituindo reservas e/ou investimentos para aumentar a capacidade de atender os cooperados.
5. quanto mais a cooperativa consegue gerar valor para seus membros, maior tende a aumentar a percepção de que participar e utilizar dos serviços da cooperativa faz sentido.

Uma distinção importante é não focar somente no quanto de sobra a cooperativa vai distribuir (devolver), mas em como transformar as sobras em mais valor, mais sustentabilidade e mais benefícios para os cooperados. As sobras não são o objetivo final da cooperativa, mas um meio para fortalecer o propósito cooperativista, pois na verdade, representam o dinheiro cobrado a mais dos



cooperados ou pago a menos sendo devolvido a eles mesmos.

As sobras reforçam o vínculo entre cooperados e cooperativa porque tornam concreto o princípio de que o associado não é apenas um “cliente ou fornecedor”; ele é dono, usuário e responsável pela gestão da organização. Acima de tudo, as sobras são um forte instrumento de educação cooperativista na medida em que ilustra o processo da cooperação ajudando o cooperado a perceber a relação direta entre sua participação e os benefícios que recebe da organização, bem como uma relação importante entre resultado, transparência, credibilidade e confiança. Há uma ressalva importante: sobras, sozinhas, não garantem fidelidade ou participação dos cooperados, até porque, serão proporcionais a contribuição e participação de cada cooperado na sua geração.

Porém, a solidez de uma cooperativa não pode ser avaliada somente pelas sobras geradas, mas especialmente na consistência da sua governança e na sua capacidade de direcionar estrategicamente a organização; na qualidade, capacidade e comprometimento da sua equipe em gerar valor aos cooperados por meio do atendimento humanizado de alta qualidade; na principalidade dos cooperados reconhecido pelo grau de relacionamento existente entre cooperados e cooperativa; pela solidez dos seus resultados quando projetados no longo prazo, demonstrando que a cooperativa está no direcionamento correto e por fim, que os cooperados percebem o valor da sua cooperativa para si, para seus negócios e para a sociedade onde vivem e trabalham.



Combate ao transporte pirata avança, mas fiscalização ainda é o grande desafio

O Brasil começa a construir uma estrutura mais rigorosa para enfrentar o transporte clandestino de passageiros. Novas regras da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), somadas a projetos em tramitação no Congresso Nacional, indicam uma mudança importante: o combate à pirataria deixa de mirar apenas o motorista ou o veículo encontrado numa blitz e passa a alcançar também empresas, proprietários, intermediários e plataformas usadas para comercializar viagens irregulares.

E esse alerta vale para cooperativas de vários ramos. Quando um veículo transporta passageiros sem autorização, ou mesmo uma carga, o problema não é apenas a concorrência ilegal contra quem trabalha regularmente. Além disso, temos a segurança veicular, a capacitação dos motoristas, os seguros obrigatórios, as jornadas de trabalho, manutenção, responsabilidade em caso de acidente e a própria capacidade do poder público de fiscalizar a operação.

Desde 18 de agosto de 2026, a ANTT aplica a Resolução nº 6.074/2025, novo marco de fiscalização e penalidades do transporte rodoviário coletivo interestadual de passageiros. A norma substitui uma lógica concentrada principalmente na fiscalização presencial por um modelo que combina monitoramento remoto, análise de dados e operações direcionadas de acordo com risco, reincidência e histórico dos operadores.

Essa mudança merece atenção. A fiscalização tradicional depende de encontrar o veículo irregular na estrada. Já o uso de bancos de dados e do histórico operacional permite, em tese, identificar comportamentos suspeitos antes mesmo de uma abordagem física.

É o caminho que outras atividades econômicas já seguiram: fiscalizar não apenas o fato



isolado, mas o conjunto de informações que revela como determinada operação funciona.

Passageiro não pode pagar pela irregularidade

Outro ponto positivo do novo modelo é a preocupação com quem está dentro do veículo.

Quando a ANTT constata transporte clandestino, a Resolução nº 6.074 determina que os passageiros sejam transferidos para um transporte devidamente autorizado. A irregularidade é atribuída ao operador, não ao usuário que comprou a viagem.

Por isso, o combate à clandestinidade não pode deixar dezenas de passageiros abandonados numa rodovia. O poder público precisa retirar o veículo irregular de circulação

e, ao mesmo tempo, garantir uma solução para quem contratou o transporte, muitas vezes sem sequer saber que estava diante de uma operação ilegal.

A nova regulamentação também permite respostas mais severas em situações de reincidência. Segundo a ANTT, o veículo flagrado pode ficar retido e a repetição da irregularidade pode levar inclusive a medidas como o perdimento do veículo.

Graffiti

TRANSFERS & TOURS

Transfer corporativo para empresas, eventos e turismo

Profissionais preparados para atender ao público

Veículos executivos regulamentados e seguros



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code e agende agora seu transfer com a **Graffiti**





Marcelo Carfora
Sócio-Diretor da Filoscooperativa
Consultoria em Cooperativismo

Quando uma palavra encontra o seu propósito

Em 2012, criei uma palavra: Filoscooperativa.

Ela nasceu da união de duas paixões: Filosofia, que em sua origem significa amor à sabedoria, e cooperativismo, movimento ao qual dedico grande parte da minha vida.

Filoscooperativa passou a significar amor à cooperativa.

Naquela época, eu não imaginava onde essa palavra chegaria.

Discípulo do saudoso Dr. Luiz Thenório, tinha como propósito disseminar a essência do cooperativismo e encontrei na filosofia uma maneira diferente de fazer isso.

Comecei a provocar algumas reflexões: Se Tales de Mileto entendia a água como matéria básica da existência, por que não pensarmos no cooperado como a matéria básica da cooperativa?

Se Protágoras dizia que o homem é a medida de todas as coisas, proponho que o cooperado seja a nossa medida. E se Descartes afirmou "penso, logo existo", sugiro: Penso, logo coopero.

E o tempo passou.

As reflexões cresceram, ganharam forma e se transformaram em livro.

E finalmente, quatorze anos depois, chegou um momento que jamais esquecerei:

Durante o CONCRED, diante de mais de duas mil pessoas, tive dois minutos para apresentar o Filoscooperativa: Filosofando o Cooperativismo de Crédito.

Naqueles poucos segundos, tentei condensar não apenas um livro, mas aquilo em que acredito.

Falei sobre a Teoria da Evolução C: Cliente, Cooperado e Cooperativista — e sobre a necessidade de não apenas trazer clientes do Sistema Financeiro Nacional para o cooperativismo, mas transformá-los em verdadeiros cooperados e cooperativistas.

E expliquei também a mensagem que procurei representar na capa do livro: Platão apontando para o mundo das ideias (essência), Aristóteles para o mundo dos sentidos (resultado) e Sócrates, entre ambos, provocando a busca pelo equilíbrio entre essência e resultado.

Pois acredito que:

- Resultado sem essência é bancarização.
- Essência sem resultado é extinção.
- Resultado com essência é cooperação.

Terminei minha fala dizendo que acredito no Brasil porque acredito na força do cooperativismo.

Vieram os aplausos.

Depois, algo que eu não esperava naquela dimensão: uma enorme fila se formou no estande da Confebras.

E durante dois dias tive o privilégio de autografar livros, receber abraços, reencontrar amigos e, principalmente, conversar com pessoas que compartilhavam daquela mesma inquietação sobre o futuro do nosso movimento.

Foi então que percebi que aquela palavra criada em 2012 havia finalmente encontrado seu propósito.

Talvez o maior presente para quem escreve não seja simplesmente ver seu livro publicado.

É perceber que uma ideia que nasceu dentro de você passou a provocar reflexões em outras pessoas.

Naquele momento compreendi que Filoscooperativa já não era apenas uma palavra que eu havia criado: Era uma ideia que eu havia compartilhado.

E ideias compartilhadas têm uma característica muito cooperativista:

deixam de pertencer a uma pessoa para começar a pertencer a todos.

O PRÓXIMO CICLO É DE GESTÃO

Crescer já não basta.

Sua cooperativa está pronta para gerir o próximo ciclo?

O cooperativismo brasileiro já alcançou escala. Agora, o desafio é transformar crescimento em gestão, dados, processos, comunicação e execução contínua.

A **Dante Coop** ajuda cooperativas a mapear dores, organizar prioridades, estruturar processos, aplicar tecnologia e acompanhar a evolução.

Responda ao Diagnóstico Preliminar Dante Coop.

Identifique quais dores podem estar limitando a evolução da sua cooperativa.

Escaneie o QR Code ou acesse:

bit.ly/4fUUIDr



DIAGNÓSTICO DANTE COOP



Ano de eleição: o que muda no planejamento financeiro das pessoas



Estamos no último trimestre do ano — e um trimestre especial: ano de eleição para Presidente, Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual. É comum que esse período venha acompanhado de uma pergunta recorrente entre investidores: "devo mudar minha estratégia?"

A resposta começa pelo básico. O Planejamento Financeiro tem por objetivo definir a estratégia, metas e planos de ação para atingir seus sonhos e objetivos de vida. Os investimentos devem estar relacionados aos seus objetivos e, portanto, não devem

ser alterados cada vez que o assessor de investimento apresenta um produto novo. Como investidor, sua pergunta deve ser: para esse novo investimento entrar na minha carteira, precisarei resgatar alguma coisa? O que resgatar? Por quê? Qual a perspectiva de rentabilidade que já tenho hoje, se não mudar o investimento? Qual o risco do novo investimento? Para quem emprestarei o meu dinheiro?

O tamanho real do juro brasileiro hoje

Quando a taxa de juros está em dois dígitos,

é uma taxa, em princípio, elevada. É necessário compará-la à inflação para saber qual o ganho real — o grande objetivo do investidor. Vejamos o que está ocorrendo hoje: CDI = 13,65% a.a. e inflação nos últimos 12 meses = 4,22%. A diferença entre o CDI e a inflação é o ganho real, que está acima de 9% a.a.

Sempre que o ganho real é superior a 6% a.a., significa ganho real elevado, inibindo, inclusive, investimentos em renda variável.

E não é só impressão: pelo ranking mundial de juros reais (MoneYou/Lev Intelligence), o Brasil ocupa hoje a 1ª ou 2ª posição entre 164 países, com juro real em torno de 9,1% ao ano — à frente de Rússia, Colômbia e Turquia. O próprio Banco Central estima a taxa de juros real neutra da economia brasileira em torno de 5% (entre 4,7% e 5,5%, conforme seus modelos). Ou seja, o juro real atual está próximo do dobro do que o BC considera neutro para a economia — e é esse excesso, na visão de economistas de mercado, que ajuda a explicar por que o CDI segue tão atrativo, estimulando os investidores a permanecerem concentrados em renda fixa.

Por que os juros seguem altos por mais tempo do que se previa

A taxa de juros elevada no Brasil está há muito mais tempo do que todos nós e os diferentes economistas previam, pois a expansão fiscal, o aumento de crédito para a população e a liberação de recursos estimulando o consumo adiam a caminhada da inflação para a meta de 3% a.a. Não havendo restrição fiscal, é mais difícil para o Banco Central reduzir a taxa de juros brasileira.

O papel (emocional) do mercado nas eleições

O mercado financeiro aposta em mudança, em mais responsabilidade fiscal, se houver mudança no governo. A cada pesquisa eleitoral revelada, o mercado se posiciona de forma favorável ou não. O mercado é emocional e se ajusta pela razão.

Como se posicionar, então?

Não existe certo ou errado, pois não sabemos quem virá. De acordo com o perfil do investidor, a recomendação pode ser:

Conservador — não faça mudanças antecipadas. A taxa de juros não vai cair da noite para o dia para um dígito. Aguarde uma definição maior para alterar qualquer novo posicionamento.

Arrojado — normalmente quer antecipar fatos, e acaba diversificando valores em alguma aposta na queda da taxa de juros, por exemplo.

Na verdade, não existe certo ou errado, pois estamos falando de futuro, e não temos certeza do que acontecerá — apenas expectativas.

O preço de mudar de posição

Portanto, mantenha o seu perfil, mantenha o foco nos seus objetivos de vida. Se assim o fizer, com certeza não se arrependerá. A mudança tem preço: pagamento de Imposto de Renda, muitas vezes elevado em função da tabela regressiva. Na renda fixa, a alíquota começa em 22,5% até 180 dias e reduz progressivamente até 15% após 720 dias corridos; na renda variável, a alíquota é de 15%.

Mais do que isso, desde 2026, contribuintes com renda anual acima de R\$ 600 mil estão sujeitos ao IRPFM — Imposto de Renda Pessoa Física Mínimo, criado pela Lei Complementar nº 15.270/2025 —, uma alíquota mínima progressiva que chega a 10% para quem recebe acima de R\$ 1,2 milhão por ano, já incluindo dividendos na base de cálculo. Dependendo do montante da sua renda via salários e rendimentos, portanto, você pode ter um acréscimo real na sua carga tributária.

O segredo é, portanto, focar sempre nos seus objetivos e saber que existem diferentes investimentos: uma carteira diversificada pode ser uma excelente opção, sem que você precise ficar resgatando posições para fazer apostas no cenário econômico.



Terceirização e cooperativismo de seguros: o papel das MGAs na nova arquitetura regulada do setor



A terceirização e o cooperativismo de seguros vêm ganhando espaço nas discussões do setor, especialmente após a evolução regulatória trazida pela Lei Complementar nº 213/2025 e pela Resolução CNSP nº 492/2026, que ampliaram significativamente o campo de atuação das cooperativas de seguros, permitindo sua entrada em novos ramos e modelos operacionais antes restritos às seguradoras tradicionais.

Nesse contexto, a terceirização de funções e o uso de estruturas como as MGAs (Managing General Agents) surgiram como instrumentos estratégicos para seguradoras e, agora, também podem sê-lo para cooperativas de seguros.

No ordenamento jurídico brasileiro, terceiri-

zação significa delegar a terceiros atividades que podem ser tanto atividades-meio quanto, atualmente, até mesmo atividades-fim de uma empresa.

O Supremo Tribunal Federal fixou a tese de que “é lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da contratante”.

No segmento de seguros, que é regulado, cabe à entidade supervisionada a responsabilidade integral sobre o produto, o risco e a conformidade regulatória, razão pela qual a terceirização não pode envolver assunção de risco, que permanece sempre exclusiva

da seguradora.

Embora o termo MGA seja amplamente utilizado no mercado internacional, no Brasil ele não constitui categoria jurídica própria.

O equivalente regulatório é o representante de seguros, disciplinado pela Resolução CNSP nº 431/2021.

Uma MGA, assim, pode ser compreendida como uma pessoa jurídica que, mediante contrato com entidades de seguros autorizadas, executa atividades operacionais, comerciais e administrativas relacionadas a produtos de seguros, como emissão de apólices, subscrição operacional, regulação de sinistros, atendimento e gestão de dados, atuando sempre em nome e por conta da entidade supervisionada, sem assumir risco securitário.

A Resolução 431 confirma esse escopo ao listar atividades que podem ser delegadas ao representante, como: recepção de propostas, emissão de bilhetes e certificados, subscrição operacional, regulação e pagamento de sinistros, recolhimento de prêmios, apoio logístico e operacional e processamento de dados.

Assim, a MGA funciona como um braço operacional especializado, que amplia a capacidade da seguradora, sem qualquer transferência dos riscos por ela assumidos.

Com a LC 213/2025 e a Resolução CNSP nº 492/2026, as cooperativas de seguros passaram a ter autorização para operar em praticamente todos os ramos de seguros privados, exceto aqueles expressamente vedados pelo CNSP.

Essa ampliação cria um desafio operacional, pois cooperativas que historicamente atuavam em poucos ramos, agora podem ingressar em mercados complexos, que exigem expertise técnica, estrutura de atendimento e capacidade de subscrição.

É exatamente nesse ponto que MGAs podem vir a se tornar estratégicas.

A Resolução CNSP nº 492/2026 estabelece que atividades diretamente ligadas à comercialização de seguros, à relação contratual com cooperados e à tomada de decisão es-

tratégica são privativas das cooperativas e, portanto, não podem ser terceirizadas.

Todas as demais atividades não privativas, porém, podem ser delegadas.

Isso significa que cooperativas podem, legitimamente, contratar MGAs para emissão de documentos, subscrição operacional não técnica, regulação de sinistros, atendimento ao associado, gestão de dados, apoio administrativo, desenvolvimento de produtos.

Essa terceirização permite que cooperativas escalem sua operação rapidamente, ingressem em novos ramos, sem montar estrutura interna completa, utilizem expertise técnica de terceiros, lancem produtos sob sua marca ou sob a marca de parceiros e ampliem sua presença regional e setorial.

É importante destacar que, mesmo com a terceirização, a cooperativa mantém responsabilidade integral perante a Susep, deve supervisionar continuamente a MGA, responde solidariamente por falhas, omissões ou irregularidades, deve garantir que não haja conflito de interesses e precisa manter governança compatível com o porte e a complexidade da operação.

Dessa forma, o novo marco regulatório brasileiro criou um ambiente inédito para o cooperativismo de seguros.

Cooperativas agora podem competir em praticamente todos os ramos, mas precisam de escala, especialização e estrutura para fazê-lo.

As MGAs, nesse sentido, podem vir a se tornar uma opção como instrumentos de aceleração operacional, permitindo que cooperativas ampliem sua atuação com menor custo, ingressem em ramos complexos com apoio técnico, desenvolvam produtos inovadores e fortaleçam sua governança e profissionalização.

Quando bem estruturada e supervisionada, a terceirização via MGAs pode vir a transformar cooperativas em agentes relevantes na expansão da oferta de proteção, aproveitando sua capilaridade e proximidade com o cooperado, que é também partícipe do seu negócio.

MEDIA TRAINING

FALE COM SEGURANÇA.
**COMUNIQUE-SE COM
AUTORIDADE.**

O Media Training prepara você para entrevistas, gravações, palestras e aparições públicas, desenvolvendo uma comunicação **clara, estratégica** e **confiante** para fortalecer sua imagem e credibilidade.



Mais confiança
ao se comunicar



Mensagens claras
e objetivas



Respostas
estratégicas



Melhor performance
diante das câmeras
e do público



Fortalece sua imagem
e credibilidade



Quer saber mais? Fale com a Comunicoop!



WWW.COMUNICOOP.COM.BR



(21) 99877-7735

SEU EVENTO MERECE SER INESQUECÍVEL. NÓS CUIDAMOS DE TUDO!

*Do planejamento à execução, transformamos
ideias em experiências marcantes.
Cuidamos de cada detalhe para que você
aproveite o momento sem preocupações.*

Feiras e congressos,
encontros corporativos, simpósios,
seminários, eventos de negócios e
comemorativos.



WWW.COMUNICOOP.COM.BR



(21) 99877-7735



Alexandre Burgel
Engenheiro e especialista em Tecnologia
de Mobilidade Urbana.

Bilhetagem eletrônica: quando a tecnologia que deveria facilitar o transporte se transforma em risco sistêmico



A bilhetagem eletrônica foi uma das grandes transformações do transporte público nas últimas décadas. Ela trouxe praticidade ao passageiro, reduziu a circulação de dinheiro nos ônibus, permitiu políticas de integração tarifária e criou uma importante fonte de informações para o planejamento da mobilidade.

Mas existe uma pergunta que tem sido feita com muita frequência: quem controla a bilhetagem controla apenas uma tecnologia ou passa a controlar uma parte relevante da infraestrutura financeira do transporte público?

O debate recente provocado por problemas envolvendo sistemas de bilhetagem em cidades brasileiras deveria servir como alerta para todo o setor. Mais do que discutir empresas específicas, contratos individuais ou eventuais dificuldades financeiras, é preciso olhar para o modelo.

A bilhetagem deixou de ser apenas uma catraca

Um sistema moderno de bilhetagem não é simplesmente um equipamento que libera a entrada do passageiro.

Ele pode envolver a comercialização de créditos, processamento de pagamentos, contas digitais, cartões, aplicativos, QR Codes, Pix, cartões bancários, sistemas de benefícios, integração entre modais (ônibus, trilhos, outros), distribuição da receita entre operadores e, principalmente, uma enorme quantidade de dados.

Em outras palavras, a bilhetagem se transformou em uma infraestrutura financeira e de dados do transporte público e aí é justamente aí que começa o risco, pois quando uma única estrutura passa a concentrar tecnologia, processamento, arrecadação, dados dos usuários e relacionamento com diferentes operadores, uma eventual crise deixa de ser apenas um problema empresarial. Ela pode atingir diretamente o funcionamento do transporte público.

O próprio Ministério das Cidades vem tratando a bilhetagem como parte das soluções de pagamento e gestão financeira do transporte coletivo

O primeiro risco: concentração

Um dos maiores problemas é a dependência

de um único fornecedor ou de uma estrutura tecnológica difícil de substituir.

Imagine uma cidade na qual milhares, ou milhões de passageiros, dependem diariamente de determinado sistema para pagar suas viagens. Qualquer eventualidade seja de cunho financeiro, tecnológico, contratual ou operacional, a administração pública pode descobrir que, embora seja a titular do serviço de transporte, não possui ferramentas de contorno, criando uma dependência tecnológica e financeira, e quanto maior a concentração, maior o risco sistêmico.

O problema não é necessariamente existir um operador privado. Empresas privadas podem oferecer excelentes soluções. O problema surge quando o poder público não possui mecanismos efetivos de fiscalização, portabilidade dos dados, acesso às informações, interoperabilidade e capacidade de substituição.

O segundo risco: o dinheiro do passageiro

Existe ainda uma questão particularmente sensível: o dinheiro antecipado pelo usuário.

Na bilhetagem tradicional, o passageiro compra um crédito que será utilizado posteriormente. Isso significa que, em determinados modelos, existe um volume relevante de recursos antecipados pelos usuários e ainda não consumidos.

Surge então inúmeras perguntas a serem respondidas: Quem controla esse dinheiro enquanto ele não é utilizado? Qual é a conta onde os recursos estão depositados? Quem recebe os rendimentos financeiros? Como são contabilizados os créditos não utilizados? O que acontece em caso de falência, intervenção, recuperação judicial ou rompimento de contrato? Essas não são questões meramente contábeis, como exemplo cito que recentemente uma auditoria realizada por determinado Tribunal de Contas de um Estado brasileiro, identificou uma situação em que o poder público não tinha conhecimento adequado sobre créditos não utilizados ou vencidos, apontando riscos para a transparência da arrecadação.

O terceiro risco: transformar recebíveis do transporte em garantia financeira

Outro ponto que merece atenção é a utilização

de contratos e recebíveis relacionados à bilhetagem como instrumentos de financiamento.

Em princípio, antecipar receitas futuras não é necessariamente um problema, sendo essa uma prática comum na economia, mas o risco aparece quando uma atividade essencial passa a depender excessivamente de estruturas financeiras baseadas em receitas futuras e quando os mesmos ativos econômicos são utilizados para sustentar diferentes compromissos.

Nesse cenário, uma dificuldade financeira do operador pode rapidamente se transformar em um problema para o sistema de transporte, e há uma diferença fundamental, pois uma empresa pode até quebrar, mas o transporte público não pode simplesmente parar.

Por isso, contratos de bilhetagem deveriam possuir mecanismos muito mais rigorosos de controle, auditoria, proteção dos recursos tarifários e de continuidade operacional.

O quarto risco: dados dos passageiros

Existe ainda um ativo que muitas vezes recebe menos atenção: os dados, e que na minha visão são um dos mais preciosos recursos do ecossistema.

Sistemas de bilhetagem podem registrar informações sobre horários, locais de embarque, frequência de utilização, integração entre linhas e outros padrões de deslocamento. Dependendo da arquitetura e das funcionalidades, também podem envolver dados pessoais e biométricos.

Um guia de boas práticas para o setor de transportes destaca justamente que sistemas de bilhetagem tratam dados pessoais e podem permitir a compilação de hábitos de deslocamento dos usuários, exigindo conformidade com a LGPD.

Portanto, a pergunta não deveria ser apenas "quanto custa a tarifa?" mas além disso é necessário perguntar também: quem possui os dados? quem pode acessá-los? para quais finalidades? eles podem ser transferidos para outro operador? o poder público possui acesso integral às informações necessárias para fiscalizar o sistema?

O quinto risco: falta de interoperabilidade

Outro problema estrutural é a criação de siste-

mas fechados (chamados de closed loop) e a eventual falta de acesso a um sistema aberto (open loop) que “entendam” as particularidades de cada cidade e do entorno (intermunicipal, por exemplo), além da possibilidade da adoção de soluções MaaS (Mobility as a Service).

O passageiro hoje precisa ser capaz de escolher como pagar: cartão de transporte, cartão bancário, celular, QR Code, Pix ou outras tecnologias que surjam no futuro e para isso o sistema precisa ter uma arquitetura “aberta” que permita integrações e arranjos diversos.

O @BNDES vem defendendo justamente modelos baseados em interoperabilidade, clearing tarifário, auditoria independente, governança de dados e APIs abertas, reduzindo a dependência de um único fornecedor, porque a tecnologia deve funcionar como uma plataforma aberta, e não como uma barreira de entrada.

O sexto risco: o poder público perdeu a capacidade de fiscalização

Atualmente ente responsável pelo serviço público, acaba dependendo do próprio operador para saber quanto foi arrecadado, quantas viagens foram realizadas, quais créditos estão ativos, quanto dinheiro está parado e quanto deve ser repassado a cada operador.

Isso cria uma assimetria perigosa de informação, pois quem deveria fiscalizar passa a depender de quem deveria ser fiscalizado e a proposta é a introdução de um novo desenho que busca “inverter” essa lógica, onde o poder concedente possui acesso independente, permanente e auditável aos dados financeiros e operacionais da bilhetagem.

A própria proposta de marco legal do transporte público já apontava nessa direção ao estabelecer a responsabilidade do titular do serviço pela gestão financeira dos recursos tarifários e prever auditoria independente e acesso aos dados de bilhetagem.

É importante deixar claro: o problema não é a participação da iniciativa privada, muito pelo contrário uma vez que empresas especializadas desenvolvem tecnologias em constante evolução, permitindo assim reduzir custos e acelerar a inovação.

O que precisa mudar é a arquitetura do sistema, onde a bilhetagem deve ser tratada como

infraestrutura crítica do transporte público.

Isso significa estabelecer algumas premissas: dinheiro da tarifa deve estar protegido e segregado; contas e fluxos financeiros devem ser auditáveis; auditoria independente deve ser obrigatória; dados devem permanecer sob governança clara do poder público; APIs e padrões de interoperabilidade devem ser obrigatórios; deve existir portabilidade tecnológica; nenhum fornecedor pode se tornar insubstituível; contratos devem prever planos de continuidade e contingência; sistemas devem permitir múltiplos meios de pagamento; o clearing financeiro deve possuir regras transparentes; créditos não utilizados precisam ter tratamento regulatório claramente definido.

Uma nova arquitetura para a bilhetagem

Já passou do tempo o conceito de “empresa de bilhetagem” e é hora de começar a trabalhar com o conceito de ecossistema de pagamentos do transporte público.

Nesse modelo, diferentes empresas poderiam disputar tecnologia, processamento, meios de pagamento e serviços.

O poder público define as regras, com uma câmara de compensação — ou clearing — responsável pela consolidação das transações e a distribuição dos recursos segundo regras previamente estabelecidas.

Operadores diferentes poderiam participar do mesmo ambiente, como Bancos, fintechs, empresas de tecnologia, operadores de transporte e novos entrantes poderiam oferecer serviços, sem que nenhum deles tivesse controle absoluto sobre toda a cadeia, algo muito semelhante ao que ocorre em outros mercados de pagamentos.

A discussão sobre bilhetagem precisa deixar de ser apenas tecnológica ou contratual e passar a ser tratada como uma questão de governança pública, segurança financeira, proteção de dados e continuidade de serviço.

A bilhetagem do futuro precisa ser aberta, interoperável, auditável e financeiramente segregada. O passageiro deve poder escolher como pagar, o operador deve receber corretamente e o poder público precisa enxergar toda a operação, e o ecossistema como um todo não mais dependerá apenas de depender de confiança, mas principalmente de governança.

Temos diversas opções de seguros para você e para sua família!

- ✓ Seguro residencial
- ✓ Seguro de vida
- ✓ Seguro viagem
- ✓ Seguro auto
- ✓ Seguro empresarial
- ✓ Seguro moto
- ✓ Consórcios de auto e imóveis
- ✓ Financiamento de veículos

 www.credconsult.com.br
 [credconsultseguros](https://www.instagram.com/credconsultseguros)

 **CRED
CONSULT**
CORRETORA DE SEGUROS

PARCEIRA EXCLUSIVA
DA OTC EM SEGUROS



Fale com um de
nossos corretores



 (83) 99399-9367



Jose Flávio Linhares
Presidente da CREDCONSULT, Diretor de
Intercooperação Onde Tem Coop

Passos para implementar a intercooperação

Ao iniciar um projeto de intercooperação, é crucial que as cooperativas considerem certos passos que servirão como alicerces para garantir o sucesso da iniciativa. O planejamento bem estruturado é um aspecto essencial, pois ele vai além da simples execução de ações. Envolve a reflexão sobre a própria cooperativa, suas capacidades e limitações, bem como um entendimento profundo do ambiente ao redor.

O primeiro passo no processo deve ser um diagnóstico interno minucioso. Essa análise deve abordar todos os aspectos da cooperativa: suas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças. Um olhar atento sobre o que a cooperativa já realiza bem, e onde ela pode melhorar, poderá oferecer insights valiosos. Muitas vezes, cooperativas se sentiram desmotivadas ao perceberem suas limitações, mas, na verdade, esse reconhecimento é um grande passo para a transformação. Ao compreender essas realidades, os membros podem trabalhar juntos para transformar fragilidades em pontos de melhoria. E buscar novas referências em outras cooperativas mais experientes pode ser um grandioso primeiro passo para evolução na gestão e nos resultados.

Sabemos que a intercooperação não deve ser uma trajetória solitária. Este é o momento de iniciar diálogos com outras cooperativas que compartilhem interesses similares. Conversar com outras organizações pode mostrar que há potencial para unir forças, ou quem sabe, até mesmo evitar armadilhas que outras já enfrentaram. Muitas vezes, a experiência do outro se torna um verdadeiro guia. Frequentemente, ao se abrir a colaborações, aprende-se com os erros de uma outra singular que havia tentado um projeto similar. Essa troca é enriquecedora e, de fato, evita que a nova iniciativa enfrente os mesmos obstáculos.

Inspirar-se em casos reais sempre traz um combustível a mais para o ânimo de quem está



começando. É bom lembrar que nem tudo precisa ser perfeito no início. Muitas iniciativas de intercooperação falharam, mas deixaram lições valiosas. Algumas cooperativas iniciaram um projeto de intercooperação com altas expectativas, mas a falta de comunicação clara levou à desmotivação dos membros. No entanto, ao observar e rever a situação, eles conseguiram transformar a falha em aprendizado e estabelecer um novo foco. Esse tipo de experiência, repleta de superações e redirecionamentos, pode servir de motivação para muitas iniciativas que estão em princípio de implementação.

Portanto, ao dar os primeiros passos no seu projeto de intercooperação, lembre-se: um planejamento bem estruturado e uma comunicação efetiva são fundamentais. A curiosidade em aprender com os outros e a disposição para abrir diálogos reforçam a rede de suporte que se deseja construir. É assim que se inicia uma jornada poderosa, repleta de possibilidades e intercâmbios autênticos. E quem sabe, no final, o que se constata é que, juntos, os desafios podem ser superados de forma mais vigorosa e cativante. Junte idéias, pessoas e propósitos. Cooperativas que se unem transformam sonhos em realidade, com menor esforço, em menos tempo!

SUA MARCA É O QUE TE TORNA ÚNICO. PROTEJA.

O registro da marca garante **exclusividade, segurança jurídica** e mais **credibilidade** para o seu negócio.



PROTEÇÃO

Evite cópias e uso indevido da sua marca.



SEGURANÇA

Tenha respaldo legal e exclusividade no mercado.



CREDIBILIDADE

Transmita confiança e valorize seu negócio.

FALE COM A COMUNICOOP E SAIBA MAIS!



WWW.COMUNICOOP.COM.BR



(21) 99877-7735



Comunicoop



Cooperativismo de 1920 e de 2026: mudam os tempos, permanecem as necessidades



O Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, publicava uma matéria intitulada "Alimentação Pública – Propaganda do Cooperativismo" na edição de 29 de maio de 1920. Mais de um século depois, a leitura daquele texto provoca uma sensação curiosa: mudaram a tecnologia, as relações comerciais, os meios de pagamento e a dimensão dos mercados, mas boa parte das necessidades que estimulavam a organização cooperativa continua presente.

A reportagem reproduzia orientações da então Superintendência do Abastecimento, vinculada ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, preocupada com abastecimento, preços, condições de tra-

balho e organização econômica de trabalhadores e produtores. Entre as respostas apontadas estava justamente o fortalecimento das organizações coletivas.

Havia uma percepção muito clara: isoladamente, trabalhadores, consumidores e pequenos produtores possuíam menor capacidade de enfrentar dificuldades econômicas. Organizados, poderiam comprar melhor, produzir melhor, acessar recursos financeiros e reduzir a dependência de intermediários.

É interessante observar que o texto de 1920 praticamente apresenta aquilo que pode ser considerado o tripé clássico do

cooperativismo econômico: consumo, crédito e produção.

A cooperativa de consumo é explicitada pelo referido órgão governamental como instrumento para melhorar o acesso das famílias aos gêneros necessários à vida cotidiana. O princípio continua extremamente atual. Quando o custo dos alimentos aumenta e a inflação reduz o poder de compra, famílias individualmente têm pouca capacidade de negociação. Em 1920, a preocupação era o preço dos gêneros alimentícios. Em 2026, continuamos discutindo inflação dos alimentos, custo da cesta básica, energia, transporte e perda de poder aquisitivo. O cenário econômico é mais complexo, mas a lógica permanece: comprar coletivamente pode significar comprar melhor.

O segundo elemento é a cooperativa de crédito, onde se destacava seu papel na obtenção dos recursos necessários para aquisição de instrumentos, materiais, máquinas, terras e outros meios de trabalho. Novamente, a questão atravessou o século. O pequeno produtor rural, o microempreendedor e o trabalhador autônomo continuam encontrando dificuldades semelhantes: juros elevados, exigências bancárias, falta de garantias e dificuldade de acesso ao financiamento em condições compatíveis com sua capacidade econômica. Embora hoje tenhamos muito mais tecnologia, com aplicativos, Pix, análise de dados e operações digitais, o princípio permanece o mesmo.

A cooperativa de produção completa o tripé sugerido pela orientação descrita na reportagem de 1920. Na propaganda era descrito a possibilidade de organização dos produtores para desenvolver suas atividades, melhorar condições de trabalho e comercializar sua produção de maneira mais eficiente. E talvez seja justamente nesse ponto que esteja uma das maiores atualidades do cooperativismo, visto que só produzir não basta. O pequeno produtor precisa comprar insumos, acessar equipamentos, incorporar tecnologia, armazenar, transportar, beneficiar, divulgar e vender. Individualmente,

cada uma dessas etapas pode representar um obstáculo. Coletivamente, podem surgir escala e capacidade de negociação.

Há ainda um quarto elemento implícito naquele debate: a organização. Isto porque o cooperativismo não significa simplesmente reunir pessoas. Exige confiança, atitudes éticas e morais, regras claras, participação, gestão, prestação de contas e entendimento de que direitos e responsabilidades caminham juntos.

É justamente esse ponto que talvez diferencie uma cooperativa que existe apenas formalmente daquela que consegue efetivamente modificar a realidade econômica de seus associados.

Ao relermos o Jornal do Commercio de 1920, percebemos que o cooperativismo não surgiu como conceito abstrato. Ele aparecia como resposta prática a problemas concretos: preços elevados, dificuldade de acesso ao crédito, limitações produtivas e fragilidade do trabalhador ou produtor quando atua sozinho. Em 2026, podemos acrescentar plataformas digitais, inteligência artificial, comércio eletrônico e novos mecanismos financeiros.

Uma pergunta que continua surpreendentemente parecida com aquela feita há mais de um século: como pessoas com necessidades comuns podem se organizar para obter melhores condições econômicas e sociais?

A resposta também permanece familiar.

No consumo, comprar juntos.

No crédito, financiar juntos.

Na produção, produzir e comercializar juntos.

O consumo, o crédito e a produção formam um tripé que atravessou gerações porque responde a necessidades que igualmente atravessaram o tempo.

O cooperativismo de hoje dispõe de instrumentos que os cooperativistas de 1920 sequer poderiam imaginar. Contudo sua essência continua a mesma: transformar necessidades individuais em capacidade coletiva.

Rota de Valor



Filipe Pires

Doutorando em Comportamento do Consumidor e mestre em Economia. Cooperado fundador, Superintendente Comercial e Diretor Acadêmico da Execoop.

O efeito borboleta do dinheiro chinês: como US\$ 54 bilhões em Pequim vão impactar o caixa da sua cooperativa

Você já parou para pensar que a sobra que a sua cooperativa vai distribuir no final do ano pode depender de uma canetada dada do outro lado do planeta?

Recentemente, o Ministério das Finanças da China anunciou uma injeção massiva de cerca de US\$ 54 bilhões para recapitalizar seus grandes bancos e seguradoras. À primeira vista, parece apenas mais uma notícia distante de economia internacional. Mas, para quem lidera o mercado cooperativista brasileiro — um gigante que movimenta R\$ 848 bilhões e impacta milhões de pessoas —, esse movimento aciona um sinal de alerta e abre uma janela de oportunidade estratégica gigantesca.

Quando o governo chinês coloca dinheiro novo no mercado, o objetivo é um só: fazer a engrenagem econômica deles girar mais rápido. Para o cooperativismo agropecuário brasileiro, isso funciona como combustível puro. Mais liquidez na China significa maior demanda por commodities como soja, milho e proteínas. O preço desses contratos futuros tende a encontrar um piso mais alto nas bolsas globais, impulsionando diretamente as nossas exportações. É exatamente aqui que o modelo cooperativo prova o seu valor único: enquanto as tradings multinacionais tradicionais sugam as margens do produtor na ponta, a cooperativa utiliza seu poder de escala e ferramentas de hedge para travar os melhores preços, garantindo que o ganho real retorne para o bolso do cooperado.

No entanto, o cenário exige uma liderança atenta. Essa mesma injeção de capital pode inflacionar o custo de insumos, maquinários e fertilizantes que a China produz e exporta. Para mitigar esse risco, a inteligência estratégica do dirigente cooperativista deve entrar em campo imediatamente. Através da intercooperação e do fortalecimento das centrais de compras, o setor consegue negociar em lotes



globais, blindando o produtor nacional contra explosões de preços e ameaças de desabastecimento no campo.

No ecossistema do crédito, o impacto não é menor. Com o cooperativismo financeiro nacional gerindo a marca histórica de R\$ 1 trilhão em ativos, nossa responsabilidade como escudo financeiro cresce. Se a liquidez global mexer com o câmbio e a volatilidade dos juros, os bancos comerciais de varejo tendem a repassar o custo na hora para o cliente final. A cooperativa de crédito, por sua natureza mutualista e por não visar o lucro pelo lucro, atua como um amortecedor de choques. Ela consegue reter taxas de financiamento justas e manter o capital de giro acessível, garantindo que a economia da comunidade local não perca o fôlego.

Em um mercado globalizado e interdependente, o cooperativismo prova que gerar valor vai muito além do retorno financeiro frio. É sobre antecipar as correntes macroeconômicas globais para proteger e desenvolver as realidades regionais. O dinheiro novo pode até nascer em Pequim, mas o valor real é colhido aqui dentro, com governança sólida e decisões focadas no futuro.

Como a sua gestão está preparando o planejamento estratégico para surfar essa nova onda de liquidez global? O futuro do seu fluxo de caixa depende das conexões que você enxerga hoje.

execoop
Executivos Formando Executivos

LIDERANÇAS QUE
TRANSFORMAM.

COOPERAÇÃO QUE
MULTIPLICA RESULTADOS.



MAIS DE

1 MIL

EXECUTIVOS
FORMADOS

A MAIOR ESCOLA DE NEGÓCIOS
COOPERATIVISTA DO BRASIL



DUPLA CERTIFICAÇÃO
INTERNACIONAL

Formação reconhecida com
dupla certificação com
instituições internacionais de
excelência.



MISSÕES
INTERNACIONAIS

Vivências exclusivas em
referências globais de inovação,
liderança e cooperativismo.



CONEXÃO, NETWORK E
ALTO IMPACTO

Uma comunidade de líderes que
compartilha conhecimento, gera
oportunidades e impulsiona o
cooperativismo.

PÓS-GRADUAÇÃO MBA EM DIVERSAS ÁREAS

Formação estratégica para os desafios atuais e futuros do cooperativismo.



MARKETING



GESTÃO DE PROJETOS



GESTÃO DE PROCESSOS



ESG E SUSTENTABILIDADE



CRÉDITO E FINANÇAS



IA E DATA ANALYSIS



GOVERNANÇA COOPERATIVA

MISSÕES INTERNACIONAIS QUE AMPLIAM HORIZONTES E GERAM INSPIRAÇÃO



ALEMANHA



BARCELONA



CANADÁ



CHINA



JAPÃO



MONDRAGON



NEW YORK

CONTEÚDO
ATUALIZADO E
PRÁTICO

PROFESSORES
REFERÊNCIA DE
MERCADO

FORMAÇÃO COM
VISÃO GLOBAL

FOCO EM
RESULTADOS E
IMPACTO REAL

REDE DE EX-ALUNOS
ATIVA E
COLABORATIVA



Economia Azul: uma agenda para o desenvolvimento das cidades costeiras



O Brasil começa a dar um passo decisivo para compreender o mar não apenas como espaço ambiental ou geopolítico, mas como território de desenvolvimento econômico, social e ambiental ao mesmo tempo, com foco na prosperidade de seus territórios. Nesse contexto surge uma contribuição que considero especialmente relevante que é a “Nota Técnica de Economia Azul” elaborada pelo Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq.Futuro do Insper, no âmbito da Plataforma Insper Cidades para a Economia Azul. Mais do que reunir conceitos, o documento organiza um problema brasileiro de enorme complexidade, que são as inúmeras normas e aponta caminhos concretos para transformá-lo em agenda de políticas públicas.

O ineditismo da Nota está justamente no olhar que adota a Economia Azul não apenas pela ótica dos setores econômicos que utilizam o mar como recurso ou meio, mas coloca no centro da discussão a cidade, o território, a governança e a capacidade de transformar conhecimento em ação pública coordenada e efetiva. A própria Nota informa que resulta de três movimentos articulados: o curso de

educação executiva Economia Azul e Cidades; a Primeira Oficina Técnica Insper sobre os desafios institucionais da Economia Azul no Brasil, realizada em 2025 com representantes da Marinha do Brasil, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Secretaria do Patrimônio da União, do município de Cabo Frio por meio do seu secretário e pesquisadores do Insper; e um esforço de consolidação analítica dialogando com a agenda da PNGCMar, da ONU e da Unesco e com o livro Economia Azul e Cidades: uma introdução.

Essa construção é importante porque revela que o desafio brasileiro não é simplesmente criar mais uma política, mais um conselho ou mais uma norma. O país já possui um conjunto amplo de instrumentos e instituições relacionados à costa e ao mar. O problema é fazer com que esses instrumentos conversem, tenham responsabilidades claras, compartilhem dados, estabeleçam prazos e produzam resultados em conjunto, e não de forma fragmentada. A frase que sintetiza a Nota é poderosa: existência de uma instância não é evidência de coordenação e eficiência. O que precisa

ser demonstrado é a convergência verificável entre políticas, instrumentos, recursos e resultados.

A Nota Técnica percorre conflitos reais e complexos como a ocupação de praias, obras costeiras, engorda de praias, energia eólica offshore, exploração de petróleo, dessalinização, cabos submarinos, pesca, turismo, frotas estrangeiras, atividades de alto impacto e conflitos territoriais. O mérito está em não olhar esses casos de maneira isolada e sim como um sistema integrado e interdependente. Eles são utilizados para revelar padrões de governança e sobreposições normativas, conflitos federativos, assimetrias de capacidade, disputas entre usos e falta de dados, indicadores e transparência.

Outro ponto de grande força é a compreensão de que a Economia Azul precisa ser economicamente dinâmica e, ao mesmo tempo, ambientalmente responsável e socialmente justa. O desenvolvimento não pode significar simplesmente explorar o território costeiro. É preciso perguntar quem ganha, quem perde, quais são os custos ambientais, quais oportunidades permanecem no território e como os benefícios podem alcançar empreendedores, trabalhadores, comunidades e empresas locais.

É exatamente aqui que vejo uma conexão estratégica com o empreendedorismo, o cooperativismo e o associativismo. Uma Economia Azul forte não será construída somente por grandes investimentos ou grandes empresas. Ela dependerá também de milhares de pequenos negócios, produtores, pescadores, prestadores de serviços, comerciantes, empreendedores da economia da praia, empresas de turismo, profissionais especializados, startups, cooperativas e associações capazes de transformar os ativos locais em valor, renda, inovação e inclusão.

O empreendedorismo azul pode criar soluções e novos negócios. O cooperativismo pode ampliar escala, reduzir custos, melhorar acesso a mercados, tecnologia e financiamento e fortalecer a capacidade econômica dos pequenos produtores e trabalhadores. O associativismo pode organizar interesses, construir agendas comuns, representar setores e aproximar empresas, comunidades e poder público. No território, essas três forças podem formar uma verdadeira infraestrutura econômica e social da Economia Azul.

Por isso, uma política pública moderna de Economia Azul precisa ir além da proteção ambiental. Ela precisa criar ambiente favorável ao desenvolvimento de cadeias produtivas, qualificação profissional, inovação, startups, acesso a mercado, crédito, compras públicas, cooperação empresa-

rial e formação de redes colaborativas e compartilhadas. A Nota Técnica aponta nessa direção ao defender programas de empreendedorismo azul, formação continuada, inovação aplicada, literacia oceânica, fortalecimento de capacidades institucionais, coordenação, e integração normativa.

Outro aspecto inovador é a valorização dos dados e dos indicadores. A Nota defende que governança sem dados é governança frágil e propõe fortalecer a infraestrutura de informação, desenvolver indicadores e consolidar uma função de observatório de Economia Azul e Governança Costeira. Essa visão é fundamental: aquilo que não é medido, comparado e acompanhado tende a perder prioridade na gestão pública, não sendo então gerido.

É nesse ponto que o Índice da Economia Azul e Cidades ganha importância. O IEA pode oferecer uma referência para compreender a situação dos municípios costeiros, identificar forças e fragilidades e acompanhar sua evolução. Associado a Certificação Selo Azul Cidades Costeiras, cria-se uma lógica particularmente interessante como: medir, planejar, implementar, monitorar e reconhecer resultados. Segundo a Nota Técnica, o IEA pode acompanhar os resultados dos 443 municípios costeiros brasileiros, enquanto o Selo Azul Cidades Costeiras reconhece municípios comprometidos com políticas públicas em prol do desenvolvimento pela Economia Azul.

A Nota também traz uma contribuição decisiva para o debate climático. A adaptação às mudanças climáticas não aparece como tema separado da Economia Azul. Ela deve estar integrada ao planejamento costeiro, aos planos diretores, à infraestrutura e às decisões sobre o território. Mapear riscos, reduzir vulnerabilidades, proteger ecossistemas e utilizar soluções baseadas na natureza deixam de ser apenas ações ambientais e passam a ser componentes de uma estratégia de desenvolvimento econômico e social.

Para os municípios, a mensagem é que Economia Azul precisa entrar no planejamento urbano municipal. Precisa dialogar com o Plano Diretor, orçamento, turismo, pesca, saneamento, meio ambiente, desenvolvimento econômico, inovação, mobilidade, infraestrutura, defesa civil, segurança e educação. A cidade costeira não pode olhar para o mar como uma fronteira distante. O mar é parte do território, da economia, da identidade, pertencimento e do futuro do município.

É por isso que considero tão importante o trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos das Cidades – Laboratório Arq.Futuro do Insper e por seus pes-

quisadores, professores e parceiros convidados. A contribuição está em aproximar conhecimento acadêmico, experiência de gestão, visão empresarial, planejamento urbano, sustentabilidade e desenvolvimento territorial. A publicação do livro Economia Azul e Cidades: uma introdução e a construção da agenda de formação e pesquisa reforçam esse esforço de colocar a Economia Azul no centro da discussão sobre cidades e desenvolvimento local.

A composição desse trabalho também merece reconhecimento. Participam da construção desta Nota Técnica nomes como: Tomas Alvim, Adriano Borges, Elcio Batista, Hannah Machado, Antonio Pinaud, Renato Regazzi, Rinaldo Gama, Paulo Alburquerque, André Luís Pereira, Rodrigo Machado, Matheus Monica, Mathias Mangels, Ricardo Vovodic, João Luiz Nicolodi, Wagneide Rodrigues, Antônio Lisboa e outros especialistas e parceiros. A força está justamente na convergência de diferentes conhecimentos e experiências em torno de um desafio comum.

E há uma mensagem que considero especialmente importante para o Brasil: não podemos construir a Economia Azul apenas de cima para baixo. Precisamos construir políticas públicas a partir dos territórios e suas comunidades. Cada cidade costeira possui ativos, desafios, vocações, comunidades, empresas e oportunidades diferentes. O papel da política pública é criar condições para que esses ativos se articulem, gerem valor e sejam preservados para as próximas gerações.

A Cidade de Macaé (RJ), o primeiro município a aderir à Certificação Selo Azul Cidades Costeiras, pode ser um exemplo dessa transformação. A cidade possui uma trajetória econômica fortemente relacionada ao mar, energia, cadeia offshore, serviços especializados e conhecimento técnico. Ao mesmo tempo, possui oportunidades em turismo, pesca, inovação, empreendedorismo, cooperativismo, economia da praia, conservação e novas tecnologias. A construção de uma Política Municipal de Economia Azul pode transformar essas diferentes vocações em uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial.

Nesse processo, empreendedorismo, cooperativismo e associativismo devem ser tratados como instrumentos de política pública. Não como elementos acessórios. São mecanismos para distribuir oportunidades, fortalecer empresas locais, gerar cooperação, aumentar competitividade e fazer com que uma parcela maior do valor produzido pela Economia Azul permaneça no território.

O grande mérito da Nota Técnica é justamente ajudar a mudar a pergunta. A pergunta não deve ser apenas: quanto o mar pode produzir? A pergunta precisa ser: que tipo de desenvolvimento queremos construir a partir do mar, para quem, em quais territórios, com quais regras, com quais indicadores e com quais resultados ambientais, sociais e econômicos?

Essa mudança de perspectiva é fundamental. O Brasil possui uma enorme costa, cidades costeiras estratégicas, biodiversidade, conhecimento, empresas individuais e coletivas, trabalhadores e comunidades que dependem direta ou indiretamente do mar. O desafio agora é transformar esse patrimônio em uma agenda coordenada de desenvolvimento sustentável.

A Nota Técnica do Laboratório Arq.Futuro do Insper chega em um momento oportuno porque oferece justamente uma ponte entre diagnóstico e ação. Ela não propõe simplesmente uma nova narrativa sobre o oceano. Propõe uma agenda de governança, coordenação, dados, indicadores, adaptação climática, formação, inovação e políticas públicas. E, talvez mais importante, propõe que a régua seja o resultado verificável.

A Economia Azul pode ser uma das grandes agendas de desenvolvimento do Brasil nas próximas décadas. Mas seu sucesso dependerá da capacidade de unir governo, empresas, empreendedores, cooperativas, associações, universidades, comunidades e sociedade civil. O mar é coletivo. O desenvolvimento que nasce dele também precisa ser construído coletivamente.

É hora de transformar a vocação marítima brasileira em estratégia de desenvolvimento. É hora de aproximar o planejamento público da realidade dos territórios. É hora de transformar conhecimento em projetos, projetos em negócios, negócios em empregos e inovação, e desenvolvimento em qualidade de vida e conservação.

A Nota Técnica de Economia Azul representa uma contribuição importante para essa caminhada. Seu ineditismo está em conectar a agenda do mar à agenda das cidades, do território, dos normativos e das políticas públicas, colocando a governança e a convergência no centro da discussão. Cabe agora aos municípios, estados, União, setor produtivo, academia e sociedade transformar essa agenda em realidade.

O futuro é azul. E ele será ainda mais promissor se conseguirmos construir uma Economia Azul que seja, ao mesmo tempo, inovadora, empreendedora, cooperativa, associativa, inclusiva, ambientalmente responsável e territorialmente integrada.

MOVIMENTO
— DE APOIO AO —
EMPRESÁRIO
BRASILEIRO

Sua empresa não pode parar.
Crédito pra você seguir.

TAXAS SUPER ESPECIAIS
POR TEMPO LIMITADO*

Procure sua cooperativa e contrate.

SEBRAE **SICOOB**

* Sujeito a análise de crédito.

Onde existe progresso, existe a força do coletivo.

Quando comunidades prosperam, o Brasil se desenvolve.
É essa lógica que nos une: enquanto o cooperativismo
impulsiona o crescimento em todas as regiões do país,
a Icatu Coopera protege quem faz isso acontecer.



O Cooperativismo desenvolve.
A gente protege.

ICATU
COOPERA